UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O ÍNDICE *DISCLOSURE* E A IMPORTÂNCIA
ATRIBUÍDA POR *STAKEHOLDERS* A INFORMAÇÕES CONSIDERADAS
RELEVANTES PARA FINS DE DIVULGAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR FILANTRÓPICAS DO BRASIL: UMA ABORDAGEM DA TEORIA DA
DIVULGAÇÃO**

Emanoel Marcos Lima
Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira

SÃO PAULO

2009

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Junior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

EMANOEL MARCOS LIMA

**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O ÍNDICE *DISCLOSURE* E A IMPORTÂNCIA
ATRIBUÍDA POR *STAKEHOLDERS* A INFORMAÇÕES CONSIDERADAS
RELEVANTES PARA FINS DE DIVULGAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR FILANTRÓPICAS DO BRASIL: UMA ABORDAGEM DA TEORIA DA
DIVULGAÇÃO**

Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção de título de Doutor em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira

SÃO PAULO

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Lima, Emanuel Marcos

Análise comparativa entre índice de *disclosure* e a importância atribuída
.....por *stakeholders* a informações consideradas relevantes para fins de divulgação
em instituições de ensino superior filantrópicas no Brasil : uma abordagem da
teoria da divulgação.

Emanuel Marcos Lima. -- São Paulo, 2009.

201 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2009

Bibliografia.

1. Contabilidade financeira 2. Organização não-governamental
3. Contabilidade 2. Prestação de contas I. Universidade de São Paulo.
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade II. Título.

CDD – 657.48

À minha esposa Eda e
às minhas filhas Priscila e Jéssica
razão maior do meu esforço,
que com seu amor e carinho
souberam me mostrar o quanto vale
a pena viver com honestidade, respeito,
dignidade e amor ao próximo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Mestre Supremo, que me concedeu o dom da vida, sabedoria, inteligência e discernimento e que, com as suas graças, permitiu-me chegar até aqui.

Aos meus pais, José Pereira e Neuza, que, com seu esforço e dedicação, me proporcionaram condições à educação, possibilitando, desta forma, alcançar mais esta conquista em minha vida profissional.

A minha esposa Eda, companheira maravilhosa, que sempre me apoiou e me incentivou sem jamais cobrar qualquer retribuição e que, sem o seu amor, esforço, carinho e dedicação, jamais seria possível concluir mais esta etapa.

Às minhas filhas, Priscila e Jéssica, que entenderam e compreenderam a minha ausência durante esse período e que, através da sua alegria e simplicidade, me deram forças para superar as dificuldades.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira, meu orientador e amigo, a minha eterna gratidão e o meu reconhecimento pela compreensão e confiança.

Aos professores do Doutorado, imprescindíveis na transmissão dos conhecimentos, rigorosos na exigência na busca do saber, porém companheiros nos momentos de dificuldades.

À direção da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB de Campo Grande – MS, que, com seu apoio institucional e financeiro, contribuiu para a conclusão deste Doutorado.

Aos meus Amigos de doutorado, Adolfo Henrique Coutinho, Jorge Vieira Costa, Ricardo Lyra e especialmente Márcia Espejo Bortolucci, pela amizade, colaboração e ensinamentos.

A prof^a Keith Dixon da Universidade de Waikato da Nova Zelândia por suas preciosas contribuições.

E a todas as pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram, auxiliaram e incentivaram na busca do conhecimento, vibrando com cada vitória e, ao mesmo tempo, chorando quando fracassávamos, a todos vocês a minha gratidão e que Deus, na sua infinita bondade, retribua a vocês em dobro todo gesto de carinho e amizade que dedicaram a mim.

“É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar.
É melhor tentar, ainda que em vão, que sentar-se fazendo nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias tristes em casa esconder.
Prefiro ser feliz, embora louco, que em conformidade viver...”

Martin Luther King

RESUMO

Diversos estudos relacionados com o mercado de capitais têm investigado os *disclosures* obrigatório e voluntário, os seus efeitos e também os motivos que levam as organizações a realizá-los ou não. Entretanto, são incipientes estudos que investigam o *disclosure* em instituições de ensino. Nesse sentido, o objetivo desta tese é de realizar uma análise comparativa, sob a abordagem da teoria da divulgação, entre o índice de *disclosure* e a importância atribuída por *stakeholders* a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em Instituições e Ensino Superior Filantrópicas do Brasil – IESFB. O estudo desenvolve-se a partir da análise da população composta de 146 entidades cadastradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Primeiramente foi desenvolvido o Índice de *Disclosure* das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil – IDIESFB, mensurado a partir das características qualitativas de *disclosure* divididas em quatro grupos: (i) visão geral, (ii) desempenho dos serviços, (iii) desempenho financeiro e (iv) situação física e financeira, conforme proposta de Coy, Dixon e Tower (1993). Posteriormente, com a utilização da técnica *delphi* e tendo por base o estudo de Coy e Dixon (2004), buscou-se captar a percepção de *stakeholders* sobre quais informações eles consideram importante divulgar com relação às IESFB. Os resultados revelam a existência de um *gap* entre o que as IESFB divulgam e o que os participantes da técnica *delphi* consideram importante as IESFB divulgar. Os resultados mostram, ainda, que o índice de *disclosure* das IESFB, se comparado com os resultados dos períodos de 1993 e 1994, apresentados no estudo de Nelson, Banks e Fischer (2003), está acima do índice de *disclosure* das universidades canadenses, próximo ou igual ao das universidades da Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte e bem abaixo do das universidades da Austrália e Nova Zelândia. A pesquisa também apontou que menos de 33% das IESFB realizam *disclosure* voluntário e que a maioria só apresenta *disclosure* obrigatório, indicando que são poucas, ainda, as instituições que se preocupam com a *accountability* pública além das exigências legais. O presente trabalho contribui para ampliar a literatura nacional e internacional sobre *disclosure* em instituições de ensino ao apresentar a realidade das IESFB, bem como a falta de motivação e de regulação para que as mesmas evidenciem mais suas ações, possibilitando, dessa forma, o desenvolvimento de futuras pesquisas, principalmente no que diz respeito aos motivos que levam as IESFB a não realizarem o *disclosure* voluntário.

ABSTRACT

Several studies related to the capital market have investigated the voluntary and mandatory disclosures, their effects and also the reasons that lead the organization to do it or not. However, they are incipient the studies that investigate the disclosure in educational institutions. In this sense, the objective of this these is to make a comparative analysis, under the accountability theory approach, between the index of disclosure and the importance given by stakeholders to information considered relevant aiming at the accountability in Philanthropic Institutions of Higher Education of Brazil - PIHEB. The study is developed from the analysis of a population of 146 entities that are drawn up a cadastre in the National Council of Social Assistance - NCSA. Firstly, it was developed the Index of Disclosure of the Institutions of Higher Education of Brazil - IDIHEB measured from qualitative characteristics of disclosure divided in four groups: (i) general view, (ii) services' performance, (iii) financial performance and (iv) physical and financial situation, developed and used in the study of Coy, Dixon and Tower (1993). Farther, with the use of the delphi technique and having as basis the study of Coy and Dixon (2004), it was searched the capture of stakeholders' perception about what information they consider important to account in relation to the PIHEB. The results reveal the existence of a gap between what the PIHEB account and the participants of the delphi technique consider important the PIHEB to account. The results show that the index of disclosure of the PIHEB, if compared to the periods of 1993 and 1994 results, presented in the studies made by Nelson, Banks and Fischer (2003) is above the average of disclosure of Canadian universities, near or equal to the universities from England, Wales and North Ireland and much below the index presented by the universities from Australia and New Zealand. The search also pointed that less than 33% of PIHEB prepare voluntary disclosure and that the majority only prepares mandatory disclosure, showing that are few, yet, the institutions that are concerned about public accountability beyond legal requirements. The present work contributes to broaden national and international literature about disclosure in institutions when presenting the reality of the PIHEB, as well as the lack of motivation and regulation for them to account their actions more often, making possible, in this way, the development of future research, mainly concerning the reasons that lead the PIHEB not to make the voluntary disclosure.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
LISTA DE TABELAS	5
1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Motivações do estudo	13
1.2 Questão de pesquisa	16
1.3 Objetivos	17
1.4 Aspectos metodológicos	17
1.5 Contribuições	19
1.6 Estrutura do trabalho	20
1.7 Delimitações da pesquisa	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Teoria da Divulgação	23
2.1.1 Literatura sobre <i>Disclosure</i>	24
2.1.1.1 Estudos empíricos sobre <i>disclosure</i>	27
2.1.2 Fatores que afetam a decisão de <i>disclosure</i>	29
2.1.3 Associação entre características corporativas e nível de <i>disclosure</i>	33
2.1.4 Estudos sobre <i>disclosure</i> em Instituições de Ensino Superior	38
2.1.4.1 Estudo de Coy, Dixon e Tower (1993)	38
2.1.4.2 Estudo de Coy, Fischer e Gordon (2001)	44
2.1.4.3 Estudo de Gordon <i>et al.</i> (2002)	50
2.1.4.4 Estudo de Nelson, Banks e Fischer (2003)	51
2.1.4.5 Estudo de Coy e Dixon (2004)	54
2.2 Caracterização das IESFB	57
2.2.1 Conceitos de Terceiro Setor	57
2.2.2 Forma Jurídica das Instituições de Ensino Superior no Brasil	60
2.2.3 O que são Instituições de Ensino Superior Filantrópicas	61
2.2.3.1 Benefícios fiscais	64
2.2.4 <i>Disclosure</i> das IESFB	65
2.2.4.1 Contabilidade das ESFL	67
2.2.4.2 A Contabilidade como Instrumento de <i>Accountability</i> das ESFL	73
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	77
3.1 Planejamento da pesquisa e coleta de dados	77
3.2 Variáveis	77
3.3 Hipóteses	78
3.4 Construção da variável <i>Disclosure</i>	79
3.5 Modelos estatísticos	81
3.6 Tratamento das variáveis	85
3.7 A técnica <i>Delphi</i>	86
3.8 Seleção dos especialistas	87
3.9 Elaboração do questionário	88
3.10 Vantagens e desvantagens no uso da técnica <i>Delphi</i>	89
3.10.1 Vantagens	89
3.10.2 Desvantagens	89
3.11 Coleta das informações	90
3.12 Tabulação e análise das respostas recebidas	91
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	93

4.1	Índice de <i>Disclosure</i>	93
4.2	Modelos de Regressão	100
4.2.1	Análises dos Resultados do Modelo de Regressão	106
4.3	Resultados da aplicação da técnica <i>Delphi</i>	107
4.3.1	Perfil dos participantes	107
4.3.2	Resposta da 1ª Rodada	109
4.3.3	Segunda Rodada	118
4.3.4	Comparação entre <i>disclosure</i> realizado pelas IESFB e respostas dos participantes do <i>Delphi</i>	128
5	CONCLUSÕES	133
	REFERÊNCIAS	137
	APÊNDICES	148
	ANEXOS	182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA:	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
BNDES:	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAOTS:	Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor
CEAS:	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CEU:	Centro de Extensão Universitária
CF:	Constituição Federal
CFC:	Conselho Federal de Contabilidade
CICA:	<i>Canadian Institute of Chartered Accountants</i>
CNAS:	Conselho Nacional de Assistência Social
COFINS:	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF:	Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira
CSLL:	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CTN:	Código Tributário Nacional
DAM:	<i>Disclosure de Accountability</i> Modificado
DOU:	Diário Oficial da União
DRE:	Demonstração do Resultado do Exercício
ESFL:	Entidades Sem Fins Lucrativos
FASB:	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
GASB:	<i>Government Accounting Standards Board</i>
GIFE:	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IAP:	Índice de <i>Accountability</i> Pública
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS:	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDB:	Índice de <i>Disclosure</i> Brasileiro
IDIESFB:	Índice de <i>Disclosure</i> das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil
IE:	Imposto de Exportação
IESFB:	Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil
II:	Imposto de Importação
IN:	Instrução Normativa
INSS:	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI:	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU:	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA:	Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores
IR:	Imposto de Renda
ISSQN:	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI:	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por ato inter vivos
ITCMD:	Imposto sobre a Transmissão de Bens Causa Mortis e Doação
ITR:	Imposto Territorial Rural
MAD:	<i>Modified Disclosure Accountability</i>
MP:	Medida Provisória
NFP:	<i>Not For Profit</i>
ONG:	Organização Não Governamental
PIB:	Produto Interno Bruto
PIS:	Programa de Integração Social

PIS/PASEP:	Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PNAD:	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROUNI:	Programa Universidade para todos
RE:	Recurso Extraordinário
RFB:	Receita Federal do Brasil
SEA:	<i>Service Efforts Accomplishments</i>
SFAC:	<i>Statement of Financial Accounting Concepts</i>
SFAS:	<i>Statement of Financial Accounting Standards</i>
SRF:	Secretaria da Receita Federal
STF:	Supremo Tribunal Federal
SUS:	Sistema Único de Saúde

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Itens índice e seus pesos	39
Tabela 2 - MAD escores.....	43
Tabela 3 - Escores por país: escore de qualidade total (escala 0-5): escore máximo 100	53
Tabela 4 – Detalhes dos painéis <i>Delphi</i>	55
Tabela 5 - Resultados do IAP.....	57
Tabela 6 – Resumo de <i>Disclosure</i> por grupo	93
Tabela 7 – Região onde se localizam as instituições	94
Tabela 8 – Índice de <i>Disclosure</i> das IESFB localizadas na Região Norte.....	94
Tabela 9 – Índice de <i>Disclosure</i> das IESFB localizadas na Região Centro-Oeste	94
Tabela 10 – Índice de <i>Disclosure</i> das IESFB localizadas na Região Nordeste	94
Tabela 11 – Índice de <i>Disclosure</i> das IESFB localizadas na Região Sul	95
Tabela 12 – Índice de <i>Disclosure</i> das IESFB localizadas na Região Sudeste	96
Tabela 13 – Índice de <i>Disclosure</i>	98
Tabela 14 – Modelo de Regressão 1	101
Tabela 15 – Teste White 1.....	103
Tabela 16 – Modelo de Regressão 2	104
Tabela 17 – Teste White 2.....	106
Tabela 18 - Pontuação pesquisa	109
Tabela 19 - Estatística do grupo visão geral: relatório anual	110
Tabela 20 – Estatística do grupo visão geral: universidade	110
Tabela 21 – Estatística do grupo serviços: comunitário.....	111
Tabela 22 – Estatística do grupo serviços: gerais	112
Tabela 23 – Estatística do grupo serviços: ensino	113
Tabela 24 – Estatística do grupo ensino: processo.....	114
Tabela 25 – Estatística do grupo ensino: produção/resultado	115
Tabela 26 – Estatística do grupo serviço: pesquisa.....	116
Tabela 27 – Estatística do grupo financeiro	117
Tabela 28 – Estatística do grupo visão geral: relatório anual (segunda rodada).....	119
Tabela 29 – Estatística do grupo visão geral: universidade (segunda rodada)	119
Tabela 30 – Estatística do grupo serviço: comunitário (segunda rodada)	120
Tabela 31 – Estatística do grupo serviços: gerais (segunda rodada).....	121
Tabela 32 – Estatística do grupo serviço: ensino (segunda rodada)	122
Tabela 33 – Estatística do grupo ensino: processo (segunda rodada).....	123
Tabela 34 – Estatística do grupo ensino: produção/resultado (segunda rodada)	124
Tabela 35 – Estatística do grupo ensino: processo (segunda rodada).....	125
Tabela 36 – Estatística do grupo financeiro (segunda rodada)	126
Tabela 37 – Comparação entre <i>disclosure</i> IESFB e <i>Delphi</i>	128

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Schwartzman (2005), “[...] nas sociedades modernas, a educação passou a ser vista como um direito dos cidadãos, o principal instrumento para promover a igualdade de oportunidades em um mundo em que o trabalho e a participação social dependem da capacitação e do conhecimento.”

Muitas mudanças sociais e políticas têm ocorrido no mundo muito rapidamente, o que provoca transformações na sociedade. Schwartzman (2005) destaca duas transformações profundas na educação ao longo do século XX. A primeira diz respeito à expansão que possibilitou, nos países mais desenvolvidos, a universalização do nível médio e o avanço da educação superior e da pós-graduação. A segunda, que a educação deixou de ser vista como uma forma de vida e valores dominantes para ser considerada como um fator de produção e riqueza.

O ensino superior no Brasil é sempre um tema que esteve presente nas propostas de todos os governos e não poderia ser diferente, haja vista sua importância para o desenvolvimento do país. De acordo com o art. 3º da Constituição Federal do Brasil, que estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, o Estado deve “[...] erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.” Por sua vez, o art. 6º, que trata dos direitos sociais, define que a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados constituem direitos sociais dos cidadãos. Sendo assim, é dever do Estado promover o bem-estar de toda a sociedade sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação, atendendo-a principalmente em suas necessidades básicas como: saúde, educação, trabalho e segurança. Segundo a Constituição Federal de 1988, o ensino superior será desenvolvido “*com a colaboração da sociedade*”, no sentido de que esta também possa contribuir para a formação do cidadão. O Estado, ao solicitar a participação da sociedade civil na formação das pessoas, reconhece a sua limitação em atender a todas as necessidades educacionais dos indivíduos.

Diante da importância do ensino superior para a nação, foram criadas leis para favorecer o acesso aos serviços educacionais não oferecidos pelo Estado às pessoas com menos poder aquisitivo.

Neste sentido, o art. 150 da Constituição Federal - CF/88 prescreve:

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

VI – instituir impostos sobre:

[...]

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; [...]

Diante disso, parece que o objetivo do legislador, no art. 150, IV, “c”, da CF/88, não foi o de conceder a um determinado tipo de pessoa jurídica os benefícios estabelecidos, mas a todas as pessoas jurídicas sem fins lucrativos cujas atividades estão relacionadas no texto constitucional. O entendimento é que, com essa concessão, o legislador almejava motivar os cidadãos a constituir pessoas jurídicas com a finalidade de auxiliar o Estado em seu fim institucional de proporcionar os direitos constitucionais a todos, principalmente aos menos favorecidos.

De acordo com Weisbrod (1988), o mercado não consegue atender a demanda por todos os bens de que a sociedade necessita, abrindo espaços que são atendidos pelos governos. Entretanto, os governos atendem apenas parte das necessidades, sobrando espaços que são ocupados pelas entidades sem fins lucrativos - ESFL que desenvolvem serviços públicos que não são desenvolvidos nem pelo mercado nem pelo governo. A afirmação do autor não traduz a realidade do Brasil, haja vista que inúmeros serviços desenvolvidos pelas ESFL também são desenvolvidos pela iniciativa privada, como por exemplo: saúde e educação.

Salamon (2004) apresenta quatro desafios para as entidades do terceiro setor: a legitimidade, no que diz respeito à formalidade e transparência de suas ações e a consequente divulgação de seus resultados; a eficiência, referente à gestão profissional da instituição; a sustentabilidade, tanto financeira como humana; a colaboração com o Estado, o segundo setor e o próprio

terceiro setor que acabam por tornar-se competidores dos recursos disponíveis entre si ao invés de estabelecerem uma frente de cooperação mútua.

Para auxiliar o Estado, em seu fim institucional, surgiram as Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil - IESFB. Essas instituições, além da imunidade estabelecida na Constituição Federal, gozam também dos benefícios estabelecidos no art. 55 da Lei Orgânica da Seguridade Social nº 8.212, de 24 de julho de 1991. O § 7º do inciso III do art. 195 da CF/88 estabelece que: “São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.”

As instituições de ensino superior sem finalidades lucrativas, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos no Decreto nº 2.536, são consideradas entidades beneficentes de assistência social, portanto ***isentas das contribuições para a seguridade social de responsabilidade da empresa***, sendo que os descontos efetuados dos funcionários, autônomos e empresas devem ser recolhidos normalmente.

De acordo com os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212, as contribuições destinadas à seguridade social são:

- Cota patronal do INSS;
- Contribuição para financiamento da seguridade social - Cofins; e
- Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

Para usufruírem desses benefícios, as instituições, de acordo com o Inciso VI do Art. 3º do Decreto nº 2536, de 6 de Abril de 1998, devem:

Aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeira, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruídas.

Constata-se, pois, que, para as instituições fazerem jus aos benefícios (isenções das contribuições para a seguridade social), incorrerão em custos operacionais (aplicações em gratuidades) e de oportunidade, necessários para o cumprimento do percentual que deve ser

aplicado em gratuidade.

Lima (2003) apresentou uma proposta para contabilização dos eventos econômicos e evidenciação dos resultados das Instituições de Ensino Superior com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEAS, demonstrando que a contabilidade pode contribuir de forma significativa com o *disclosure* dessas instituições, se constituindo num instrumento importante de *accountability* para as IESFB além de auxiliar tanto o governo, quanto a sociedade no acompanhamento dos benefícios a elas concedidos

Demonstrando ainda mais sua preocupação com o ensino superior, o governo federal instituiu, através da Lei nº 11.096/2005, o Programa Universidade para todos - Prouni. Um dos principais objetivos do programa é facilitar o acesso ao nível superior pela população carente, ao mesmo tempo em que pretende resolver a questão da ociosidade de vagas nas instituições. O Prouni visa atender aos brasileiros cuja renda familiar mensal per capita não ultrapasse a três salários mínimos, em valores de hoje R\$ 1.395,00, que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública, portadores de necessidades especiais de acordo com a lei e também os professores da rede pública para os cursos de licenciatura e pedagogia, nesse caso independentemente da renda familiar. As instituições que aderirem ao programa deverão oferecer bolsas de estudos integrais ou parciais em troca da isenção do imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido, Cofins e PIS. Há de se ressaltar que as instituições sem fins lucrativos, de acordo com a Constituição Federal, desde que cumpram os requisitos estabelecidos, já são imunes ao imposto de renda.

Em virtude da renúncia fiscal em favor das IESFB, elas estão obrigadas a prestar contas a determinados órgãos do governo. Entretanto, a sociedade até o ano de 2006 só tinha acesso às demonstrações financeiras dessas entidades através dos jornais. A partir de 2007, o Ministério da Justiça tornou obrigatória, para as instituições que possuem o título de utilidade pública federal, onde estão incluídas as instituições objeto deste estudo, a prestação de contas por meio eletrônico estando disponível para qualquer pessoa que queira realizar consultas.

Knox, Blankmeyer e Stutzman (2006) afirmam que a existência e o papel das ESFL requerem uma comparação dos bens e serviços produzidos entre público, privado e sem fins lucrativos. Para os autores, a *accountability* é tão crítica nas ESFL quanto nas empresas privadas com

fins lucrativos, justamente em função da separação entre propriedade e controle. Sobre essa questão, Donahue (1989) observou que a *accountability* é conceitualmente mais bem desenvolvida nas empresas com fins de lucro se comparadas com as organizações públicas em função dos proprietários e da competição de mercado.

Schwartzman (2005, p.18) afirma:

As universidades, e seus funcionários e professores, deveriam ser tratados como quaisquer outras instituições e seus respectivos empregados, geridas segundo as técnicas mais modernas de administração empresarial, com metas e produtos claramente identificáveis - formação de profissionais dotados de qualificações bem definidas, pesquisas de utilidade claramente perceptível - e rigorosas análises de custo-benefício do uso que fazem de seus recursos. Esta visão, seria desnecessário dizer, encontra acolhida principalmente em agências governamentais, mas também no setor empresarial e entre o próprio público, que freqüentemente se desespera com o contraste entre o que as pessoas esperam das universidades e o que elas proporcionam em termos de pesquisa aplicada, cursos e oportunidades profissionais. Ela tem também um forte apelo à esquerda, com sua ênfase na necessidade de planejar os investimentos e as atividades de educação e de pesquisa científica e tecnológica em função de objetivos sócio-econômicos de longo prazo. No Brasil, esta concepção é mais articulada em relação à pesquisa do que em relação às universidades como tais, mas é bastante provável que comece a ganhar força também aí, alimentada pelas próprias deficiências do sistema de ensino superior.

Nota-se, pelas afirmações do autor, a defesa para que as universidades sejam tratadas como qualquer outra empresa, principalmente no que diz respeito à gestão. Nesse sentido, tanto governo quanto sociedade que financiam as IESFB necessitam de informações que permitam avaliar o seu desempenho. A avaliação de resultados e desempenhos não se faz necessária somente nas empresas, sendo necessária também nas ESFL, entretanto Drucker (2006, p. 79) afirma que “[...] as instituições sem fins lucrativos tendem a não dar prioridade ao desempenho e aos resultados. Contudo, eles são muito mais importantes – e muito mais difíceis de se medir e controlar – na instituição sem fins lucrativos do que na empresa.” Para o autor, os resultados das ESFL são em sua maioria intangíveis e de longo prazo, sendo, dessa forma, difíceis de ser avaliados. A avaliação externa, se bem conduzida, produz um conjunto de resultados importantes. Ela possibilita que as instituições de ensino se aperfeiçoem, a partir da comparação entre seu desempenho e o de outra instituição, informa à sociedade em geral a respeito da qualidade e resultados dos diversos cursos e ainda permite ações de governo em prol da educação.

O *disclosure* possui papel essencial na redução da assimetria informacional existente entre a empresa e os *stakeholders* e é tido como uma das principais formas de comunicação entre a empresa e os diversos usuários interessados em avaliar o desempenho da administração.

Jensen e Meckling (1976) destacam que o *disclosure* voluntário de relatórios financeiros por parte das empresas é um mecanismo de acompanhamento da gestão por parte dos acionistas externos e credores; no caso das IESFB, onde não existe a figura dos acionistas, considera-se que o acompanhamento será realizado pelos governos, credores e sociedade. Os autores ressaltam que, como as informações financeiras são obtidas por um custo menor pelos gestores da empresa do que pelos usuários externos, já que para a tomada de decisão exigem-se informações, o *disclosure* voluntário seria uma maneira de procurar reduzir o conflito de agência.

Um tema que tem sido abordado pela pesquisa positiva internacional em contabilidade desde a década de 80 é a intitulada “Teoria da Divulgação”. Diversos autores têm debatido sobre essa teoria com destaque para Verrecchia (1983) e Dye (1985). O principal objetivo dessa teoria é procurar explicar o fenômeno da divulgação de informações financeiras, a partir de algumas perspectivas, buscando entender, entre outros aspectos, as razões econômicas para que determinada informação seja voluntariamente divulgada.

Pesquisadores na área de contabilidade, de acordo com Ahmed e Courtis (1999), entre eles: Singhvi e Desai (1971); Buzby (1975); Firth (1979); McNally *et al.* (1982); Cooke (1989a, 1989b, 1992, 1993); Ahmed e Nicholls (1994); Wallace *et al.* (1994), e Wallace e Naser (1995), têm estudado a existência de associação entre características empresariais e divulgações dos relatórios anuais corporativos desde 1961, das empresas com finalidades lucrativas. Os achados têm demonstrado que, dentre as características estudadas, o tamanho da empresa e *listing status* são características que estão associadas significativamente com níveis de divulgação.

Por sua vez, as instituições de ensino superior sem fins lucrativos, talvez em função das suas particularidades, tem recebido por parte dos pesquisados da área contábil pouca atenção no que diz respeito a estudos que investigam o *disclosure* por elas realizados.

1.1 Motivações do estudo

De acordo Schwartzman (1997),

A massificação dos sistemas de ensino superior é um fenômeno da segunda metade do século XX, e está associada a dois processos distintos mas que muitas vezes se confundem, ou seja, a valorização do conhecimento técnico e científico como ingrediente central das sociedades modernas, e a expansão das aspirações de mobilidade social através da educação, e principalmente através da pressão pela generalização do modelo profissional da educação liberal tradicional.

Dados do Ministério da Educação (www.inep.gov.br, acesso em 10/11/2008) indicam que, do total das instituições de ensino superior que funcionam no Brasil, 2.483 instituições, quase 90%, são privadas, sendo que desse total quase 13% são filantrópicas. Nos Estados Unidos da América os números, de acordo com John Douglass (2007)¹, pesquisador da Universidade da Califórnia (Berkeley), 74% das instituições são públicas, 20% são instituições privadas sem fins lucrativos e 6% são privadas com fins lucrativos.

Publicação na Folha de São Paulo (2008) mostrou que os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apontam um aumento da participação das universidades particulares no oferecimento de vagas no ensino superior brasileiro. O número vem crescendo: era de 74,1% em 2005 e de 75,5% em 2006. As instituições privadas aumentaram em 300 mil o número de alunos, em 2006 elas tinham 4,4 milhões e passaram para 4,7 milhões em 2007. Segundo o IBGE, a abertura de vagas só não foi maior em razão da maior fiscalização pelo Ministério da Educação. Nesse mesmo período, as públicas ampliaram a quantidade de alunos de 1,4 milhão para 1,5 milhão. No ano passado, três em cada quatro universitários (75%) estudavam em instituições privadas. O IBGE ressalta ainda que o aumento de vagas nas universidades particulares tem relação com o crescimento do sistema de financiamento de mensalidades e também com o ProUni (programa federal de bolsas a alunos). Apesar disso, o aumento do número de alunos no ensino superior foi maior em 2006 do que em 2007.

¹ Em 2007, a Universidade Estadual de Campinas - Unicamp promoveu um fórum sobre o tema em que estudiosos e dirigentes universitários relataram experiências e projetos desenvolvidos no Brasil, na União Europeia e nos EUA.

De acordo com Parsons (2003), existem várias razões importantes para examinar o valor da informação contábil nas ESFL tanto para usuários em geral como para os doadores especificamente. A primeira é o tamanho e importância econômica do terceiro setor nos EUA e em outros países; a segunda é que as contribuições representam um investimento nas ESFL. Terceira, os responsáveis pela elaboração dos padrões estão interessados em fornecer informação mais útil para usuários das demonstrações financeiras tanto no setor lucrativo como no sem fins lucrativos. Finalmente, os que captam recursos devem estar interessados em como a *accountability* pode ser utilizada para fornecer informações a potenciais doadores sobre como as entidades aplicam os recursos arrecadados.

Coy *et al.* (2001), ao justificar a importância da *accountability*, utilizam-se das ideias de Scott (1941), Normanton (1971) e Chen (1975), que para os autores deve existir uma forma de *accountability* pública que exige o *disclosure* aberto a todos os cidadãos que tenham uma oportunidade de fazer críticas.

De acordo com Tachizawa (2002, p. 176):

A captação de recursos (fundraising), conforme Adulis (jan.2002), é um dos maiores desafios que organizações do Terceiro Setor enfrentam na atualidade. Com a crescente escassez de recursos e o aumento da competitividade para obter fundos, as organizações se vêem, cada vez mais, obrigadas a aprimorar e inovar nas formas de captação de recursos.

Verifica-se pois, pelas afirmações do autor, que a captação de recursos é um dos grandes desafios da gestão do terceiro setor.

Dentre algumas alternativas que contribuem para a captação de recursos, Camargo *et al.* (2001, p. 91) afirmam que “[...] a transparência da entidade é também um meio que facilita a captação.”

Segundo os mesmos autores (2001, p. 92): “A fidelização dos doadores pode ser realizada de diversas formas, mas o agradecimento e a prestação de contas nunca podem faltar.”

Helou (2003, p. 30), escrevendo sobre o Projeto Velho Amigo, destaca, como ponto fundamental que vem garantindo credibilidade ao projeto, que sempre, ao final de cada

evento, são encaminhadas informações completas aos doadores sobre a utilização da verba.

Para Vydia (2003), no Terceiro Setor, “[...] quanto maior a transparência da instituição na divulgação de seus resultados e da aplicação dos recursos de que dispõe maior a chance de aparecerem pessoas físicas e empresas interessadas em investir nela.”

Índice de *disclosure* é uma metodologia aplicada frequentemente nas pesquisas contábeis, particularmente em estudos de relatórios anuais, utilizado para fornecer um número capaz de indicar o nível dos conteúdos dos relatórios de organizações comparáveis ou de aspectos particulares de interesses mencionados por tais relatórios (exemplo: *disclosure* voluntário e ambiental).

Vários estudos empíricos foram realizados por diversos autores sobre o índice de *disclosure* relacionados com mercado de capitais, entre eles destacam-se: Botosan (1997), Botosan e Plumlee (2002), Hail (2002), Chen, Chen e Wei (2003), Francis, Khurana e Pereira (2003), Alencar e Lopes (2005), Nakamura *et al.* (2006) e Alencar (2007), entretanto não foi encontrado no Brasil estudos dessa natureza relacionados com as IESFB.

No exterior, Coy, Dixon e Tower (1993) foram pioneiros ao propor um índice de *disclosure* para as universidades da Nova Zelândia. O índice denominado de *Modified Disclosure Accountability* (MAD) foi concebido tendo por base primeiramente a revisão da literatura e análise aos relatórios anuais; com 26 itens dentro de 4 categorias: informações gerais, desempenho dos serviços, desempenho financeiro e situação física e financeira.

Posteriormente Coy e Dixon (2004) em seu artigo *The public accountability index: crafting a parametric disclosure index for annual reports*, tendo como base o índice de *disclosure* desenvolvido por Botosan (1987) e com a utilização da técnica *delphi*, apresentaram o Índice de *Accountability* Pública (IAP) que foi utilizado no estudo dos relatórios anuais das universidades localizadas na Nova Zelândia compreendendo o período de 1985 a 2000.

A partir do Índice de *Disclosure de Accountability* Modificado (DAM), desenvolvido originalmente por Coy, Dixon e Tower (1993) e posteriormente modificado por Coy, Tower e Dixon (1993), surgiram outros estudos com base nos relatórios anuais de universidades.

- Nelson *et al.* (1997), utilizando os relatórios anuais do período de 1993 a 1995 em universidades australianas;
- Banks, Fischer e Nelson (1997), utilizando os relatórios anuais do período de 1992 a 1994 em universidades da Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte;
- Nelson, Banks e Fisher (2003), utilizando os relatórios anuais do período de 1988 a 2000 em universidades canadenses.

Diante desses aspectos as principais motivações deste trabalho são:

- a) Contribuir para as discussões teórico-empíricas sobre o *disclosure* das IESFB;
- b) Ausência de estudos dessa natureza até o momento em instituições brasileiras;
- c) A importância dessas instituições para a nação;
- d) Essas entidades recebem recursos públicos e, sendo assim, a sociedade deve conhecer a maneira como são consumidos;
- e) Falta de política governamental de *accountability* por parte das IESFB.

1.2 Questão de pesquisa

Diante da importância do ensino superior para o Brasil, dos constantes esforços do governo federal para que mais pessoas tenham acesso ao ensino superior, e do fato que as IESFB recebem recursos públicos através da renúncia fiscal para o desenvolvimento de suas atividades, é que se estabelece a principal questão de pesquisa que será respondida ao longo deste estudo:

O *disclosure* realizado pelas Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil – IESFB corresponde às informações consideradas relevantes para fins de divulgação pelos seus *stakeholders*?

Considerando que as características e motivações podem influenciar os níveis de *disclosure* assume-se nesta tese que as informações divulgadas pelas IESFB podem não corresponder às informações consideradas relevantes pelos *stakeholders* para fins de divulgação, existindo dessa forma uma assimetria informacional entre as IESFB e os mesmos.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Visando responder a questão de pesquisa, o presente estudo tem como objetivo geral realizar análise comparativa, sob a abordagem da teoria da divulgação, entre índice de *disclosure* das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil – IESFB e o grau de importância atribuído por *stakeholders* sobre as informações consideradas relevantes para fins de divulgação, visando verificar a existência ou não de assimetria informacional entre os mesmos.

1.3.2 Específicos

Procurando alcançar o objetivo proposto estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- (a) Construir um índice de *disclosure* das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil–IESFB;
- (b) Verificar se existe associação entre índice de *disclosure* e as características corporativas das IESFB;
- (c) Captar as percepções de *stakeholders* de IESFB, sobre que tipo de informações consideram relevantes para fins de divulgação externa (*disclosure*); e
- (d) Comparar o *disclosure* realizado pelas Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil - IESFB e a percepção dos *stakeholders*.

1.4 Aspectos metodológicos

Visando atingir os objetivos propostos, esta pesquisa adotará diversos procedimentos metodológicos, necessários para o desenvolvimento da investigação e elaboração do trabalho. Nessa direção, Cervo e Bervian (1996, p. 20) afirmam que:

Em seu sentido mais geral, o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade.

Com este estudo, pretende-se realizar uma pesquisa que prime pela compreensão e conhecimento dos elementos adotados pelas IESFB para evidenciação dos seus resultados.

Entende-se que essa análise possibilitará "desenhar um retrato" do que se passa no seu cotidiano, para que, assim, seja possível criar mecanismos de reconstrução da prática utilizada.

O trabalho foi desenvolvido utilizando-se as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, questionário e análise de dados contábeis com o uso de estatística descritiva e técnica de análise multivariada de dados. Sendo assim, caracteriza-se essa pesquisa, de acordo com Martins e Theóphilo (2007, p.59), como pesquisa quase-experimental, segundo os autores, “[...] a estratégia de pesquisa *ex post facto* é a mais comum das investigações sobre o ‘mundo’ das Ciências Sociais Aplicadas.” Ou seja, os estudos visam à relação entre as variáveis cujos delineamentos ocorrem após os fatos.

Esta pesquisa caracteriza-se como teórico-empírica, pois, segundo Demo (1985, p. 8), “[...] aquela produção científica que busca conhecer a realidade, incluindo neste ato um trabalho teórico e um trabalho empírico.” Sendo assim, a pesquisa se apoiará no referencial teórico para realizar os confrontos com a realidade estudada.

No que diz respeito a índices de *disclosure*, Alencar (2007, p. 12) enfatiza: “[...] os pesquisadores têm se dividido entre duas estratégias: construir o próprio indicador ou trabalhar com rankings já existentes.”

No Brasil, não existe qualquer tipo de ranking de *disclosure* disponível para as IESFB e, desta forma, em função dessa limitação, optou-se por montar um índice de *disclosure* das IESFB tendo por base o estudo desenvolvido por David Coy, Keith Dixon e Greg Tower (1993) no trabalho intitulado *The annual reports of tertiary education institutions: quality, timeliness, and distribution* que foi aplicado em Instituições de Ensino Superior da Nova Zelândia.

O índice foi elaborado a partir das informações contábeis referente ao exercício de 2007 e divulgadas em 2008 constantes da base de dados do Ministério da Justiça e também de acessos aos endereços eletrônicos das instituições pesquisadas, conforme Apêndice 1. Foram selecionadas todas as instituições constantes da base de dados do Ministério da Justiça e que

possuíam endereço eletrônico na internet. As informações constantes da base de dados do Ministério da Justiça referem-se a instituição mantenedora.

Posteriormente à elaboração do índice, buscando contribuir, avaliar e entender a realidade das IESFB no que diz respeito à divulgação externa de informações, foi utilizada a técnica *delphi* com *stakeholders* envolvidos com as instituições objeto deste estudo, tendo por base o estudo de Coy e Dixon (2004).

1.5 Contribuições

A consecução dos objetivos propostos contribui para as discussões teóricas e práticas. Do ponto de vista teórico contribui-se para a teoria geral da associação entre características corporativas e níveis de *disclosure* desenvolvida por diversos autores, na medida em que poderá ser observada a associação entre índices de *disclosures* e características corporativas em um ambiente que não é o mercado de capitais, e diferente do normalmente estudado na literatura em contabilidade nacional e internacional. Do ponto de vista prático, gestores, governo, órgãos de controle, sociedade e demais usuários interessados no *disclosure* das entidades objeto de estudo podem compreender melhor a forma como essas entidades evidenciam seus resultados.

Outra contribuição importante do trabalho diz respeito à elaboração de um índice de *disclosure* específico para as IESFB, que possibilitará verificar o relacionamento entre diversas variáveis, ao mesmo tempo em que possibilitará aos profissionais da contabilidade e pesquisadores entenderem melhor as relações existentes, orientando-os para suas ações e novas pesquisas.

Em virtude da carência de estudos dessa natureza tanto no Brasil quanto no exterior, o trabalho possibilitará por meio do desenvolvimento de novas pesquisas o aprofundamento dos estudos sobre as IESFB.

Além dessas contribuições, destacam-se também as contribuições feitas pelos participantes da técnica *delphi* que possibilitará, além da comparação com os itens que são evidenciados pelas

IESFB, a visão sobre os itens que as IESFB deveriam evidenciar para os usuários externos segundo os especialistas.

1.6 Estrutura do trabalho

Além da Introdução constante deste primeiro capítulo, este trabalho está estruturado conforme figura 1, visando facilitar a sua compreensão.

No capítulo segundo, é realizada a revisão da literatura com enfoque na teoria existente sobre divulgação, procurando evidenciar aspectos que influenciam a decisão de divulgar, em estudos empíricos realizados anteriormente que investigam as características corporativas que influenciam o índice de *disclosure*, bem como no trabalho de Coy, Dixon e Tower (1993) que desenvolveram estudo sobre índice de *disclosure* para as instituições de ensino superior da Nova Zelândia. No capítulo terceiro, apresenta-se a metodologia utilizada para elaboração da pesquisa, a forma da estruturação do índice de *disclosure*, as variáveis utilizadas na pesquisa e os participantes da técnica *delphi*. O capítulo quarto apresenta os resultados obtidos e, por fim, apresentam-se as conclusões da pesquisa onde são descritos os principais achados.

Figura 1 - Estrutura do trabalho

1.7 Delimitações da pesquisa

Foram analisadas somente as informações das IESFB referentes ao exercício de 2007 disponibilizadas pelo Ministério da Justiça e também disponíveis na página da internet de cada instituição, o que não possibilitará realizar qualquer tipo de comparação no que diz respeito à evolução dos índices de *disclosure*, podendo essa questão ser tratada em futuras pesquisas.

Existem, no Brasil, vários tipos de instituições de ensino superior, que atuam em diversas áreas do conhecimento, entretanto esta pesquisa está voltada para as Instituições de Ensino Superior Filantrópicas que atuam no Brasil, sem restrição quanto à sua área de atuação, observando-se, apenas, os aspectos tangíveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta revisão da literatura divide-se em três seções. A seção 2.1 apresenta a literatura a respeito da teoria da divulgação, incluindo: pesquisas sobre associação entre características corporativas e *disclosure*, estudos sobre índices de *disclosure* em instituições de ensino, contabilidade e *accountability* das ESFL. A seção 2.2 trata da caracterização e dos benefícios fiscais das IESFB.

2.1 Teoria da Divulgação

De acordo com Botosan (1997) a extensão nas quais as empresas se beneficiam do aumento do *disclosure* permanece um tema controverso. Segundo a autora, vários modelos de preço de ativos sugerem que aumento de *disclosure* reduzem o custo de capital próprio mas poucas evidências empíricas existem para suportar esses argumentos.

O *Special Committee on Financial Reporting do American Institute of Certified Public Accountants* (1994) (ex. Jenkis Committee) afirma que um benefício importante de maior *disclosure* é um menor custo de capital próprio. Em sentido contrário, de acordo com (Berton 1994) o Instituto de Executivos Financeiros argumenta que a exigência elevada de *disclosure* no relatório do *Committee's* provocam volatilidade adicional do preço aumentando assim, o risco e provocando um maior custo de capital próprio.

As empresas de uma maneira geral divulgam informações obrigatórias, aquelas que são exigidas pela legislação, mas também podem divulgar informações úteis que auxiliam os *stakeholders* nas tomadas de decisões. A divulgação das informações, positivas e negativas, evidencia o nível de *accountability* pública para com os usuários da informação. Sobre essa questão, Goulart (2003, p. 60), enfatiza que: para a garantia da “transparência”, faz-se necessário que as empresas divulguem tanto as informações “positivas” como também as “negativas”. Isso significa que os usuários da informação, desde que os aspectos negativos estejam tecnicamente fundamentados, poderão tomar suas decisões com mais segurança.

2.1.1 Literatura sobre *Disclosure*

Hope (2003) argumenta que *disclosure* é um fenômeno inerentemente complexo e uma simples teoria pode dar uma explicação parcial. Verrecchia (2001) e Dye (2001) apresentam uma revisão teórica e demonstraram argumentos para a existência de uma teoria unificada ou abrangente sobre *disclosure*.

A taxonomia proposta por Verrecchia (2001, p. 99) engloba três categorias amplas de pesquisa sobre *disclosure* na contabilidade:

- Pesquisa baseada na associação (*association-based disclosure*) – busca identificar a associação entre *disclosure* e o comportamento dos investidores, cujo objetivo é o de maximizar suas riquezas. A análise dessa associação é realizada por meio da caracterização dos efeitos da divulgação nas ações dos investidores no momento em que a divulgação ocorre. Yamamoto e Salotti (2006, p.23), “consideram que as pesquisas sobre divulgação baseada em associação têm sido bem-sucedidas, pois oferecem caracterizações detalhadas sobre as relações ou associações entre a divulgação, mudanças nos preços, volume de negócios ou outro fenômeno de mercado.”
- Pesquisa baseada na discricionariedade do *disclosure* (*discretionary-based disclosure*) – procura identificar os motivos da divulgação, busca identificar por que os gestores e/ou as empresas decidem divulgar determinadas informações. Uma das questões fundamentais para o entendimento desse tipo de pesquisa está relacionada ao problema da seleção adversa, onde a informação não divulgada passa a ser interpretada como uma informação não favorável. Exemplificando, se uma empresa tem boas perspectivas financeiras para os próximos anos ela tem um incentivo maior em divulgar em detalhes essas perspectivas, pois acredita que os custos da divulgação seriam menores que os benefícios e também porque a não divulgação da informação poderia levar o mercado a interpretar que as perspectivas financeiras para os próximos anos não são boas. Em sentido contrário, ou seja, se as perspectivas financeiras da empresa para os próximos anos são ruins, então não vale a pena ela incorrer em custos de divulgação haja vista que a não divulgação já levará o mercado a interpretar dessa forma. Sobre a seleção adversa Dye (1985, p.124) afirma:

Os investidores atuais (que maximizam riqueza) preferem gestores que adotam políticas destinadas a aumentar o valor de mercado de suas ações. Uma vez que o valor de mercado da empresa antes e depois de cada divulgação da gestão é publicamente observável, em princípio, os investidores poderiam conceber contratos de incentivos que encorajam gestores em suprimir informações desfavoráveis para o valor da empresa e divulgar informações que aumenta o preço da empresa. Mas, se os investidores sabem que os gestores tem informações que não tenham sido divulgadas, eles corretamente vão inferir que o preço atual de mercado da empresa supervaloriza o valor da empresa, baseado na informação (desfavorável) retidas pelo gestor. Assim, os investidores irão rever para baixo suas demandas para as ações da empresa, e o preço da empresa cairá precipitadamente até que o gestor divulgue a informação.²

- Pesquisa baseada na eficiência do *disclosure* (*efficiency-based disclosure*), que debate que tipo de informações são preferidas e mais eficientes, considerando que as informações ainda não foram divulgadas. Para Dye (2001) a maioria dos pesquisadores contábeis concordariam que se a empresa divulgar mais informações pode reduzir o seu custo de capital. O custo de transação, que é o custo gerado a partir da seleção adversa proveniente à troca de ativos entre investidores de graus de conhecimento variados da informação, pode influenciar na eficiência do *disclosure*. Na busca da eficiência, as empresas procuram reduzir a assimetria informacional como forma de reduzir esse custo. De acordo com Yamamoto e Salotti (2006, p.25) “a empresa poderia comprometer-se a preparar as suas demonstrações contábeis usando padrões e procedimentos contábeis o mais transparente possível.” Para os autores, se uma boa política de divulgação beneficia a empresa e consequentemente reduz o seu custo de capital, então o que impede a empresa em escolher a divulgação completa?

Quadro 3 - Características da divulgação das categorias de pesquisa

Categorias de Pesquisa	Características da Divulgação	
	Momento de Ocorrência da Divulgação (<i>ex ante</i> ou <i>ex post</i>)	Processo de Divulgação (endógeno ou exógeno)
Associação	<i>ex post</i>	Exógeno
Julgamento	<i>ex post</i>	Endógeno
Eficiência	<i>ex ante</i>	não aplicável

FONTE: Yamamoto e Salotti (2006, p.56)

Por sua vez, Dye (2001, p. 184) discorda, parcialmente, de Verrecchia colocando os seguintes argumentos. No que diz respeito ao *disclosure* obrigatório, por exemplo, concorda que a

² *Current (wealth-maximizing) shareholders prefer managers who adopt policies designed to increase the market value of their shares. Since the market value of the firm before and after each management disclosure is publicly observable, in principle, shareholders could design incentive contracts which encourage managers to suppress information unfavorable to the firm's value and release information which increases the price of the firm. But if investors know that a manager has information which has not been released, they correctly will infer that the current market price of the firm overstates the firm's values, based on the (unfavorable) information withheld by the manager. Accordingly, investors will revise downward their demands for the firm's shares, and the price of the firm will fall precipitously until the manager releases the information.*

literatura existente não está suficientemente amadurecida para merecer o *status* de teoria. Já com relação ao *disclosure* voluntário, o autor defende que essa questão pode ser estudada como um apêndice dentro da Teoria dos Jogos, onde a entidade fará ou não *disclosure*, na proporção em que este seja favorável ou não à entidade.

Dye (2001, 185) cita como exemplo uma empresa que, em seu relatório, destaca somente o seu sucesso, programa de redução de custos, e não faz qualquer tipo de citação às suas receitas. De acordo com o autor, nesse caso a teoria permite prever que o crescimento das receitas não foi tão satisfatório como no caso do programa de redução de custos, antes mesmo de examinar a demonstração de resultados. Para Dye, a utilização da premissa de que as empresas ou seus gestores irão divulgar o que acreditam ser favorável à empresa e omitir o que for desfavorável não tem necessariamente ligação com a valorização ou a desvalorização do preço da ação.

Verrecchia (2001, p. 100) defende que uma teoria abrangente deveria reconhecer todos os aspectos relacionados com o papel da eficiência, dos incentivos e a endogeneidade do processo de mercado. Assim, essa teoria abrangeria as interações entre investidores que são agentes que visam maximizar o seu próprio bem-estar.

No que diz respeito ao relacionamento entre o custo de capital e o nível de *disclosure* das empresas, Hail (2002, p. 743) apresenta duas linhas de pensamento. A primeira voltada para a liquidez dos mercados, que segundo o autor que devido à falta dessa liquidez e ao desinteresse dos investidores por suas ações, as empresas com o objetivo de reduzir o custo de capital próprio divulgam informações privadas, ou seja, praticam o *disclosure* voluntário. A outra linha, voltada para a estimação do risco visa reduzir a estimação de risco por parte dos investidores oferecendo um maior nível de *disclosure*.

Dye (2001) apresenta alguns motivos pelos quais o mercado não consegue pressionar as empresas a fazerem divulgação:

- a) desconhecimento por parte dos *stakeholders* sobre o potencial de informação disponível;
- b) interpretação da informação ou da ausência dela de maneira diferenciada pelos investidores;

c) em função do gerenciamento de resultados, a credibilidade do *disclosure* é comprometida.

De acordo com o modelo analítico proposto por Verrecchia (2001), o *disclosure* discricionário resulta em cinco hipóteses empiricamente testáveis, as quais têm correlação:

- a) positiva com o desempenho da empresa,
- b) negativa com os custos de divulgação,
- c) positiva com o nível de assimetria informacional entre os investidores externos e a empresa,
- d) positiva com a importância dada pela empresa às percepções dos terceiros, e
- e) positiva com o nível passado de divulgação.

Verrecchia e Dye (2001), apesar de algumas discordâncias, concordam que atenção especial deve ser dada para estudos sobre a eficiência do *disclosure* obrigatório. A discussão entre Verrecchia e Dye sobre as questões relacionadas ao *disclosure* dizem respeito ao mercado de capitais, entretanto, no que diz respeito ao *disclosure* das IESFB objeto deste estudo, ainda há muito que avançar, haja vista a escassez de estudos nessa área.

2.1.1.1 Estudos empíricos sobre *disclosure*

Muitas pesquisas em diversos países foram desenvolvidas procurando investigar a evidenciação de informações contábeis obrigatórias e voluntárias.

- Botosan (1997) testou a associação entre o nível de *disclosure* e o custo do capital próprio após o controle do beta de mercado e tamanho da empresa e registrou uma associação negativa entre custo de capital próprio e nível de *disclosure* voluntário para as empresas que atraem um baixo acompanhamento por parte dos analistas. No entanto, não encontrou evidências de uma associação entre o nível de *disclosure* e custo de capital próprio para as empresas com um alto acompanhamento por parte dos analistas.
- Sengupta (1998) estudou a relação entre a qualidade da divulgação considerada como uma estimativa do risco de crédito e os custos de financiamento. O autor testou as seguintes hipóteses: a) o custo adicional de financiamento das dívidas é inversamente relacionado à qualidade da divulgação; e b) a relação entre a qualidade da divulgação e

o custo adicional do financiamento de dívidas é mais forte (fraco) para empresas caracterizadas com uma alta (baixa) incerteza no mercado. Os resultados dos testes estatísticos mostraram uma correlação negativa entre a qualidade da divulgação, o custo de capital da empresa e a taxa interna de retorno da dívida. Os resultados também mostraram uma forte associação entre a qualidade da divulgação e o custo de capital.

- Leuz (2000) analisou os estímulos das empresas alemãs para evidenciação voluntária da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, tendo observado que embora ela não fosse uma informação obrigatória na Alemanha até 1998, um crescente número de empresas a divulgou segundo o autor em função das recomendações das associações profissionais alemãs e aos padrões contábeis de outros países.
- Richardson e Welker (2001) pesquisaram a relação entre a divulgação financeira, a divulgação social e o custo de capital das empresas canadenses. Os resultados evidenciam que a qualidade e quantidade da divulgação contábil são negativamente correlacionadas com o custo de capital das empresas acompanhadas por um pequeno número de analistas. Os resultados do estudo também demonstraram uma correlação positiva entre a divulgação social e o custo de capital das empresas.
- Nossa e Carvalho (2003) realizaram um estudo com o objetivo de investigar o nível de *disclosure* de informações ambientais apresentado pelas empresas do setor de papel celulose. De acordo com os autores, o *disclosure* de informações ambientais diverge em relação aos seguintes aspectos: porte da empresa, aos países de localização e aos tipos de relatório.
- Eng e Mak (2003), utilizando-se de uma amostra de 158 empresas listadas na Bolsa de Valores de Singapura, desenvolveram uma pesquisa empírica para verificar a relação existente entre aspectos de governança corporativa e o *disclosure* voluntário. Os resultados evidenciaram que menor participação dos administradores e maior participação do governo na estrutura acionária de uma empresa são associadas com um *disclosure* voluntário maior. Estes resultados, segundo os autores são consistentes com o fato de que maior participação governamental incorpora, no Conselho, diretores externos à organização, o que aumenta a independência do órgão e, por consequência, resulta em maior controle das ações dos administradores, e dessa forma exigindo-se mais *disclosure*.

- Pereira (2004) observou que a divulgação de informações aos mercados de capitais tem sido tratada como um aspecto de alta importância e como forma de se evitar falha do mecanismo de mercado. Para o autor, a regulamentação exerce papel preponderante quando estabelece os parâmetros de qualidade e quantidade de informação. Em função da grande variabilidade do volume de informações divulgado, o estudo procurou compreender as causas da variabilidade a partir da escolha da estrutura de capital. Os resultados indicam, ainda que de forma limitada, que existe diferença entre a estrutura de capital de empresas que apresentam maior e menor nível de divulgação voluntária.
- Lima (2007) investigou a relação entre o nível de *disclosure* voluntário e o custo de capital de terceiros. Os resultados empíricos demonstraram que o nível de *disclosure* voluntário possui relação inversa com o custo de capital de terceiros, ou seja, quanto maior o nível de *disclosure*, menor o custo de capital de terceiros.
- Alencar (2007) investigou a relação entre *disclosure* e custo de capital próprio no Brasil. Como *proxy* para o nível de *disclosure* foi desenvolvido e utilizado o Índice de *Disclosure* Brasileiro (IDB) que mensura características essenciais de evidenciação ao longo de seis dimensões: (i) informações gerais sobre a empresa, (ii) relações com empregados e administradores, (iii) informações não-financeiras sobre mercado, vendas e produtos, (iv) projeções, (v) discussões e análises de dados financeiros e (vi) outras informações. Foi verificada relação negativa e estatisticamente significativa entre custo de capital e *disclosure* para todas as empresas. No entanto, essa relação é mais pronunciada para empresas que recebem menor cobertura por parte dos analistas de mercado e possuem estrutura de propriedade mais dispersa.

2.1.2 Fatores que afetam a decisão de *disclosure*

De acordo com Dantas et. al. (2004, p.3) o que define o quanto evidenciar é o equilíbrio entre o custo e o benefício da divulgação. Sendo assim, segundo os autores os benefícios da informação devem ser superiores aos seus custos de produção.

Nesse aspecto, afirmam os autores (2004, p.10):

Se há evidências dos benefícios que um maior nível de evidenciação traz para a empresa e para o mercado, também é evidente que há um custo associado à produção e divulgação da informação.

O que se discute é a relação custos *versus* benefícios do *disclosure*, o que não se traduz em uma questão objetiva.

Para Verrechia (2001, p.150), a ausência de custos de divulgação teoricamente pressupõe *full disclosure*, ou seja, se não há custos para a empresa em divulgar as informações ela é incentivada a divulgar essas informações, pois caso contrário o mercado interpretará como uma situação desfavorável para a empresa.

Richardson (2001, 234) aponta dois tipos de custos de divulgação: custos dos proprietários e de litígios. Os custos dos proprietários dizem respeito a redução de vantagem competitiva em função da divulgação de mais informações aos concorrentes. Os custos de litígios dizem respeito ao surgimento de possíveis questões judiciais decorrentes da divulgação de informação de maneira incorreta.

Healy e Palepu (2001) analisaram os resultados de pesquisas empíricas realizadas por vários estudiosos sobre as normas de *disclosure*, intermediários da informação, e também acerca dos fatores que determinam e provocam consequências econômicas no *disclosure* corporativo. No que diz respeito aos estudos sobre as consequências econômicas do *disclosure* voluntário, Healy e Palepu (2001, p.429-430) encontraram três tipos de efeitos no mercado, provocados pelo aumento de *disclosure*: aumento da liquidez das ações no mercado, reduções no custo de capital próprio e crescimento da atenção por parte dos analistas.

Apesar de inúmeras pesquisas realizadas, Healy e Palepu (2001) identificaram várias questões sem respostas que, provavelmente, foram surgindo em função do aparecimento de forças macroeconômicas que proporcionaram várias oportunidades de pesquisas em função do surgimento de inúmeros fatores, como por exemplo: tecnologia, redes organizacionais, globalização, etc.

Graham, Harvey e Rajgopal (2005) pesquisaram os incentivos e restrições ao *disclosure* voluntário junto a mais de 400 executivos de empresas das áreas de finanças e contabilidade. No que diz respeito a redução da assimetria informacional e o porque de se realizar *disclosure*, as afirmações dos pesquisados com maior nível de concordância foram que o *disclosure*:

- voluntário promove a confiabilidade na transparência (92,1%);

- reduz o risco de informação que os investidores atribuem às ações (81,9%);
- aumenta as previsões das projeções da empresa (56,2%);
- aumenta a liquidez das ações (44,3%);
- aumenta a relação preço/lucro (42%);
- reduz o custo de capital próprio (39%);
- possibilita maior cobertura dos analistas (50,8%);
- corrige o preço subavaliado da ação (48,4%);
- revela aos *outsiders* o nível de habilidade dos gestores (41,3%).

Quanto aos motivos que levam as empresas em não realizarem o *disclosure*, os autores testaram algumas afirmações, dentre as quais destaca-se as com maior nível de concordância entre os pesquisados:

- evitar estabelecer um precedente de *disclosure* difícil de se manter (69,6%);
- evitar a divulgação de informações estratégicas (58,8%);
- evitar processos judiciais caso os lucros futuros não alcancem os valores informados (46,4%).

Harris (1998) investiga a relação entre a competição num determinado segmento e a escolha de se divulgar ou não informações de uma empresa neste segmento competitivo. Para isso, utilizou-se dos relatórios anuais de 929 empresas americanas, elaborados entre os anos de 1987 a 1991, concluindo que num cenário, onde os segmentos de mercado são competitivos, não há incentivo para uma melhor transparência, além das obrigatórias, pois a prioridade está na proteção de *market share* e dos resultados.

Dantas, Zendersky e Niyama (2004) afirmam que diversos estudos têm revelado os benefícios de um maior nível de evidenciação contábil, corroborando com a afirmação de que o grau de *disclosure* é positivamente relacionado com o desenvolvimento e a estabilidade do mercado de capitais. Além disso, reflete na valorização da entidade, aumentando a confiança dos investidores, credores e demais agentes em relação à organização. Esse aumento da confiança, por sua vez, contribui para o aumento da liquidez das ações e também para a redução do custo de capital. Em sentido contrário, não obstante a estes benefícios para o mercado e para a própria organização, diversas outras pesquisas também corroboram a ideia de que as empresas relutam em aumentar o nível de *disclosure*, evidenciando somente as informações exigidas

pelos órgãos competentes, sob argumentos de proteção às informações de natureza estratégica, receios de questionamentos jurídicos ou mesmo de custos de elaboração e divulgação das informações. Os autores discutem em seu trabalho a aparente dualidade existente, procurando destacar os diversos conceitos relacionados com o tema. Além disso, utilizam conclusões de pesquisas empíricas desenvolvidas em âmbito nacional e internacional para dar suporte às argumentações teóricas. Os autores concluem que um maior nível de *disclosure* representa uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que beneficia os usuários com a informação que eles necessitam para o seu processo decisório e cria condições para o desenvolvimento e estabilidade do mercado de capital, também existem fatores como a proteção às informações de natureza estratégica e o receio de questionamentos jurídicos ou mesmo de custos de elaboração e divulgação das informações. Os autores apontam os mecanismos de governança corporativa como uma forma de equilibrar esse dualismo, onde a adequada divulgação de informações assume papel relevante.

Salotti (2005) avaliou os motivos da divulgação voluntária da DFC no mercado de capitais brasileiro. A partir do modelo proposto por Verrechia (2001) o autor testou cinco hipóteses relacionadas com a divulgação voluntária da DFC. Os resultados indicaram que a divulgação voluntária da DFC tem forte correlação positiva com a divulgação voluntária passada da DFC e positiva com a importância dada pela empresa às percepções dos *outsiders*. Percebeu-se ainda, correlação positiva com o desempenho da empresa, negativa com os custos de divulgação e negativa com o nível de assimetria informacional. Constata-se a partir da inclusão de uma variável de controle relacionada à participação das empresas nos programas de ADRs, *American Depositary Receipts*, uma correlação positiva entre a divulgação da DFC e a participação das empresas nos programas de ADRs.

Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam existir alguma evidência mostrando que, à medida que as empresas necessitam mais de capital estrangeiro, elas tendem a fazer divulgação financeira direcionada aos mercados financeiros de onde pretende captar os recursos. Os autores (1999, p.517) identificam os argumentos das empresas que relutam em divulgar suas informações financeiras e avaliam se esses argumentos têm fundamento:

- a) A divulgação ajudará os concorrentes, em prejuízo dos acionistas. Esse argumento não tem fundamento, pois os concorrentes obterão informações por meio de outras fontes.

- b) Aumenta a vantagem dos sindicatos na negociação. Entretanto, a divulgação normalmente melhora a negociação.
- c) Os *stakeholders* não compreendem os relatórios. Essa afirmação não é coerente, pois os analistas financeiros e os administradores de carteira são versados em contabilidade.
- d) Fontes de informação financeira disponíveis a custo mais baixo do que se fosse fornecida pela empresa em seus relatórios. Para os autores esse motivo possui certo mérito.
- e) Falta de conhecimento das necessidades dos investidores. Para os autores em função de variada existência de modelos de decisão esse motivo não deve ser um limitador.

Discutindo sobre a necessidade ou não de regulamentação da evidenciação, Admati e Pfleiderer (1998) questionam: se há evidências de que um nível adequado de *disclosure* resulta no aumento da liquidez e na eficiência do mercado financeiro e reduz o custo de capital para as empresas, então por que elas não o praticam voluntariamente? Dessa maneira, defende os autores que nesse caso não haveria necessidade de regulamentação da divulgação, pois a mesma é de interesse das empresas. Ainda de acordo com os autores, na realidade o *full disclosure* voluntário raramente acontecesse. As empresas geralmente só divulgam mais o que a estrutura legal e normativa exige, tornando dessa forma fundamental a regulamentação do processo de evidenciação.

2.1.3 Associação entre características corporativas e nível de *disclosure*

Ahmed e Courtis (1999) desenvolveram estudo com o objetivo de verificar e indicar os fatores de diferenças nos resultados em estudos empíricos que buscam identificar a associação entre características corporativas e nível de *disclosure*. No estudo, os autores aplicaram a técnica de meta-análise em 29 estudos.

Os autores citam estudo realizado por Cerf's (1961) que foi designado não somente para identificar o maior *disclosure*, mas para explicar, através da associação com atributos da companhia, porque algumas empresas aderem a melhores políticas de *disclosure* do que outras.

Ahmed e Courtis (1999, p.37) enfatizam:

Sucessivos estudos têm investigado a associação entre *disclosures* e características da empresa empregando uma variedade de índices de *disclosure* e métodos de pesquisa em diferentes países. Dependendo dos objetivos da pesquisa muitos atributos das empresas têm sido examinados nos estudos de *disclosure* dos relatórios anuais. As mais freqüentes dessas características das empresas têm sido tamanho, ranking, estrutura de capital (alavancagem), lucratividade e tamanho da empresa de auditoria.³

Para Ahmed e Courtis (1999), as explicações para selecionar as características das empresas incluem: custos de agência, custos dos proprietários, política de custos, governança corporativa e controle, sinal e assimetria informacional, necessidades de capital, custos judiciais e reputação da empresa de auditoria.

O tamanho da empresa é medido pelo valor contábil dos ativos, valor de mercado da firma, receita total ou número de acionistas e tem sido encontrado por ser significativamente e positivamente associado com níveis de *disclosure* em vários estudos, conforme citam Ahmed e Courtis (1999), sugerindo que companhias maiores seguem melhores práticas de *disclosure* nos países desenvolvidos (Cerf, 1961; Singhvi e Desai, 1971; Stanga, 1974; Buzby, 1975; Belkaoui e Kahl, 1978; Firth, 1979; Courtis, 1979; McNally *et al.*, 1982; Cooke, 1989a, 1989b, 1992; Wallace *et al.*, 1994; Inchausti, 1997) e em desenvolvimento Novos Países Industrializados (NIC) (Chow e Wong-Boren, 1987; Tai *et al.*, 1990; Ahmed e Nicholls, 1994; Hossain *et al.* 1994; Marston e Robson, 1997). Ahmed e Courtis (1999) explicam que, apesar de uma consistente associação positiva significativa entre tamanho da organização e níveis de *disclosure* ter sido registrada, nota-se que existe uma ampla variação nos resultados.

Associação positiva também foi verificada com relação à alavancagem, que é medida pelo valor contábil das obrigações e o patrimônio líquido ou pelo valor contábil do ativo total e nível de *disclosure* (Myers, 1977; Schipper, 1981; Chow e Wong-Boren, 1987; Wallace *et al.*, 1994, conforme Ahmed e Courtis, 1999).

Jensen e Meckling (1976) argumentam que as firmas com alavancagem mais alta incorrem em mais custos de controle e, sendo assim, elas buscam reduzir esses custos pelo *disclosure* de mais informações nos relatórios anuais. Em seu estudo, Ahmed e Courtis (1999) afirmam que

³ “Several succeeding studies have investigated the association between disclosures and firm characteristics by employing a variety of disclosure indices and research methods in different countries. Depending on research objectives, several corporate attributes have been examined in annual report disclosure studies. The most

a evidência empírica relacionada com essa hipótese é inconclusiva, destacando que alguns estudos têm encontrado uma relação significativa (Courtis, 1979; Malone *et al.*, 1993; Hossain *et al.*, 1994), enquanto outros não têm encontrado relacionamento (Chow e Wong-Boren, 1987; Ahmed e Nicholls, 1994; Wallade *et al.*, 1994; Wallace e Naser, 1995; Hossain *et al.*, 1995; Raffournier, 1995).

A rentabilidade da firma também é outra hipótese associada positivamente com o nível de *disclosure*. Singhvi e Desai (1971) argumentam que maior lucratividade motiva gerenciamento e fornece mais informações porque ela aumenta a confiança dos investidores que, por sua vez, aumenta a compensação do gerenciamento. Sobre essa característica, Ahmed e Courtis (1999) afirmam que evidências empíricas fornecem resultados conflitantes. Uma relação significativamente positiva foi encontrada em alguns estudos (Singhvi, 1968; Singhvi e Desai, 1971; Wallace *et al.*, 1994), enquanto outros estudos não encontraram tais relacionamentos (McNally *et al.*, 1982; Lau, 1992; Raffournier, 1995). Uma associação significativamente negativa entre lucratividade e nível de *disclosure* tem também sido registrada (Belkaoui e Kahl, 1978; Wallace e Naser, 1995).

De acordo com Ahmed e Courtis (1999), vários estudos examinaram a associação entre o tamanho da empresa de auditoria e o nível de *disclosure*, destacando: Firth, 1979, DeAngelo, 1981; Wallace *et al.*, 1994, sendo que os resultados dos estudos não são conclusivos. Alguns estudos encontraram que empresas de auditoria maiores mostraram uma significativa associação ($p \leq 0,05$) com elevado nível de *disclosure* (Singhvi e Desai, 1971; Malone *et al.*, 1993; Ahmed e Nicholls, 1994; Hossain *et al.*, 1994; Raffournier, 1995; Ahmed, 1996; Patton e Zelenka, 1997). Resultados similares foram obtidos por outros estudos, mas com menor nível de significância (MacNally *et al.*, 1982; Tai *et al.*, 1990). Outros estudos, segundo os autores, não apresentaram relacionamento entre tamanho da firma de auditoria e nível de *disclosure*, (Singhvi, 1968; Courtis, 1979; Firth, 1979, Tong *et al.*, 1990; Wallace *et al.*, 1994).

Os autores também analisaram outros estudos que examinaram a associação de *disclosure* dos relatórios anuais com outras variáveis: os estudos de Belkaoui e Kahl, 1978; Wallace *et al.*,

frequent of these characteristics have been corporate size, listing status, capital structure (leverage), profitability, and size of the reporting entity's audit firm."

1994; Wallace e Naser, 1995 incluíram liquidez, sendo que os resultados mostraram relacionamento não significativo entre nível de *disclosure* e a liquidez da firma. O tipo de segmento empresarial também foi investigado por Stanga, 1976; Belkaoui e Kahl, 1978; McNally *et al.*, 1982; Wallace, 1987; Cooke, 1989a, 1989b; Wallace *et al.*, 1994. Alguns países apresentaram relacionamento significativo (Stanga nos USA, Belkaoui e Kahl no Canadá e Cooke na Suécia), enquanto outros não (Wallace na Nigéria, MacNally *et al.* na Nova Zelândia e Wallace *et al.* na Espanha).

Outros estudos examinaram o relacionamento do nível de *disclosure* com a nacionalidade dos gestores, relacionamento com a *holding* e qualificação do principal executivo contábil na Índia (Singhvi, 1968); Bangladesh (Parry e Grove, 1990; Ahmed e Nicholls, 1994; Ahmed, 1996); Nigéria (Wallace, 1987); Tanzânia (Abayo *et al.*, 1990) e Suécia (Cooke, 1989, 1989b). Os resultados encontrados por Singhvi demonstram que empresas indianas gerenciadas por gestores nacionais evidenciavam menos informações que seus colegas gestores estrangeiros. Abayo *et al.* (1990) e Ahmed e Nicholls (1994) encontraram que o nível de aceitação com as normas de *disclosure* obrigatório não teve associação significativa com a qualificação profissional pelo principal executivo contábil. Enquanto Wallace (1987) e Ahmed e Nicholls (1994) encontraram um relacionamento significativo entre nível de *disclosure* e o relatório da entidade quando a entidade é uma subsidiária de uma companhia multinacional, em oposição a esse resultado Cooke (1989a, 1989b) não encontrou tal relacionamento.

Courtis (1979) desenvolveu estudos com empresas da Nova Zelândia onde examinou uma série de variáveis: oportunidade do relatório anual; custo de elaboração do relatório anual, percentual de dividendos; seguro de variação de preços, idade da companhia, taxa de retorno; e emissão de seguros no mercado de ações da Nova Zelândia. Ele encontrou uma associação significativa entre níveis de *disclosure* em cada uma das variáveis citadas, exceto oportunidade e idade da companhia.

Diante das evidências inconclusivas nos estudos pesquisados por Ahmed e Courtis (1999) sobre a associação entre nível de *disclosure* e: (a) alavancagem, (b) lucratividade, e (c) tamanho da firma de auditoria e também das variações nos resultados dos estudos com relação à extensão de uma associação entre níveis de *disclosure* e tamanho das organizações e *status*

de listagem, os autores aplicaram a técnica meta-análise de maneira estatisticamente sistemática para explicar essas variações. Essa técnica possibilita avaliar a variação de resultados e então fornecer um claro entendimento da associação entre características corporativas e níveis de *disclosure* da empresa.

No estudo, Ahmed e Courtis (1999) testaram a hipótese de relacionamento entre *disclosure* e as seguintes variáveis: tamanho, status de listagem, alavancagem, rentabilidade e tamanho da empresa de auditoria.

Os resultados da meta-análise confirmaram a hipótese de associação entre nível de *disclosure* e tamanho da empresa, sendo que diferenças na construção do índice de *disclosure*, na mensuração das variáveis explanatórias ou no modelo contábil adotado pelo país não influenciaram os resultados. No que diz respeito à variável *status* de listagem, o resultado do estudo confirmou a associação entre essa variável e o nível de *disclosure*.

Em relação à alavancagem, os estudos analisados apontaram tanto relação positiva quanto relação negativa. O resultado da meta-análise mostrou que as diferenças encontradas foram influenciadas pelas diferenças apresentadas na elaboração do índice de *disclosure*, na mensuração da variável independente e no grupo pesquisado, concluindo, entretanto, que há associação positiva.

Da mesma forma que a variável alavancagem, os estudos também se mostraram inconclusivos com relação à variável rentabilidade. O resultado da meta-análise mostrou que existe associação entre *disclosure* voluntário e rentabilidade.

No que diz respeito à variável tamanho da empresa de auditoria, o estudo de Ahmed e Courtis (1999) confirmou as divergências apontadas nos estudos analisados, sendo inconclusivos os resultados da meta-análise com relação à associação entre nível de *disclosure* e tamanho da empresa de auditoria.

Ahmed e Courtis (1999, p.55) afirmam:

As implicações totais destes achados é a de que a presença dos três atributos corporativos positivos devem sinalizar a presença da credibilidade aos investidores no que diz respeito ao comportamento apropriado da gestão e relatórios corporativos. A divulgação de níveis mais elevados associados a estes atributos refletem a melhoria da possibilidade de que as empresas têm

cumprido os princípios contábeis geralmente aceitos nos relatórios de sua situação financeira, e tenham cumprido as exigências da divulgação obrigatória emanadas da lei das companhias (comerciais), a bolsa de valores, as autoridades reguladoras e o interesse pela segurança estabelecido pelos agentes fiduciários.⁴

2.1.4 Estudos sobre *disclosure* em Instituições de Ensino Superior

2.1.4.1 Estudo de Coy, Dixon e Tower (1993)

Durante o período de 1985 a 1990 ocorreram mudanças consideráveis nos relatórios anuais das instituições de educação superior da Nova Zelândia. O estudo buscou examinar se essas mudanças continuaram, tendo como base o conteúdo do relatório, a oportunidade na publicação e a extensão da distribuição.

No estudo, foram utilizados dois conjuntos de informações. Primeiramente, os relatórios de 1992 publicados até novembro de 1993 são analisados pela qualidade do conteúdo utilizando índice de *disclosure* desenvolvido por Coy, Tower e Dixon (1993), e comparado com análises similares dos relatórios de 1991 a 1990. Posteriormente, em abril de 1993 foram enviados questionários para 32 instituições com o objetivo de se obter informação de quando e para quem os relatórios anuais de 1992 foram distribuídos.

A oportunidade dos relatórios anuais da educação superior foi considerada sobre dois aspectos: a data quando as demonstrações financeiras são enviadas ao parlamento e a data quando as demonstrações estão disponíveis para usuários externos e o público em geral. A primeira chamada pelos autores de oportunidade do processo estatutário e a segunda de oportunidade de *accountability* pública.

Os autores defendem que os indivíduos têm o direito de examinar os relatórios das instituições a partir da data que os relatórios são disponibilizados ao parlamento, no entanto a

⁴ “The overall implication of these findings is that the presence of the three positive corporate attributes should signal to investors the presence of credibility with regard to appropriate management behaviour and corporate reporting. The higher disclosure levels associated with these attributes reflect an enhanced likelihood that corporations have complied with generally accepted accounting principles in reporting their financial circumstances, and have complied with mandatory disclosure requirements emanating from the Companies Act, the Stock Exchange, regulatory authorities, and fixed interest security trustees.”

oportunidade dos relatórios anuais, no sentido de distribuição ao público é deixada a critério de cada instituição.

Como distribuição os autores consideram o número de relatórios enviados aos indivíduos e outras organizações, o alcance e adequação das pessoas a quem são enviados os relatórios, a sua disponibilidade em bibliotecas, e a forma como a sua acessibilidade é divulgada inclusive os comunicados à imprensa e a utilização de anúncios publicitários. O estudo aponta que a maioria dos relatórios anuais (61%) é distribuída às pessoas que trabalham na educação superior.

Os relatórios anuais das instituições de educação superior da Nova Zelândia foram avaliados com o auxílio de um índice de *disclosure* que mede a sua qualidade utilizando uma escala ordinal. Em um estudo anterior, Dixon *et al.* (1991) analisaram os relatórios relativos aos anos de 1985 até 1990 utilizando um índice chamado score de *disclosure de accountability* (AD-score). Este índice incluía 43 itens que os autores identificaram por meio de uma combinação de dedução ou indução e que, na opinião dos autores, contribuem para a *accountability* pública.

Antes de avaliar os relatórios de 1992, os autores revisaram o método AD-score e decidiram continuar o desenvolvimento do índice, analisando os pontos fracos que se tornaram aparentes, incluindo aqueles atribuíveis à transformação nos relatórios a serem publicados em 1991 e 1992, em comparação com anos anteriores. Como resultado desta revisão, o número de itens no índice foi reduzido de 43 para 26. Esta redução compreendeu a inclusão de um novo item, o índice de alocação *overhead*, e a redução dos atuais 43 itens para 25 itens, através da combinação de vários itens que foram previamente tratados separadamente. O índice revisado foi chamado de Score de *Disclosure de Accountability* Modificado (DAM-score) e é apresentado juntamente com seus pesos na Tabela 1.

Tabela 1 - Itens índice e seus pesos⁵

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	Pesos
I – Visão Geral	
01 – Demonstração dos objetivos	3
02 – Relatório descritivo/revisão geral	3
03 – Resumo dos fatos e números	1
04 – Revisão financeira	1

⁵ A tabela original está no anexo A

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	Pesos
05 – Políticas contábeis	2
06 – Informações da diretoria	1
II – Desempenho dos serviços	
07 – Número de estudantes	3
08 – Formandos	2
09 – Emprego/destino dos estudantes da educação	1
10 – Publicações	3
11 – Percentual de estudantes na faculdade	3
12 – Metas	2
III – Desempenho Financeiro	
13 - Demonstração das Operações – DRE	3
14 – Depreciação	1
15 – Informações orçamentárias	2
16 – Custo unitário por estudante	2
17 - Demonstração do fluxo de caixa	2
18 – Subsídio para pesquisa	2
19 – Alocação de overhead	2
IV – Situação Física e Financeira	
20 – Balanço Patrimonial	3
21 – Faculdade/funcionários	3
22 – Biblioteca	2
23 – Investimentos	1
24 – Compromissos e contingências	2
25 – Emprego e informação do patrimônio educacional	2
26 – Uso da edificação	1
Total dos Pesos	53

FONTE: Coy, Dixon e Tower (1993, p. 28)

A seguir são detalhados os conteúdos de cada um dos itens.

I – Visão Geral

01 – Demonstração de Objetivos

Demonstração que deve incluir os seguintes itens: missão, objetivos e metas de desempenho em específico, concisos, com terminologia compreensível e realista. Os itens devem ter dimensões quantitativas/mensuráveis e fornecer um quadro de tempo.

02 – Relatório descritivo/revisão geral

Relatório emitido pelo presidente do conselho e ou vice-chanceler. Relatório das principais atividades e realizações, no conjunto do contexto social, econômico e política ambiental. Incluindo algumas quantificações com comparativos.

03 – Resumo dos fatos e números

Principais fatos e números (destaque para dados estatísticos), incluindo tendências e comparativos de 4 anos, possivelmente ilustrações.

04 – Revisão financeira

Revisão das receitas, custos, ativos, obrigações, projetos de capital e qualquer outro tema financeiro significativo. Incluem explicação de tendências, possivelmente ilustrações.

05 – Políticas contábeis

Detalhamento das políticas contábeis utilizadas e as mudanças ocorridas, evidenciando todos os critérios de apresentação. Razões para mudanças com explicação detalhada e com valor do impacto nas demonstrações.

06 – Informações da diretoria

Endereço, telefone, número do fax, conteúdo da página na internet, data da emissão do relatório anual, membro do conselho e quem ele representa, funcionário sênior da administração.

II – Desempenho dos serviços

07 – Número de estudantes

Número de estudantes com informação de pelo menos 4 anos e tendência, discriminando os estudantes em tempo integral e tempo parcial, bem como o nível de estudo: graduação, pós-graduação e outros cursos.

08 – Formandos

Número de formandos por curso com informações de pelo menos 4 anos.

09 – Emprego/destino dos estudantes da educação

Destino dos estudantes após a formatura, principalmente com relação aos estudantes de anos anteriores.

10 – Publicações

Publicações por curso e tipo (por exemplo, referências de periódicos, artigos, etc.), de pelo menos 4 anos.

11 – Percentual de estudantes na faculdade

Percentual de estudantes na faculdade em relação ao total de estudantes da instituição.

12 – Metas

Descrição clara dos objetivos ou metas especificamente com relação ao serviço de ensino e pesquisa e realizações com relação a cada item. Quantificação quando possível com relação às receitas, processos, custos e resultados. Comparação entre objetivos/metasp e realizações.

III – Desempenho financeiro

13 – Demonstração das Operações - DRE

Demonstração resumida das operações de pelo menos dois anos para fins de comparação, incluindo notas explicativas e outras informações necessárias para melhor entendimento dos usuários.

14 – Depreciação

Descrição detalhada da depreciação de todos os ativos em uso, incluindo taxas e vida útil.

15 – Informações orçamentárias

Todas as principais demonstrações contábeis, incluindo demonstração de operações, fluxo de caixa, custos dos serviços e balanço patrimonial. Mostrando variação e explicação das maiores variações.

16 – Custo unitário por estudante

Custo unitário por estudante, custo total e por faculdade/escola de pelo menos 4 anos apresentando tendências e ilustrações.

17 – Demonstração do fluxo de caixa

Fluxo de caixa de pelo menos dois anos para fins de comparação, com notas explicativas e outras informações necessárias para que o usuário entenda claramente a reconciliação com superávit ou déficit operacional.

18 – Subsídio para pesquisa

Informações sobre o valor dos recursos recebidos e destinados para a pesquisa por área de estudo e projeto.

19 – Alocação de *overhead*

Composição do total de *overheads*. Adicionalmente, detalhes da alocação dos *overheads* para faculdades/escolas, bases de alocação, comparativo da previsão anual.

IV – Situação física e financeira

20 – Balanço Patrimonial

Demonstração detalhada, divulgando todos os ativos incluindo terrenos, construções e estoques, e todas as obrigações. Detalhes das reservas e suas modificações. Comparativo anual, notas explicativas extensivas, análise dos ativos por faculdade/departamento. Ativos controlados, mas que legalmente não são próprios, patrimônio financeiro no início do ano corrente, mudanças durante o ano e balanço no final do ano.

21 – Faculdade/Funcionários

Informações do total de funcionários e por faculdade/escola, classificados em docentes por antiguidade, administrativos, técnicos e outros, a tempo integral e a tempo parcial, com pelo menos informações comparativas de 4 anos. Porcentagem dos docentes com doutorado. Rotatividade do pessoal.

22 – Biblioteca

Informações financeiras e não-financeiras. Periódicos, quantidades e mudanças do acervo. Detalhes das doações (mecenato). Vídeos e coleções similares. Pessoal e instalações biblioteca. Comparativos.

23 – Investimentos

Relatório mostrando todos os investimentos, movimentos e resultados. Comparativos, valor de custo e valor de mercado. Base de avaliação.

24 – Compromissos e contingências

Se não tem compromissos e contingências, demonstrar claramente essa situação. Se existem contingências, separar, divulgando itens individuais com impacto financeiro e afirmando que todos os itens foram divulgados. Se existem compromissos, demonstração com *disclosure* total, afirmando objetivos/projetos e mostrando o total das despesas esperadas e despesas até a data do encerramento do exercício. Demonstração clara de que todos os itens foram divulgados.

25 – Emprego e informação do patrimônio educacional

Informações de funcionários e de estudantes, incluindo sexo, etnia, deficiência e idade.

26 – Uso da edificação

Inclui a área total dos edifícios e instalações no campus, uma indicação de como eles são utilizados, inclusive para que disciplinas, projetos, laboratórios, etc.

Os escores individuais das universidades referentes ao período de 1990 a 1992 são mostrados na Tabela 2.

Tabela 2 - MAD escores

Universidades	1990	1991	1992

Auckland	38	46	46
Canterbury	16	40	57
Lincoln	33	56	72
Massey	39	51	76
Otago	34	62	64
Victoria	34	40	72
Waikato	65	75	81
Média	37	53	67

FONTE: Coy, Dixon e Tower (1993, p. 35)

Os principais achados do estudo são: (i) houve uma melhoria contínua na qualidade do *disclosure* entre 1991 e 1992, sendo que a proporção da melhoria foi menor do que a encontrada entre 1990 e 1991; (ii) relatórios anuais foram publicados, ou seja, à disposição do público em geral, em média 24 semanas após o período de encerramento e esse tempo é significativamente menor que os relatórios de anos anteriores, e (iii) população envolvida em instituições de educação superior, incluindo executivos/gestores/administradores e acadêmicos, é o mais populoso grupo de interesse.

2.1.4.2 Estudo de Coy, Fischer e Gordon (2001)

No artigo, os autores discutem alguns aspectos relacionados com o paradigma de tomada de decisão, ao mesmo tempo em que propõem mudanças no modo de evidenciar os resultados das instituições de ensino superior nos EUA. Defendem os autores a utilização da *accountability* pública para as instituições de ensino como direito do povo de receber informações para que possam debater a questão que afeta a todos.

Segundo os autores, existe um equívoco nos relatórios externos das universidades e faculdades nos Estados Unidos em virtude da mistura de instituições privadas e públicas dentro do ensino superior. Existem aproximadamente 1800 instituições do setor privado que reportam suas atividades usando a orientação do *Financial Accounting Standards Board* - FASB, e outras 1600 instituições do setor público que seguem o *Government Accounting Standards Board* - GASB (Gordon *et al.*, 1997). Para os autores os relatórios contábeis provavelmente satisfazem aqueles interessados em relacionamentos comerciais com faculdades e universidades, e ajudam em decisões sobre empréstimos, negócios e afins.

Muitos acionistas de faculdades e universidades, incluindo funcionários, estudantes, estudantes em potencial e seus familiares, empregados e potenciais empregadores de graduados e o público em geral, recebem poucas informações sobre as principais atividades das instituições – ensino, pesquisa e serviço.

No estudo defende-se um relatório mais compreensivo para encontrar objetivos mais amplos da contabilidade de faculdades e universidades. Quatro assuntos contábeis são pertinentes à discussão.

Coy *et al.* (1997, p.11) afirmam:

Por causa do seu papel na comunidade, universidades e faculdades têm uma *accountability* ampla em termos do que é registrado e para quem. Entidades do setor público são formadas pelo público, fundo de bolsas públicas, incluindo doações privadas e estatais e fornecem serviços para a comunidade como um todo. Por essas razões, os *stakeholders* incluem todos os membros da comunidade. Por causa do impacto das faculdades e universidades na vida de muitos cidadãos, ambos como destinatários dos serviços e a grande quantia de recursos públicos consumidos, suas obrigações de *accountability* são extensivas.⁶

Os autores defendem que uma melhor compreensão dos relatórios é necessária para cumprir amplamente os objetivos de *accountability* de faculdades e universidades. Sendo assim, apresentam quatro temas de *accountability* para a discussão:

1. Qual é o papel do relatório anual no cumprimento da *accountability*?

Os autores debatem sobre o real papel da *accountability* nas faculdades e universidades. O processo contábil é bastante abrangente e a comunicação pode ser efetuada de várias maneiras como: formal, informal, rotineiro ou para um determinado fim, escrito, falado, eletrônico e outras mídias. Para os autores, as faculdades e universidades possuem inúmeros mecanismos de contabilidade tanto internos como externos que possibilitam a avaliação do desempenho das suas atividades. O valor do relatório anual está no fornecimento de uma grande variedade de informações resumidas e relevantes em um único documento, o que permite a todos os

⁶ “Because of their role in the community, universities and colleges have a broad accountability both in terms of what is reported and to whom. Public sector entities are owned by the public, funded from the public purse, including private gifts and state appropriations, and provide services to the community as a whole. For these reasons, the stakeholders include all members of the community. Because of the impact of colleges and universities on the lives of many citizens, both as service recipients and the large amounts of public resources consumed, their accountability obligations are extensive.”

acionistas obter um claro entendimento dos objetivos de uma universidade e o desempenho em termos comerciais e não-comerciais.

2. Quem são os *stakeholders* das faculdades e universidades?

No artigo, os autores apresentam dois estudos para responder a questão. O primeiro de Engstron e Fountain (1989) que identificam 13 grupos de tomadores de decisões financeiras como listado na coluna 1 do Quadro 4. A ordem da lista é fornecida pelos autores, não os atestando como um *ranking* de relativa importância, o segundo, a coluna 2 do Quadro 4 mostra uma lista de *stakeholders* do estudo desenvolvido por Coy *et al.* (1997), a partir de questionários realizados em instituições da Nova Zelândia. Coy *et al.* identificaram 21 tipos de usuários que foram categorizados e classificados em seis grupos.

Quadro 4 – Comparação de *Stakeholders*

Modelo de Utilidade de Decisão (Engstron e Fountain, 1989)	Modelo de <i>Accountability</i> Pública (Coy et al., 1997)
1. Oficiais executivos do Ensino Superior	1. Cidadãos de dentro do campus Gerentes Seniores, equipe de apoio, acadêmicos, estudantes recipientes de Serviços
2. Oficiais do orçamento do Estado	
3. Auditores do Estado	2. Organizações competidoras/irmãs Empregados de outros institutos educacionais terciários
4. Fiscal do Estado	
5. Analistas fiscais legislativos do Estado	3. Representantes indicados & eleitos Parlamentares, membros do quadro de negociadores do conselho institucional
6. Auxiliares do governo de Estado	
7. Governo Federal	
8. Agências credenciadas	4. Fornecedores de Recursos Fornecedores e financiadores, doadores e patrocinadores, investidores e parceiros, associações profissionais
9. Quadro de membros	
10. Comunidade Financeira (seguradoras, banqueiros, analistas, etc.)	5. Cidadãos externos Votantes e contribuintes de impostos, outros grupos de pressão, receptores de serviços não-estudantis, conselheiros e consultores, bacharéis
11. Doadores principais (depósitos de caridade, etc.)	
12. Faculdade	
13. Público em geral, bacharéis, pais e cônjuges de alunos, etc. (Liga de mulheres eleitoras, Liga Nacional Cívica utilizadas como substitutos em pesquisas)	6. Analistas e Mídia Pesquisadores, jornalistas, bibliotecários.

Entendem os autores que as diferenças entre os dois países, e suas organizações do ensino superior, justificam o contraste entre os dois estudos, mas que estes fornecem bases para comparação entre utilidade de decisão e estruturas de *accountability* pública. O grande entendimento do modelo de *accountability* pública é facilmente visto no Quadro 4, no qual 11 dos 13 usuários no modelo de utilidade de decisão estão relacionados em duas das seis categorias do modelo de *accountability* pública.

Sendo assim, os autores defendem que são considerados *stakeholders* todos aqueles com legítimo interesse econômico, social e político na organização. Muitos outros grupos de “*stakeholders*” identificados no modelo de *accountability* pública não foram identificados por Engstron e Fountain (1989), estes incluem estudantes e empregados exceto da faculdade entre cidadãos internos, empregados de instituições irmãs ou concorrentes, grupos com poder de

voto e contribuintes, recebedores de serviços não-estudantis e a mídia. É aparente por essa comparação que, em termos de usuários de relatórios externos, a abordagem da *accountability* pública inclui todos aqueles para quem a utilidade da decisão é relevante, e estende-se para um grupo muito mais abrangente de *stakeholders*.

3. Que tipo de informação os *stakeholders* exigem?

Para os autores a grande dificuldade é identificar quais informações são necessárias e também os *stakeholders* não estão preparados para demonstrar de forma clara quais são as necessidades. Entretanto, mesmo diante dessa dificuldade alguém deve fazer o julgamento sobre essas informações.

Em função da variedade de necessidades por parte dos usuários e também dos conflitos de interesses, haja vista que os objetivos são diferentes, as demonstrações financeiras acabam se tornando um processo político, onde os interesses políticos seriam fortes para decidir o que revelar, mas a resolução dos problemas de avaliação seriam altamente técnicos.

Os autores, utilizando-se das palavras de Sutcliffe (1985), destacam que os *stakeholders* estão todos interessados em confirmar se os recursos foram usados economicamente, eficientemente e efetivamente para os propósitos prescritos, na avaliação da habilidade e de recursos necessários para a entidade continuar a fornecer serviços no futuro e a natureza e o custo desses serviços.

Mesmo diante dessas dificuldades os autores (p.16) destacam:

Não obstante essas dificuldades em identificar as necessidades de informações dos *stakeholders*, cinco formas de informação de *disclosure*, as quais ampliariam relatórios anuais de faculdades e universidades em direção a uma perspectiva de *accountability* pública, são identificadas e defendidas neste artigo. Estes são *disclosure* sobre: ensino, pesquisa, serviços de esforço e realização, recursos e alocações gerais.⁷

4. Quais são as características qualitativas dos relatórios anuais?

⁷ “Notwithstanding these difficulties of identifying stakeholders’ information needs, five forms of information disclosure, which would advance colleges and universities’ annual reporting towards a public accountability perspective, are identified and advocated in this paper. These are disclosures about teaching, research, service efforts and accomplishments, and resource and overhead allocations.”

Como características qualitativas dos relatórios anuais, os autores apresentaram as características identificadas pelo GASB (1987) e o FASB (1980, SFAC, No. 2). De acordo com essas entidades, os relatórios financeiros anuais deveriam possuir as seguintes características: compreensibilidade, confiabilidade, relevância, oportunidade, consistência e comparabilidade. Usuários de relatórios não deveriam estar apenas capacitados a entender a informação apresentada, mas também ser capazes de avaliar sua confiabilidade e compará-la com informações de outros períodos de tempo, ou de outras faculdades e universidades. Comparabilidade entre entidades e consistência na aplicação de métodos pelo tempo aumenta o valor informativo do relatório. A informação do relatório deveria ser relevante, de forma que ajudasse o usuário a formar previsões sobre resultados de eventos do passado, presente e futuro. Embora oportunidades sozinhas não possam tornar uma informação relevante, uma falta de oportunidade pode tirar a relevância de informações dos relatórios.

Além das características destacadas, os autores apresentam duas características qualitativas adicionais, que consideram importantes no contexto de uma abordagem de *accountability* pública para relatório externo. Estas são acessibilidade e distribuição.

Acessibilidade refere-se à facilidade que os *stakeholders* têm em conseguir os relatórios das entidades. Quanto à distribuição, os autores defendem que, do ponto de vista da perspectiva de *accountability* pública, quanto maior a distribuição dos relatórios anuais aos *stakeholders* é melhor.

Os autores concluem afirmando que o profissionalismo do corpo docente da universidade poderia ser aprimorado pela publicação rotineira de relatórios mais compreensivos. Profissionais de universidades e faculdades poderiam usar essas informações como parte de suas análises para avanços progressivos, e a estima pública poderia ser elevada pela sua disponibilidade em submeter as instituições para esse exame público mais aberto e progressivo. Desde que o ambiente está demandando por uma *accountability* aprimorada, o ensino superior pode proteger melhor os seus interesses tornando-se ativamente envolvido em ditar os tipos de informação que melhor retratam a vasta gama de benefícios que emanam do ensino superior.

Estender os limites dos relatórios anuais de faculdades e universidades para uma abordagem de *accountability* pública proporcionaria novas visões, dando perspectivas a *stakeholders* do

crescimento e atividades além do limite de informações financeiras que é atualmente fornecido. De um ponto de vista holístico, social e educacional, nós acreditamos que tais mudanças seriam saudáveis para faculdades, instituições e *stakeholders*.

O paradigma de *accountability* pública para relatórios externos apresentados no artigo, segundo os autores, poderia ajudar entidades governamentais e sem fins lucrativos, bem como faculdades e universidades, a se comunicarem de forma bem sucedida com seus *stakeholders* e complementam: é tempo de ir além da utilidade de decisão e ir para o objetivo da *accountability* pública.

2.1.4.3 Estudo de Gordon *et al.* (2002)

O estudo analisou os relatórios anuais do período de 1993 e 1994 de 100 instituições de ensino superior dos Estados Unidos (EUA), sendo 49 instituições públicas e 51 instituições privadas, com o objetivo de identificar e mensurar fatores associados ao *disclosure* financeiro. Os relatórios foram analisados utilizando procedimentos de análise de conteúdo para quantificar a extensão dos *disclosures*, tendo por base os itens de *disclosure* apontados no estudo de Engstrom (1988). Os autores utilizaram um sistema de codificação binária, sendo que o item presente recebeu pontuação 1 e o item ausente pontuação 0. A construção da medida para a extensão do *disclosure* foi a razão do total de *disclosure* de uma instituição em relação à pontuação total possível de *disclosure*. O estudo não levou em consideração a qualidade ou quantidade do *disclosure*. Os *disclosures* financeiros examinados foram aqueles encontrados nos relatórios anuais fornecidos pelas instituições, não sendo examinado nenhum outro documento. No estudo, os autores utilizaram modelos de regressão de mínimos múltiplos quadrados para testar as 11 (onze) hipóteses, conforme detalhadas abaixo.

Ha1: Faculdades e universidades com elevados níveis de ativos totais divulgam mais informações financeiras do que as outras com menores níveis.

Ha2: Faculdades e universidades com maior número de membros no conselho de administração divulgam mais informações financeiras do que aquelas com menos membros.

Ha3: Faculdades e universidades públicas divulgam mais informações financeiras do que as faculdades e universidades privadas.

Ha4: Faculdades e universidades que são auditadas pelas grandes empresas de auditoria divulgam mais informações financeiras do que as faculdades e universidades auditadas por empresas menores ou empresas que estejam sujeitas a auditoria estadual.

Ha5: Faculdades e universidades altamente endividadas divulgam mais informações financeiras do que as com menores níveis de endividamento.

Ha6: As instituições localizadas em estados com um único conselho de administração divulgam mais informações financeiras do que aquelas instituições com conselho de administração descentralizado, ou seja, em vários estados.

Ha7: Faculdades e universidades privadas cujas operações são proporcionalmente menos dependentes de mensalidades e das receitas de taxas divulgam mais informações do SEA (*Service Effort Accomplishment*) do que as menos dependentes.

Ha8: Faculdades e universidades privadas com grandes doações divulgam mais informações do SEA do que as com menos doações.

Ha9: Faculdades e universidades privadas que cobram mensalidades e taxas mais elevadas divulgam mais informações do SEA do que as que cobram mensalidades menores.

Ha10: Faculdades e universidades públicas auditadas por auditores do Estado divulgam mais informações acerca do SEA do que as auditadas pelas empresas de auditoria pública.

Ha11: Faculdades e universidades privadas divulgam informações do SEA mais extensas do que as públicas.

No estudo, as hipóteses alternativas 1, 7, 9, 10 e 11 foram confirmadas, enquanto que as demais hipóteses não foram confirmadas.

2.1.4.4 Estudo de Nelson, Banks e Fischer (2003)

Os autores apresentam os resultados das pesquisas sobre *disclosure* realizadas em universidades canadenses no período de 1988 a 2000, tendo por base os estudos sobre índice de *disclosure* desenvolvidos por Coy, Dixon e Tower (1993). Constatou-se que, durante os primeiros 8 (oito) anos do período sob investigação, existiram poucas mudanças no *disclosure* de *accountability*, contudo observou-se que, para o período encerrado em 1997 até 2000, houve uma melhora anual estatisticamente significativa. Diante dessa constatação, o artigo buscou examinar a extensão pela qual a *accountability* das universidades canadenses mudou

nos últimos anos e também, através de entrevistas junto aos administradores de universidades, procurou identificar as razões que estavam por trás dessas mudanças.

As informações foram coletadas das demonstrações financeiras auditadas e o relatório anual da administração que foram enviadas pelas universidades canadenses, em resposta a correspondência dos autores para o presidente das universidades, na qual solicitava cópia das demonstrações financeiras e do relatório anual dos períodos de 1999 e 2000, sendo que somente 33 (trinta e três) instituições atenderam a solicitação.

Para determinar o índice de cada universidade, o estudo examinou cada relatório anual canadense e os itens divulgados que estavam incluídos no índice MAD foram pontuados. Se o item é ausente, ele recebe a pontuação 0; se o item está presente, ele recebe a pontuação 1. Além dessa pontuação, o estudo procurou pontuar a qualidade do item, sendo pontuada numa escala ordinal baseada sobre a qualidade percebida de *disclosures* com pontuação de ranking de fraco (1) para excelente (5).

O estudo testou a hipótese de que a média da qualidade do score do *disclosure* das universidades canadenses não tem mudado de um período para o outro.

O estudo apontou diferenças estatísticas significantes em 20 (vinte) do total dos 26 (vinte e seis) itens pesquisados com exceção dos itens: políticas contábeis, demonstração de operações, balanço patrimonial, compromissos e contingências, metas e alocação do *overhead*.

No que diz respeito à evolução nos *disclosures* das instituições pesquisadas, o estudo constatou um elevado crescimento em alguns itens, destacando-se a demonstração dos objetivos que, em 1996, era somente 4,9%, ou seja, apenas 2 (duas) universidades evidenciaram informação sobre esse item, enquanto que, em 2000, o percentual subiu para 87,8%, já que 36 (trinta e seis) universidades passaram a divulgar informação sobre esse item.

O estudo aponta que, em termos de *disclosures* obrigatórios, os itens depreciação e demonstração de fluxo de caixa têm aumentado, refletindo, segundo os autores, a mudança

nos pronunciamentos contábeis ocorridos em 1995. Houve também alguns aumentos nos itens de *disclosures* voluntários, tais como: relatório descritivo, fatos e números resumidos, informações da diretoria, número de estudantes, graduados, informações do orçamento e subsídios para pesquisas. A pesquisa mostrou que, do total de 26 (vinte e seis) itens de *disclosure*, em 2000, até 50% dos relatórios das universidades forneceram informações em até 17 dos itens, somente 4 (quatro) itens têm menos que 15% das informações fornecidas pelas universidades. Todos os itens foram evidenciados por apenas uma universidade.

O estudo também mostra o resultado de 5 (cinco) estudos independentes realizados em países diferentes pela *British Commonwealth*. As médias totais do MAD score para cinco países estudados são mostradas na tabela abaixo. Foram comparados os resultados de cada país somente para os anos de 1993 e 1994. A tabela mostra que os menores escores são indicados para Canadá e os maiores escores para Nova Zelândia. Os escores para Inglaterra, País de Gales, Irlanda do Norte e Escócia são um pouco maiores que os do Canadá. O escore da Austrália está entre Canadá e Nova Zelândia.

Tabela 3 - Escores por país: escore de qualidade total (escala 0-5): escore máximo 100

	Canadá	Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte	Escócia	Austrália	Nova Zelândia
1988	13				
1989	14				
1990	15				37
1991	15				53
1992	15	20			67
1993	13	19	20	29	77
1994	16	19	18	30	85
1995	15			31	
1996	14			33	
1997	16			34	
1998	22			34	
1999	27				
2000	36				

FONTE: Nelson, Banks e Fischer (2003, p.89)

Os escores da Nova Zelândia mostraram melhoria acentuada nos cinco anos pesquisados, iniciando em 37 (trinta e sete) em 1990 e aumentando para 85 (oitenta e cinco) em 1994. Esse aumento de 130%, de acordo com os autores, é atribuído às mudanças nos padrões contábeis da Nova Zelândia para organizações sem fins lucrativos e nas mudanças exigidas nos

relatórios das universidades pelos governos. Inglaterra, País de Gales, Irlanda do Norte, Escócia e Austrália mostraram poucas mudanças para o período analisado.

Com relação às universidades canadenses, o estudo apontou poucas mudanças nos índices até 1997, mas, a partir dessa data, verificaram-se significativas mudanças em cada um dos últimos quatro anos. O aumento representou em torno de 187% entre os períodos de 1996 a 2000, sendo que somente no ano de 2000 esse aumento foi de 32% na qualidade dos *disclosure*.

O *disclosure* aumentou não somente nos itens obrigatórios, mas principalmente nos itens voluntários, com destaque para os seguintes: demonstrações dos objetivos (82,9%), número de estudantes (63,4%), subsídios para pesquisas (56,1%) e informação da diretoria (58,5%). Os autores enfatizam que, infelizmente, a maioria das informações está separada, ou seja, constam de vários relatórios, sendo que o ideal seria que essas informações constassem de um relatório anual consolidado.

Procurando entender as razões das melhorias nos índices de *disclosure* das universidades canadenses, foram feitas entrevistas com administradores que revelaram que as mudanças efetuadas pelo *Canadian Institute of Chartered Accountants* - CICA nos padrões contábeis não foi o que motivou a melhoria nos escores de *accountability*. As melhorias, como apontadas pelos entrevistados, foram por causa de mudanças na administração e na percepção de que *stakeholders* das universidades necessitam de informações e também pela necessidade de um sistema de informação interna melhor. Sendo assim, as melhorias foram voluntárias e não compulsórias.

2.1.4.5 Estudo de Coy e Dixon (2004)

A partir dos estudos desenvolvidos por Coy, Dixon e Tower (1993), os autores elaboraram um índice sob a perspectiva da *accountability* pública utilizando opiniões capturadas de *stakeholders* através da técnica *delphi*. O índice chamado de Índice de *Accountability* Pública

(IAP) foi aplicado nos relatórios anuais das universidades da Nova Zelândia, no período de 1985-2000.

O grande objetivo do IAP é medir a qualidade dos relatórios anuais da universidade a partir de uma perspectiva de *accountability* pública. Essa postura teórica sugere um amplo enfoque na apresentação ao invés de uma que pode ser relacionada com questões mais restritas, tais como a avaliação da viabilidade financeira ou apenas o desempenho educacional por si só. No contexto contemporâneo das universidades da Nova Zelândia, a *accountability* pública refere-se à apresentação das informações abrangentes sobre a condição de desempenho, atividades e progresso para todos aqueles com interesses sociais, econômicos e políticos (COY *et al.*, 2001).

Os autores buscavam elaborar um índice que captasse, na medida do possível, a essência da opinião pública sobre o que deveria ser divulgado e a importância relativa de cada item. Desenvolveram então a técnica *delphi* de busca de opinião com os interessados da universidade, ao invés de utilizar alternativas como: questionários ordinários, entrevistas e grupos focais. A técnica *delphi* serviu também para testar a relevância e a importância de eventuais itens do índice. A técnica *delphi* envolveu uma amostra teórica de 39 participantes selecionados propositalmente.

Tabela 4 – Detalhes dos painéis *Delphi*

Nome do Painel	Descrição do Painel	Tamanho
Cidadãos internos	Funcionários acadêmicos e geral que servem o conselho universitário	7
Cidadãos externos	Conselho universitário não empregado pela universidade	9
Representantes dos Estudantes	Estudantes representantes no conselho universitário	6
Agentes Supervisores	5 auditores, 2 MPs e 2 funcionários do Ministério da Educação	9
Elaboradores dos relatórios	4 especialistas financeiros e 4 especialistas de informações de 6 universidades	8

FONTE: Coy e Dixon (2004, p.86)

Os participantes receberam um questionário com 130 itens conforme mostrado no Anexo B, que foram convidados a indicar a importância que apontam para cada uma das características nos relatórios anuais utilizando escala de quatro pontos (0 não devem ser divulgadas a 3 extremamente importante para ser divulgada), bem como para acrescentar mais alguns itens que eles consideravam ser importantes.

A partir das opiniões dos painéis *delphi*, os autores elaboraram um rascunho de índice que foi encaminhado à observação externa tendo sofrido mais modificações. O índice final compreende 58 itens organizados em oito grupos específicos como mostrado no Anexo B. Na técnica *delphi*, foram testadas três características qualitativas, especialmente, oportunidade, acessibilidade e relevância, entretanto os autores decidiram que, do ponto de vista prático, somente oportunidade poderia ser incluído no IAP, porque ela é uma qualidade distinta e separada que poderia ser mensurada no senso prático pelo registro do tempo em que os relatórios são emitidos para o público.

A característica oportunidade é medida em função do tempo decorrido entre a data do balanço e a publicação do relatório, sendo pontuado da seguinte forma:

- Relatório disponível para o público em 12-13.6 semanas da data do balanço (escore = 5);
- O escore aumenta em 1 ponto a cada duas semanas ou parte de duas semanas antes que 12 semanas;
- O escore diminui em 1 ponto a cada duas semanas ou parte de duas semanas após 13.6 semanas.

Sendo assim, em um relatório disponível 22 semanas ou mais após a data do balanço, o escore para oportunidade é 0 (exemplos em semanas: 8-9 = 7; 10-11 = 6; 12-13 = 5; 14-15 = 4; 16-17 = 3; 18-19 = 2; 20-21 = 1).

A partir da revisão da literatura, especialmente sobre *disclosure*, os autores identificaram três categorias amplas: visão geral, financeira e serviços, e subdivididas em nove categorias específicas. Os itens da visão geral foram subdivididos em itens sobre o relatório e a universidade; e os itens dos serviços foram subdivididos em geral, ensino, pesquisa e itens de serviços comunitários, com serviço: itens de ensino sendo mais subdivididos em itens de *input*, processos e *output*. Essas categorias receberam pontuações, pois, segundo os autores, nem todos os *disclosures* são de igual importância, e as ponderações não acrescentam polêmica ao índice porque têm pouco efeito sobre os resultados.

O estudo foi aplicado nos relatórios anuais no período de 1985 a 2000 em 08 universidades da Nova Zelândia e os resultados das que foram classificadas em primeiro e segundo lugar são demonstrados na tabela abaixo, juntamente com as ponderações estabelecidas pelos autores para cada categoria.

Tabela 5 - Resultados do IAP

Categorias dos Itens	Ponderações Categorias	Universidade de Auckland		Victoria Universidade de Wellington	
		1996	2000	1996	2000
Escores das Categorias					
Oportunidade	10	0	100	80	140
Visão geral: relatório	7	94	90	86	86
Visão geral: universidade	10	68	77	86	77
Financeira	25	76	76	85	51
Serviço: geral	8	51	80	80	74
Serviço: ensino	25	43	44	87	42
Serviço: pesquisa	13	48	67	82	22
Serviço: comunitário	2	54	84	86	60
Escore do Índice Público de <i>Accountability</i>		54	77	84	69

FONTE: Coy e Dixon (2004, p.100)

2.2 Caracterização das IESFB

2.2.1 Conceitos de Terceiro Setor

A expressão terceiro setor é uma tradução do termo inglês *third sector*, que é a expressão utilizada nos Estados Unidos para designar as entidades sem fins lucrativos. O termo também é usado juntamente com outras expressões como: *nonprofit organizations* (organizações sem fins lucrativos) ou *voluntary sector* (setor voluntário).

Na Inglaterra, segundo Albuquerque (2006), é utilizada legalmente a expressão *charities* (caridades), que representa a origem histórica medieval do termo e ressalta o aspecto de obrigação religiosa das primeiras ações comunitárias.

De acordo com Simone Coelho (2002), o termo “terceiro setor” foi utilizado pela primeira vez na década de 70 por pesquisadores dos Estados Unidos e, a partir da década de 80, passou a ser utilizado também por pesquisadores europeus.

Merege (2005a) afirma que é preciso encontrar uma definição para o setor para que seja considerado como um setor da economia.

O sistema de contas nacionais, existente desde então, só dá visibilidade às atividades desenvolvidas pelo setor governamental, pelo setor privado e pelas famílias. Dessa forma, as atividades do terceiro setor não recebiam um tratamento especial, embora esse setor congregasse organizações com características próprias, que as diferenciam das organizações privadas e governamentais. Por essa razão, nenhum país jamais apresentou informações agregadas sobre o terceiro setor, pois ele permanecia camuflado nas informações das contas nacionais.

Nota-se a preocupação do autor em definir o setor como um setor da economia, sendo possível, a partir dessa separação, verificar o tamanho e a importância para a economia.

Definir o Terceiro Setor somente como instituições sem finalidades lucrativas seria uma definição incompleta. Por isso, realizou-se uma reflexão sobre algumas características dessas entidades.

Para Fernandes (1996), o terceiro setor é:

[...] composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito da cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (grifos nossos).

Para o autor, uma das características das entidades pertencentes ao terceiro setor é a participação voluntária, sendo, pois, suas atividades desenvolvidas através da colaboração da sociedade e independente do Estado.

Salamon e Anheier (1994) apontam o esforço voluntário como uma das características marcantes das entidades do terceiro setor, no entanto, de acordo com Simone Coelho (2002), essa característica não é tão significativa nas entidades brasileiras quanto nas entidades americanas.

Rothgiesser (2002, p. 2) defende que o Terceiro Setor seriam iniciativas “[...] privadas que não visam lucros, iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. São cidadãos participando de modo espontâneo e voluntário, em ações que visam ao interesse comum.”

Na visão de Kisil (In: IOSCHPE, 1997, p. 137), “[...] o Terceiro Setor refere-se a um conjunto de iniciativas privadas com fins públicos. Essas iniciativas podem ser observadas através de movimentos, associações e organizações não-governamentais – ONG’s.”

Acrescentam-se, segundo os autores, atividades desenvolvidas pela sociedade, porém com finalidades públicas.

Corroborando com as ideias dos autores acima referenciados, Hudson (1999, p. 8) apresenta algumas características das instituições do terceiro setor:

[...]

- têm basicamente um **objetivo social** em vez de procurarem gerar lucro;
- são **independentes do Estado** porque são administradas por um grupo independente de pessoas e não fazem parte de um departamento de governo ou de autoridades locais ou de saúde;
- **reinvestem todo o seu saldo financeiro** nos serviços que oferecem ou na própria organização. (grifos nossos).

Constata-se, entretanto, pela visão apresentada pelo autor, uma característica que as diferencia das entidades do segundo setor (mercado) que é a não distribuição do excedente financeiro aos seus participantes.

Sobre esses aspectos, Freeman e Shoulders (*apud* OLAK, 1996, p. 23) apresentam algumas características que são peculiares às entidades sem fins lucrativos:

- a) quanto ao lucro (*profit*): o lucro não é a razão de ser dessas entidades;
- b) quanto à propriedade (*ownership*): pertence à comunidade. Não é normalmente caracterizada pela divisibilidade em partes proporcionais que podem ser vendidas ou permutadas;
- c) quanto às fontes de recursos (*resources*): as contribuições com recursos financeiros não dão direito ao doador de participação proporcional nos bens ou serviços da organização;
- d) quanto às decisões políticas e operacionais (*policy & operating decisions*): as maiores decisões políticas e algumas decisões operacionais são tomadas por consenso de voto, via assembléia geral, por membros de diversos segmentos da sociedade direta ou indiretamente eleitos.

Uma característica marcante dessas entidades são as suas finalidades sociais. Sobre esta questão, Drucker (2006, p. 3) afirma que: “[...] a organização sem fins lucrativos existe para provocar mudanças nos indivíduos e na sociedade.” Portanto, essas entidades caracterizam-se por serem um agente transformador da sociedade, atuando diretamente na vida dos

indivíduos, provocando, dessa forma, mudanças comportamentais, educacionais e da saúde.

O lucro, segundo os autores anteriormente citados, não é objetivo dessas entidades, necessário, entretanto, para a manutenção do patrimônio e para assegurar a continuidade e o cumprimento da missão da instituição.

Diante do que foi apresentado e considerando os objetivos deste trabalho, faz-se relevante, delinear o conceito de Terceiro Setor.

Quadro 1 – Conceito de terceiro setor

O Terceiro setor é constituído por entidades que têm por objetivos o bem público ou de determinado grupo de pessoas; que desenvolvem atividades nos campos da assistência social, saúde, educação, cidadania, cultura e lazer, visando auxiliar o Estado em seu fim institucional, melhorias na qualidade de vida e otimização de recursos, provocando, dessa forma, mudanças na sociedade e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado a partir de doações: financeiras, materiais, tecnológicas e de recursos humanos, mensalidades, subvenções, e convênios com entidades públicas e privadas, não podendo, de forma alguma, seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes receber qualquer remuneração, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

2.2.2 Forma Jurídica das Instituições de Ensino Superior no Brasil

O art. 19 da Lei nº 9.394⁸ define a classificação das instituições de ensino, dividindo-as nas seguintes categorias administrativas:

- I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

As instituições privadas, de acordo com o art. 20 da mesma Lei se enquadram nas seguintes categorias:

- I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos

⁸ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

incisos abaixo;

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV – filantrópicas na forma da lei.

Já o art. 1º do Decreto nº 2.306 de 19 de agosto de 1997, que regulamentou o Sistema Federal de Ensino, estabelece:

As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, previstas no inciso II, do art. 19, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundações, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro.

Com base na legislação apresentada, verifica-se a existência de várias formas jurídicas estabelecidas em lei, que poderão ser adotadas pelas instituições. Entretanto, o objeto deste estudo são as instituições prescritas no inciso IV do art. 20 da Lei nº 9.394, possuidoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

2.2.3 O que são Instituições de Ensino Superior Filantrópicas

Definir IESFB somente como uma instituição de ensino superior sem finalidades lucrativas e portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, seria uma definição incompleta. Por isso, realizou-se uma reflexão sobre algumas características dessas entidades.

Essas instituições, por não possuírem finalidades lucrativas, estão classificadas como Terceiro Setor.

As IESFB, apesar de pertencerem ao terceiro setor, não se caracterizam pela participação voluntária, pois suas atividades são desenvolvidas por funcionários remunerados pela prestação dos serviços, sendo possível, dessa forma, a contratação e remuneração de funcionários para desempenhar as funções necessárias para o desenvolvimento das

atividades.

Outrossim, em face dos serviços que prestam, exigem a qualificação dos colaboradores, em função não só das exigências do Ministério da Educação, bem como da sociedade.

Para Benedicto (1997, p. 20):

As instituições de ensino – quer particulares, quer públicas, com ou sem fins lucrativos – são organizações constituídas para oferecer benefícios à sociedade. Esses benefícios são de natureza social, cultural, econômica, educativa, tecnológica e moral. Sua existência só tem sentido quando realmente estão contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

A essas características pode-se acrescentar que, diferentemente da maioria das entidades sem finalidades lucrativas, estas entidades sobrevivem com recursos oriundos de mensalidades provenientes da prestação de serviços educacionais e também de subvenções e convênios firmados tanto com a iniciativa privada como com órgãos governamentais.

O lucro não é objetivo dessas entidades, entretanto necessário para a manutenção do patrimônio e para assegurar a continuidade e o cumprimento da missão da instituição.

Adiciona-se às características das entidades do terceiro setor o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. O Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, estabelece os critérios para a concessão do Certificado:

Art. 2º - Considera-se entidade beneficente de assistência social, para fins deste Decreto, a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atue no sentido de:

I – proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice;

II – amparar crianças e adolescentes carentes;

III – promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiências;

IV – promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde;

V – promover a integração ao mercado de trabalho.

Art. 3º⁹ - Faz jus ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, a entidade beneficente de assistência social que demonstre, cumulativamente:

⁹ Alterado pelo Decreto nº 4.499, de 4 de Dezembro de 2002

I – estar legalmente constituída no País e em efetivo funcionamento, nos três anos anteriores a solicitação do Certificado;

II – estar previamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social do município de sua sede se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social, ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;

III – estar previamente registrada no CNAS;

IV – aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

V – aplicar as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;

VI – aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeira, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruídas;

VII – não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;

VIII – não perceberem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalente remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

IX – destinar, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidades congêneres registradas no CNAS ou a entidade pública;

X – não constituir patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social;

XI – seja declarada de utilidade pública federal.

Diante do que foi apresentado e considerando os objetivos deste trabalho, faz-se relevante, delinear o conceito de IESFB.

Quadro 2 – Conceito de IESFB

Instituições de Ensino Superior com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social são instituições que apliquem, anualmente, em gratuidades, pelo menos 20% (vinte por cento) da sua receita bruta total; que promovam a assistência educacional em nível superior, visando à preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, provocando, dessa forma, mudanças na sociedade e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado, a partir de mensalidades, subvenções, doações e convênios com entidades públicas e privadas, não podendo, de forma alguma, seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes receber qualquer remuneração, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

FONTE: Adaptado de Lima (2003, p.45)

2.2.3.1 Benefícios fiscais

Sem entrar no mérito de algumas discussões jurídicas que ocorrem sobre o tema deste tópico, as IESFB gozam de benefícios fiscais, que estão detalhados no Apêndice 2 desta tese, relacionados no quadro abaixo.

Quadro 3 – Benefícios Fiscais

Imunidades	Isenções
Imposto Territorial Rural – ITR	Imposto de Importação – II
Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza - IR	Imposto de Exportação – IE
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI
Imposto sobre a Transmissão de Bens Causa Mortis e Doação – ITCMD	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Contribuição previdenciária (quota patronal)
Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato inter vivos – ITBI	Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira – CPMF

Contribuições não abrangidas

- Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS – 1% sobre a folha de salários
- Contribuições de Melhoria

- Taxas
- Empréstimos Compulsórios (com ressalvas)
- Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
- Contribuições de Categorias Profissionais e Econômicas.

2.2.4 *Disclosure* das IESFB

Um dos requisitos para que as entidades objeto de estudo usufruam dos benefícios estabelecidos em lei é o título de utilidade pública federal.

O Decreto nº 50.517 de 02 de maio de 1961 que regulamentou a Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935 que dispôs sobre a declaração de utilidade pública, determina às entidades conforme item g do artigo 2º:

g) Que se obriga a publicar, anualmente, a demonstração da receita e despesa realizadas no período anterior, desde que contemplada com subvenção por parte da União, neste mesmo período.

Pelo decreto, estão obrigadas a publicar suas demonstrações somente as entidades que tenham recebido no exercício subvenção da União, entretanto todas as entidades que possuam o título de utilidade pública federal estão obrigadas a prestar contas ao Ministério da Justiça até 30 de abril de cada ano, o relatório circunstanciado dos serviços prestados à comunidade no ano anterior, acompanhado dos respectivos demonstrativos contábeis.

A partir da Portaria SNJ 24 de 11 de outubro de 2007, as entidades devem utilizar o Sistema de Prestação de Contas Anual – CNEs/MJ. Por essa portaria as entidades passam a prestar contas por meio do sistema eletrônico que se encontra disponível na página da internet do Ministério da Justiça. A vantagem do sistema é que qualquer cidadão brasileiro poderá ter acesso às principais informações financeiras das entidades.

A MP 446/08 que foi rejeitada, revogava o artigo nº 55 da Lei nº 8.212/91 que estabelecia a obrigatoriedade do título de utilidade pública federal, estando, se tivesse sido aprovada, as IESFB desobrigadas do título de utilidade pública e, conseqüentemente, da prestação de

contas ao Ministério da Justiça. Essa alteração desobrigaria as entidades objeto de estudo a divulgarem qualquer tipo de informações sobre suas atividades. A referida MP demonstra a intenção do governo em relação a *accountability* dessas instituições.

Além da prestação de contas anual ao Ministério da Justiça, as IESFB de acordo com a Instrução Normativa MPS/SRP N° 3, de 14 de julho de 2005, devem:

Art. 309. A entidade beneficente de assistência social em gozo de isenção é obrigada a apresentar, anualmente, até 30 de abril, à UARP circunscricionante de sua sede, mediante protocolo, relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior, em que constem, sem prejuízo de outros dados que a entidade ou a SRP julgarem necessários:

[...]

II - resumo de informações de assistência social, com o valor da isenção usufruída, a descrição sumária dos serviços assistenciais, nas áreas de assistência social, de educação ou de saúde, a quantidade de atendimentos que prestou e os respectivos custos, conforme modelo constante do [Anexo XVII](#);

III - descrição pormenorizada dos serviços assistenciais prestados.

Art. 310. O relatório de atividades, previsto no art. 309, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

[...]

VI - cópia do balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício com discriminação de receitas e despesas, demonstração de mutação de patrimônio e notas explicativas;

[...]

VIII - relação nominativa dos alunos bolsistas contendo filiação, endereço, telefone (se houver), CPF (dos pais/responsáveis e bolsistas) custo e percentual da bolsa, para a entidade que atua na área da educação;

IX - cópia da planilha de custo de apuração do valor da mensalidade de que trata a [Lei nº 9.870, de 1999](#), para a entidade que atua na área da educação;

Constata-se, pois, que as IESFB estão obrigadas a prestar algumas informações aos órgãos de governo, entretanto não estão obrigadas a divulgar qualquer tipo de informação sobre as suas atividades, o que impossibilita, a um dos principais *stakeholders* dessa entidade que é a sociedade, obter informações sobre como estão sendo aplicados os recursos. Diferentemente de outros países, como os EUA, onde a declaração de imposto de renda dessas entidades está disponível na internet para consulta, no Brasil, caso o governo mantenha a intenção demonstrada na MP 446/08, a população, salvo pela transparência determinada pela gestão da entidade, não terá a sua disposição nenhum *disclosure* obrigatório divulgado pelas IESFB.

2.2.4.1 Contabilidade das ESFL

De acordo com Parsons (2003), existem várias razões importantes para examinar o valor da informação contábil nas ESFL, tanto para usuários em geral como para os doadores especificamente.

A primeira é o tamanho e importância econômica do terceiro setor nos EUA e em outros países; a segunda é que as contribuições representam um investimento nas ESFL. Segundo a autora, os contadores das entidades sem fins lucrativos deveriam entender se e como os relatórios contábeis influenciam as doações pela comunidade doadora, assim como os contadores das empresas entendem como os investidores utilizam os relatórios financeiros. Terceira, os responsáveis pela elaboração dos padrões estão interessados em fornecer informação mais útil para usuários das demonstrações financeiras tanto no setor lucrativo como no sem fins lucrativos. Com isso, os pesquisadores contábeis necessitam examinar a utilidade dos relatórios contábeis no contexto das ESFL. Finalmente, os que captam recursos devem estar interessados em como a *accountability* pode ser utilizada para fornecer informações a potenciais doadores sobre como as entidades aplicam os recursos arrecadados.

Segundo Gordon e Khumawala (1999), muitos fatores, além da informação financeira de uma entidade sem fins lucrativos, influenciam a decisão de doar de potenciais doadores, destacando principalmente: preferências pela causa a que a entidade se dedica, transparência do resultado, religião e crença pessoal no altruísmo.

Referindo-se à relevância da informação, o SFAC n. 2 afirma que, para ser relevante, a informação contábil precisa ser capaz de fazer a diferença na decisão em ajudar os usuários.

As regras contábeis que regulam as práticas de registro nas ESFL não variam muito entre Brasil e Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos, as regras são editadas pelo FASB, enquanto que, no Brasil, pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A regulação do FASB orienta a preparação dos relatórios anuais das ESFL.

O foco das normas contábeis parece ser o de ajudar no fornecimento de informações sobre a gestão (*versus* lucro) das ESFL. O FASB exige a apresentação das despesas por categoria

funcional (programa, administração e captação de recursos) e classificação das receitas como não restritas, temporariamente restritas ou permanentemente restritas. Essa apresentação tem por objetivo permitir aos doadores e demais usuários verificar: 1) como os recursos foram gastos, 2) quanto do total de despesas ajudou a organização na sua missão, e 3) se está de acordo com as restrições do doador. Em outras palavras, permite aos usuários verificar o grau pelo qual os recursos disponíveis são direcionados para o atendimento a programas e se estão sendo utilizados de acordo com os termos especificados pelo doador.

De acordo com Parsons (2003), a informação contábil preparada sob as diretrizes do FASB não fornece informações para verificar se uma organização obtém sucesso na realização de sua missão. O grau pelo qual uma organização satisfaz seus objetivos não é necessariamente mensurado ao analisar apenas a quantia de recursos recebidos e consumidos. Ainda segundo a autora, evidências suplementares de informações contábeis não financeiras são a melhor maneira para fornecer informações sobre as realizações das organizações sem fins lucrativos. Sobre essa questão, Brace *et al.* (1980) sugerem o fornecimento de relatório de serviços e realizações (SEA). Contudo, as normas contábeis do FASB tornam opcional o relatório SEA.

Sobre as informações fornecidas pela contabilidade, Bettiol Júnior (2005, p. 78) afirma:

A contabilidade ainda não se encontra em um estágio de evolução em que seja possível computar tanto os custos/despesas quanto as receitas das atividades-fim. Sendo assim, a abordagem de apuração de resultados é restrita e se reconhece apenas as despesas/custos das atividades sociais. Tais elementos devem ser lançados contra resultado no momento em que a entidade incorre nesse dispêndio, independente do momento em que o ativo será repostado pela atividade geradora de recursos.

As entidades do terceiro setor podem e frequentemente têm características tanto de empresas privadas como governamentais (WEISBROD, 1988). Segundo o autor, algumas ESFL com frequência realizam transações que lembram aquelas das empresas comerciais, tais como vendas de produtos e serviços. Por exemplo, museus e zoológicos podem cobrar entrada para mostrar suas coleções. Outros atuam mais como uma unidade governamental, onde não há uma ligação direta entre contribuições e benefícios recebidos. A Cruz Vermelha aceita contribuições de diversas partes do mundo com o objetivo de fornecer ajuda humanitária para vítimas de desastres em outras regiões. Os benefícios recebidos pelas vítimas não são

dependentes de maneira alguma da capacidade do beneficiário ou da vontade em pagar pelos serviços.

Nesse sentido, as ESFL assemelham-se a uma empresa comercial e também a entidades governamentais possuindo, dessa forma, atributos dos dois tipos de entidades. Como resultado dessa híbrida estrutura, a elaboração de instrumentos contábeis apropriados para as ESFL tem gerado muito debate e tem levado a uma ampla variedade de sugestão de modelos, de acordo com Parsons (2003).

As práticas contábeis das ESFL têm sido debatidas nos Estados Unidos, de acordo com Falk (1992), desde 1912. Até recentemente não existiam práticas contábeis uniformes para o terceiro setor. A falta de consistência ocorreu porque os responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras para as ESFL utilizaram normas contábeis de ambos os modelos governamental e privado. Salienta ainda o autor que as últimas normas contábeis para as ESFL têm inserido todos os ajustes contábeis, incluindo o registro da despesa de depreciação. Muitas ESFL utilizaram uma abordagem contábil por fundos, enquanto outras não. Algumas entidades ESFL incluíram o valor dos bens e serviços recebidos por doação no relatório financeiro enquanto outras não registraram essas doações. O FASB tem tomado providências para tornar as práticas e registros contábeis das ESFL mais uniformes e comparáveis com as utilizadas pelas entidades com fins lucrativos.

A comparação, de acordo com Parsons (2003), das ESFL com as organizações lucrativas tem dominado o foco dos debates contábeis sobre as ESFL. De acordo com a autora, as regras contábeis nos EUA das ESFL são principalmente estabelecidas pelo FASB, que é responsável pelo conjunto de padrões contábeis para todas as entidades lucrativas. A discussão está no uso da estrutura contábil das empresas lucrativas como uma referência comparativa para as ESFL.

A partir do SFAC n. 4, o FASB afirma que, apesar de existirem certas diferenças, as ESFL operam similarmente às entidades lucrativas. Desta maneira, o FASB tem recentemente determinado regras contábeis que tentam trazer as práticas contábeis das ESFL em consonância com aquelas atualmente utilizadas pelas entidades lucrativas. Da mesma maneira no Canadá, o *Canadian Institute of Chartered Accountants* - CICA também tem tomado posição de que as ESFL não são suficientemente diferentes das organizações lucrativas para

determinar uma estrutura contábil separada (FALK, 1992). O CICA não tem, contudo, recomendado que a inclusão da capitalização em ativo fixo e a respectiva depreciação sejam incluídas nos relatórios contábeis das ESFL.

Anthony (1978) argumenta que os sistemas contábeis das ESFL em comparação aos das empresas lucrativas está subdesenvolvido. Esse fato deve-se, segundo o autor, às condições para implementação de controles internos e externos serem diferentes do setor lucrativo. Elas não levam suas atividades para o mercado livre, não há interesse claro dos proprietários, os objetivos também não estão claramente estabelecidos nem uma cultura organizacional de entrega eficiente dos serviços, e o lucro não é um indicador de sucesso na gestão dos recursos.

O mesmo Anthony (1995) argumenta que existem diferenças entre entidades com fins lucrativos e sem fins lucrativos, principalmente que doadores não recebem um percentual sobre o patrimônio nas ESFL. Ele não concorda com a discussão sobre uma estrutura contábil separada, mas afirma que as diferenças deveriam ser compreendidas ao se estabelecerem normas contábeis para as ESFL. Ele sustenta que normas contábeis diferentes levariam a uma confusão dentro da comunidade financeira e diminuiriam a capacidade informativa das demonstrações financeiras das ESFL (ANTHONY, 1989).

Anthony (1983, p. 34) esclarece que os usuários das demonstrações financeiras estão mais interessados no desempenho e menciona que o primeiro objetivo econômico das entidades sem fins lucrativos é o de fornecer uma quantidade satisfatória de serviços com os recursos disponíveis ou fornecer uma quantidade específica de serviços com recursos limitados. Afirma, ainda, que o foco da estrutura deve ser a mensuração direta do excedente do período (similar ao resultado).

Anthony (1995) sugere que os esforços para financiar e fornecer os serviços primários de uma ESFL devem ser registrados separadamente como resultados operacionais, enquanto contribuições e despesas relacionadas com a manutenção de ativos fixos das organizações devem ser registradas como transações de capital. Ele compara contribuições para ativos fixos, tais como instalações ou doações, com contribuições patrimoniais nas organizações lucrativas, porque tais contribuições não são usualmente disponíveis para operações do cotidiano. Adicionalmente, Anthony distingue entre ativos que são adquiridos com recursos

operacionais (ativos operacionais) e aqueles adquiridos através de contribuições diretas (ativos de capital). Especificamente, ele defende a depreciação dos ativos, enquanto sugere não incluir despesa de depreciação relacionada com ativos de capital no resultado operacional (ANTHONY, 1989).

Corroborando com a ideia de uma estrutura contábil unificada para as *Not for Profit* - NFP, Cherny *et al.* (1992) afirmam que as dificuldades atuais em reconciliar a estrutura das NFPs para as utilizadas pelas entidades lucrativas existem porque nenhuma das estruturas inclui o impacto social total de uma organização. Eles esclarecem que o lucro de uma organização deve ser uma “medida de prosperidade” (1992, p. 115) que abrange os efeitos das atividades da organização sobre o indivíduo, a empresa e a sociedade.

Sobre a questão do impacto social que as ESFL provocam na sociedade e considerando que existem algumas atividades que são desenvolvidas pelas ESFL e que também são desenvolvidas pelas companhias com finalidades lucrativas, surge o seguinte questionamento: O impacto social provocado na sociedade será melhor ou maior se a atividade for executada por uma ESFL do que se essa mesma atividade for realizada por uma empresa com fins lucrativos?

Parsons (2003, p. 110) participa desse debate afirmando:

A principal dificuldade em estabelecer uma medida de desempenho para uma NFP é que o sucesso não é determinado por sua rentabilidade, mas pelo grau em que maximiza o benefício fornecido à população que atende. Em outras palavras, uma NFP cumpre seu objetivo quando maximiza os benefícios dos consumidores.¹⁰

Ainda segundo a autora, o modelo atual para empresas comerciais também ignora benefícios para o consumidor e foca somente no retorno interno. Se o foco no consumidor fosse adotado na estrutura contábil para ambas empresas lucrativas e sem fins lucrativos, e fosse incluído nos relatórios financeiros o reflexo das externalidades da organização (custos sociais e benefícios), o problema da convergência dos sistemas contábeis das lucrativas e sem fins lucrativos estaria resolvido.

¹⁰ “The primary difficulty in establishing a measurement of performance for an NFP is that success is not determined by its profitability, but by the degree to which it maximizes the benefit provided to the people it serves. In other words, an NFP accomplishes its goal when it maximizes consumer benefits.”

Por outro lado, alguns autores são contrários à utilização de uma única estrutura contábil, que atenda tanto às empresas lucrativas como às sem finalidades de lucro. Sobre essa questão, Chambers (1966) admite que o modelo contábil por ele sugerido baseia-se nas transações no valor de mercado e do patrimônio líquido, não sendo, portanto, apropriado para a maioria das ESFL.

Dentre os que mais lutaram para uma estrutura contábil diferenciada para as ESFL, destaca-se Robert K. Mautz. Mautz (1989) esclarece que certos itens que são classificados como ativo em uma empresa lucrativa não necessariamente significam ativo para uma ESFL. Exemplifica afirmando que determinadas propriedades, além de terem alto custo de aquisição, ainda requerem substanciais gastos para manutenção, mas que não necessariamente geram fluxo de caixa futuro para a entidade. Essa necessidade de gastos futuros, segundo Mautz (1994), é uma característica de uma obrigação, apesar de prédios e outras propriedades na posse de uma ESFL não possuírem todas as características de uma obrigação, não deveriam ser classificadas como ativo. Mautz (1994, p. 43) conclui que “[...] somar o caixa gerado pela propriedade com o caixa consumido pela propriedade é quase como somar ativos e passivos.”

Para resolver esse problema de classificação, Mautz (1989, 1994) sugeriu uma nova forma de classificação para propriedades que requerem despesas e que não geram receita. Mautz classificou esses itens como “serviço de instalações” e recomendou uma evidenciação separada, de maneira a destacar o valor e o compromisso de caixa que essas instalações representam para a organização. Ele também afirmou que a depreciação dessas instalações não é significativa para os leitores das demonstrações financeiras. Ao invés disso, recomenda que os gastos de manutenção deveriam ser registrados como despesas.

Por sua vez, Pallot (1990) concorda com o ponto de vista de Mautz de que ativos fixos na posse das ESFL são de difícil definição. Contudo, discorda da criação de uma nova categoria que é um misto de ativo e passivo. Ela explica que ativos “[...] têm ambos uma dimensão de recursos e de propriedade.” (PALLOT, 1990, p. 81). Baseada na teoria do direito de propriedade, Pallot argumenta que as ESFL têm o direito para administrar aquelas propriedades e o direito sobre os benefícios que surgem da posse. Então, conclui a autora que tais instalações são ativos. Contudo, esses ativos têm mais objetivo social do que comercial, tendo por finalidade o uso do público em geral, não possuindo, portanto, finalidade de venda.

Ela então recomenda separar esses ativos dos ativos fixos correntes usados para fornecer serviços e classificá-los como “ativos comunitários”. Ativo fixo corrente (tais como veículos ou móveis de escritório) seriam sujeitos à depreciação, mas ativos comunitários (tais como a construção de um museu ou um monumento no campus de uma universidade) não seriam. Segundo a autora, a separação dos ativos fixos em comunitários e correntes fornece mais informação a respeito da solvência e capacidade de adaptação de uma organização.

Enfatizando a utilidade e importância das informações contábeis das ESFL para os diversos usuários, Torres e Pina (2003, p. 270) afirmam:

Assim, o custo de implementar contabilidade por competência deve ser equilibrado com os benefícios que ela oferece para a gestão e objetivos. A contabilidade por competência fornece informação útil para a *accountability* e a redução dos custos principal-agente, facilitando o crescimento das NPOs. A padronização das demonstrações financeiras fornece aos *stakeholders* informações para comparar a posição financeira e os custos e os desempenhos dos serviços prestados entre entidades. Apenas a contabilidade por competência permite a mensuração dos resultados das operações por centros de atividade e de programas. Comparar as deficiências impede a compreensão dos usuários e a comparação de realizações das NPOs. Assim, a divulgação adequada da posição financeira, os resultados das operações e dos serviços realizados pelas NPOs contribuem para melhor explicar, à sociedade, aos financiadores e patrocinadores, a necessidade e utilização dos recursos doados, o custo dos serviços prestados e os benefícios sociais da atividade desenvolvida.¹¹

2.2.4.2 A Contabilidade como Instrumento de *Accountability* das ESFL

Knox, Blankmeyer e Stutzman (2006) afirmam que a existência e o papel das ESFL requerem uma comparação dos bens e serviços produzidos entre público, privado e sem fins lucrativos. Para os autores, a *accountability* é tão crítica nas ESFL quanto nas empresas privadas com fins lucrativos, justamente em função da separação entre propriedade e controle. Sobre essa

¹¹ “Thus, the cost of implementing accrual accounting should be balanced with the benefits that it provides for management and purposes. Accrual accounting provides useful information for accountability and reduction of principal-agent costs facilitating the growth of NPOs. The standardization of financial statement reports gives stakeholders information to compare the financial position and the costs and performances of services delivered between entities. Only accrual accounting allows the measurement of the results of operations by activity centres and by programmes. Comparability deficiencies prevent users understanding and comparing the achievements of NPOs. Thus, the adequate disclosure of the financial position, the results of operations and performances carried out by NPOs contribute to better explaining to society, lenders and sponsors, the need and

questão, Donahue (1989) observou que *accountability* é conceitualmente mais bem desenvolvida nas empresas com fins de lucro se comparadas com as organizações públicas em função dos proprietários e da competição de mercado.

Steinberg (1986) afirma que as demonstrações financeiras das ESFL permitem apenas que os doadores verifiquem somente o custo médio na arrecadação de fundos, significando, dessa forma, que informação financeira relacionada com despesas para arrecadação de fundos (como atualmente apresentada) não é útil para os doadores na tomada de decisão. Ele, ao invés, sugere que a porcentagem dos fundos dedicada para despesas administrativas é o melhor indicador de eficiência (definido pelos valores das entradas).

Pesquisa de campo realizada por Parsons (2001) mostra várias questões relacionadas com a quantidade de informação contábil financeira como forma de atrair a arrecadação de fundos. Ela constatou que futuros doadores, principalmente aqueles que antes contribuíam para uma organização, são mais prováveis para fazer uma contribuição quando medidas de eficiência (especialmente a porcentagem de despesas dedicadas para programas de serviços, arrecadação de fundos e despesas administrativas) são fornecidas juntamente com o pedido para a doação. Esse estudo responde às preocupações de Steinberg sobre a média da arrecadação dos fundos e fornece mais evidências para indicar que relatórios contábeis atuais fornecem medidas de eficiência úteis para doadores.

Uma medida de eficiência alternativa que também enfoca somente sobre a entrada é a proporção da arrecadação dos fundos, calculada a partir das despesas com arrecadação de fundos dividida pelo total das receitas doadas. Essa medida fornece uma indicação do custo gerado nas contribuições atuais, desta maneira aponta a eficiência da arrecadação de fundos ao invés da eficiência das operações. Agências de fiscalização, tais como o *Better Business Bureau's Wise Giving Alliance*, focam sobre essa proporção quando estabelecem níveis de desempenho para as ESFL. Até hoje, estudos contábeis não têm examinado o relacionamento dessa proporção de eficiência com doações.

Por sua vez, Weisbrod e Dominguez (1986) deduzem que a quantidade de informações

use of the resources donated, the cost of the services delivered and the social benefits of the activity carried out."

disponíveis para os doadores influencia na doação. Ainda sobre essa questão, Tinkelman (1999) sugere que a importância da informação contábil é dependente da informação fornecida. Ele mostra que o relacionamento entre doações e sua *proxy* para eficiência é afetada pela *proxy* da qualidade da informação.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo deste capítulo é apresentar os critérios adotados na pesquisa, em termos de seleção da amostra, estruturação do índice de *disclosure*, variáveis utilizadas, bem como as pessoas envolvidas na técnica *delphi*.

3.1 Planejamento da pesquisa e coleta de dados

Uma das formas para verificar a realidade é a pesquisa de campo que, segundo Vergara (2000, p. 47), “[...] é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo.”

A forma selecionada para a coleta dos dados foi por meio de consultas ao banco de dados do Ministério da Justiça e também às páginas da internet das instituições pesquisadas.

Cruz Neto (In: MINAYO, 1997, p. 64) afirma:

O trabalho de campo, em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer. E o pesquisador, ao se empenhar em gerar conhecimentos, não pode reduzir a pesquisa à denúncia, nem substituir os grupos estudados em suas tarefas político-sociais.

Foi possível, através das pesquisas realizadas, conhecer um pouco mais da realidade das IESFB inscritas no CNAS e, com base nas informações coletadas, tendo por base o MDA de Coy, Tower e Dixon (1993), elaborar um índice de *disclosure* das IESFB brasileiras.

3.2 Variáveis

Foram definidas, para fins deste estudo, as seguintes variáveis: o tamanho da entidade, alavancagem, localização, o valor das gratuidades, o valor dos benefícios fiscais e o recebimento por parte da entidade de subvenção.

- a) Tamanho da entidade – definido em função do ativo total da entidade tendo por base os parâmetros definidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES disponível em: <www.bndes.gov.br/conhecimento/cartilha/cartilha.pdf>, acesso em 10.09.2008, conforme abaixo:
- Micro empresa: até R\$ 1.200.000,00;
 - Pequena empresa: entre R\$ 1.200.000,00 e R\$ 10.500.000,00
 - Média empresa: entre R\$ 10.500.000,00 e R\$ 60.000.000,00; e
 - Grande empresa: acima de R\$ 60.000.000,00.
- b) Alavancagem – medida em função da relação entre exigível total e o ativo total.
- c) Localização – Região geográfica onde está estabelecida a entidade, sendo que o Brasil está dividido em cinco regiões: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul.
- d) Gratuidade – No caso das entidades objeto deste estudo, na grande maioria, é a prestação de serviços, através de serviço escolar, formação profissional e assistência social à comunidade carente ou a quem dela necessitar. Esses serviços são denominados de beneficências ou gratuidades que são serviços que as IESFB registradas no CNAS estão obrigadas a prestar à comunidade carente como forma de aplicar os recursos recebidos do poder público e também da sociedade, sendo calculado o percentual que representa as gratuidades totais em relação à receita total do exercício de 2007.
- e) Benefícios Fiscais – significa o quanto a entidade deixou de recolher de tributos aos cofres públicos em função da sua condição de entidade sem fins lucrativos. Nesse estudo foram considerados apenas os valores devidos ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em função de que essa era uma informação que todas as instituições forneceram. Para fins de aplicação dos testes estatísticos, foi calculado o percentual dos benefícios fiscais em relação à receita total do exercício de 2007.
- f) Subvenções – significa se a IESFB recebeu ou não recursos financeiros, materiais ou tecnológicos dos governos federais, estaduais e municipais ou de empresas públicas para aplicação nas atividades, quer seja de custeio quer de capital.

As variáveis foram extraídas do banco de dados do Ministério da Justiça referente ao exercício de 2007 e que foram divulgadas em 2008.

3.3 Hipóteses

De acordo com Martins e Theóphilo (2007, p.31), “[...] há consenso entre os autores no sentido de que as hipóteses são bem vindas e importantes para os estudos empírico-teóricos”. Ainda segundo os autores (2007, p.31), “[...] a formulação e teste de hipótese, no contexto do desenvolvimento de uma pesquisa científica, contribuem para o fortalecimento da consistência dos achados da investigação, junto com os resultados do estudo.”

Nesse sentido, buscando contribuir, fortalecer os resultados e verificar o relacionamento entre as variáveis anteriormente estabelecidas, foram estabelecidas as seguintes hipóteses que o presente estudo irá testar.

Hipótese 1 – O tamanho da instituição está associado ao índice de *disclosure* das IESFB.

Hipótese 2 – A alavancagem está associada ao índice de *disclosure* das IESFB.

Hipótese 3 – A localização da instituição está associada ao índice de *disclosure* das IESFB.

Hipótese 4 – As gratuidades realizadas pelas instituições estão associadas ao índice de *disclosure* das IESFB.

Hipótese 5 – Os benefícios fiscais estão associados ao índice de *disclosure* das IESFB.

Hipótese 6 – As subvenções estão associadas ao índice de *disclosure* das IESFB.

Sendo assim, o presente trabalho visa testar a existência de evidências estatísticas, de que algumas características corporativas, previamente definidas, influenciam o nível de *disclosure*.

3.4 Construção da variável *Disclosure*

Estudos sobre índice de *disclosure* têm um forte fundamento na literatura contábil. A maioria dos estudos, de acordo com Gordon *et al.* (2002), tem utilizado uma lista pré-determinada de *disclosures* que analistas financeiros e/ou *stakeholders* consideram importantes no processo da decisão de investimento. Os autores têm adotado em seus estudos índices ponderados e não ponderados.

Este estudo focou sobre o *disclosure* das IESFB brasileiras. Os *disclosures* examinados foram apenas aqueles encontrados nas informações prestadas pela instituição mantenedora para o

Ministério da Justiça e também aqueles disponibilizados em sua página da internet, já que nosso pedido ao CNAS, conforme Anexo E, foi negado. Para fins deste estudo foram considerados como *disclosure*:

- obrigatório: aquelas informações exigidas no relatório de prestação de contas do Ministério da Justiça, a saber: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos objetivos e demonstração das políticas contábeis.
- voluntário: informações disponíveis na página da internet.

Nesta pesquisa, optou-se por elaborar um índice de *disclosure* próprio, haja vista não termos nenhum índice no Brasil para as instituições pesquisadas, a partir do índice estruturado por Coy, Dixon e Tower (1993), adaptado à realidade brasileira. O índice compreende informações de natureza obrigatória e voluntária, e possibilita a todos os envolvidos, ou seja: governo, gestores e sociedade conhecer: informações de natureza geral, o desempenho dos serviços e financeiros, bem como a situação financeira da instituição.

O índice desenvolvido é composto de 26 questões, sendo que, quando a instituição divulgou o item, recebeu 1 e se não divulgou recebeu 0. Assim como Gordon *et al.* (2002), não realizou-se qualquer tipo de pontuação em função da quantidade ou da qualidade do *disclosure*, haja vista não haver informações disponíveis para realizar esse tipo de avaliação. Sendo assim, uma instituição, por exemplo, que divulgou um item referente aos últimos 5 (cinco) anos recebeu a mesma pontuação que a instituição que divulgou a informação apenas de 1 (um) ano. A estrutura utilizada para apuração do Índice de *Disclosure* das IESFB é o MDA desenvolvido por Coy, Dixon e Tower (1993), que se encontra detalhada no item 2.1.4.1, enquanto que a relação das entidades pesquisadas, bem como a sua pontuação correspondente encontra-se no item 4.1. O índice engloba 4 (quatro) conjuntos de informações:

- Informações gerais sobre a instituição (06 itens) - relacionados com os objetivos da instituição, principais fatos e números, políticas contábeis adotadas e informações sobre a diretoria.
- Desempenho dos serviços (06 itens) – relacionados com o desempenho da instituição com relação aos estudantes, formandos, destino dos egressos, publicações, percentual de estudantes e metas.

- Desempenho financeiro (07 itens) – relacionados com o desempenho financeiro da entidade apresentando: resultado das operações, informações detalhadas sobre depreciação e orçamento, custo dos estudantes, fluxo de caixa, subsídio para a pesquisa e alocação de *overhead*.
- Situação física e financeira (07 itens) – apresenta a situação física e financeira da entidade por meio das seguintes informações: balanço patrimonial, funcionários da faculdade, investimentos, biblioteca, compromissos e contingências, patrimônio educacional e uso da edificação.

Em cada conjunto de informação, a pontuação obtida pela entidade foi apurada pela divisão entre a soma de pontos obtidos e a pontuação total possível do conjunto, o mesmo procedimento foi adotado para apuração do índice de *disclosure total*.

3.5 Modelos estatísticos

Neste estudo foram utilizados modelos de regressão de mínimos múltiplos quadrados para testar as hipóteses estabelecidas anteriormente. De acordo com Hair *et al.* (2005, p.32), “[...] regressão múltipla é o modelo de análise apropriado quando o problema de pesquisa envolve uma única variável dependente métrica considerada relacionada a duas ou mais variáveis independentes métricas.”

Para fins deste estudo será utilizado como variável dependente o Índice de *Disclosure* Brasileiro – IDB e como variáveis independentes as seguintes variáveis: Tamanho, Localização, Alavancagem, Gratuidade, Benefícios Fiscais e Subvenção. Nesse caso, as variáveis Tamanho, Localização e Subvenção não são variáveis métricas, sendo necessário substituí-las por variáveis dicotômicas, que atuam como variáveis de substituição.

A regressão múltipla permite ao pesquisador, além de avaliar a importância de cada variável, uma maneira de avaliar a natureza das relações entre as variáveis independentes e dependente.

O objetivo, segundo Hair *et al.* (2005, p.32), “[...] é prever as mudanças na variável dependente como resposta a mudanças nas variáveis independentes.”

Gordon *et al.* (2002), conforme descrito no item 2.1.4.3 desta tese, para testar as hipóteses do seu trabalho utilizaram os seguintes modelos de regressão:

$$1) \text{EXTENT} = \alpha + \beta_1 \text{LAGASSET} + \beta_2 \text{BRDMBRS} + \beta_3 \text{PUBLPRIV} + \beta_4 \text{BIG6} + \beta_5 \text{DEQUITY} + \varepsilon$$

$$2) \text{SEA} = \alpha + \beta_1 \text{TUITPCT} + \beta_2 \text{ENDOW} + \beta_3 \text{TUITION} + \varepsilon$$

$$3) \text{SEA} = \alpha + \beta_1 \text{CONSBRD} + \beta_2 \text{STATEAUD} + \varepsilon$$

$$4) \text{SEA} = \alpha + \beta_1 \text{TUITPCT} + \beta_2 \text{ENDOW} + \beta_3 \text{TUITION} + \beta_4 \text{BIG6} + \beta_5 \text{PUBLPRIV} + \varepsilon$$

Modelo 1 – utilizado para testar as hipóteses de 1 a 5;

Modelo 2 – utilizado para testar as hipóteses de 7 a 9;

Modelo 3 – utilizado para testar a hipótese 10;

Modelo 4 – utilizado para testar as hipóteses 6 e 11.

Onde:

EXTENT = variável dependente representada pelo índice de *disclosure*;

SEA = variável dependente representada pelo índice de *disclosure* mensurando somente matrícula e desempenho;

α = intercepto padrão;

β = coeficiente padrão da regressão;

LAGASSET = logaritmo natural do ativo total ajustado em função dos recebimentos/pagamentos;

BRDMBRS = número de membros no conselho de administração;

PUBLPRIV = instituição pública ou privada (1=pública, 0=privada);

BIG6 = BIG6 ou não BIG6 auditor (1=Big6 empresa, 0=Outras);

DEQUITY = dívida de longo prazo em relação ao patrimônio líquido;

TUITPCT = anuidades e taxas em relação às receitas correntes totais;

ENDOW = logaritmo natural do valor justo do fundo de doações;

TUITION = percentual de anuidades atribuído para os estudantes em tempo integral da graduação;

STATEAUD = auditor estatal ou não estatal;

CONSBRD = Conselho de administração consolidado (1 = sim, 0 = não);

ε = padrão normal, termo de erro distribuído randomicamente.

Os modelos apresentaram os seguintes resultados:

Modelo 1 - $R^2 = 0,131$, sendo que somente a variável LAGASSET apresentou associação positiva em relação à variável dependente.

Modelo 2 - $R^2 = 0,321$, sendo que somente as variáveis TUITION e ENDOW apresentaram associação positiva em relação à variável dependente.

Modelo 3 - $R^2 = 0,028$, tendo a variável STATEAUD apresentado associação positiva em relação à variável dependente.

Modelo 4 - $R^2 = 0,212$, sendo que somente as variáveis TUITPCT e ENDOW apresentaram associação positiva em relação à variável dependente.

O modelo desenvolvido e utilizado no trabalho dos autores acima citados possui algumas características que diferem substancialmente da realidade brasileira.

Variável LAGASSET - utilizada para estimar o tamanho da organização e também será utilizada nesse estudo com pequena adaptação. Gordon *et al.* (2002) enfatizam que talvez a variável explanatória que mais prevalece na extensa literatura de *disclosure* é o tamanho da organização. Foster (1986, p.44) sugere que a relação positiva que parece existir entre tamanho da empresa e índice de *disclosure* financeiro pode ser em função de vários fatores subjacentes possíveis, incluindo aumento de custos políticos associados com maiores empresas, menores custos competitivos de *disclosures* marginais pelas maiores empresas e economias de escala.

Variável BRDMBRS – o número de membros do conselho de administração não é uma informação disponível na base de dados do Ministério da Justiça e também na página da internet das instituições pesquisadas e, sendo assim, não será utilizada nesse estudo.

Variável PUBLPRIV - em 1995, o FASB implementou os SFAS 116 e 117 o que provocou uma significativa divergência nos relatórios financeiros anuais das faculdades e universidades públicas e privadas. O estudo realizado por Gordon *et al.* (2002) foi com base em relatórios

realizados antes das mudanças e, sendo assim, passível de comparações, já que tanto instituições públicas como privadas apresentavam os relatórios com os mesmos formatos e orientações. No Brasil as instituições públicas elaboram seus relatórios anuais tendo por base a Lei nº 4.320/64 que estabelece normas e padrões para o setor público. Já as IESFB que são instituições de direito privado estão obrigadas a elaborar seus relatórios com base na Lei nº 6.404/76 que é a lei que estabelece normas para as sociedades por ações com algumas alterações estabelecidas por normas brasileiras de contabilidade. Deste modo, também não incluiremos essa variável nesse estudo.

Variável BIG6 – em função da resposta negativa do CNAS em fornecer informações para a essa pesquisa também não foram obtidas informações sobre a empresa de auditoria, apenas sabe-se que todas são auditadas, pois se trata de imposição legal.

Variável DEQUITY – no modelo os autores utilizaram o valor das dívidas em função do patrimônio líquido. Nesse estudo a alavancagem será medida por meio da relação do total das dívidas e ativo total. . Sobre essa questão, Alencar (2007) esclarece que a alavancagem pode ser medida tanto pela relação entre o valor contábil das dívidas e o patrimônio líquido como pelo ativo total.

Jensen e Meckling (1976, p.338) e Daley e Vigeland (1983, p.208-209) argumentam que empresas com uma proporção maior de dívidas, que possuem uma alavancagem mais elevada, incorrerão em maiores custos de monitoramento. Myers (1977, p.161) e Schipper (1981, p.87) explicam esse fato como resultado dos conflitos que existem entre credores e *stakeholders*.

O modelo utilizado nesta pesquisa para testar a associação entre índice de *disclosure* e algumas características corporativas busca investigar a existência de um relacionamento linear entre as variáveis e é assim descrito:

$$IDIESFB = \alpha + \beta_1 TAMANHO + \beta_2 ALAVANCAGEM + \beta_3 LOCALIZAÇÃO + \beta_4 GRATUIDADE + \beta_5 BENEFÍCIO FISCAL + \beta_6 SUBVENÇÃO + \varepsilon$$

Onde:

IDIESFB – índice de *disclosure* das IESFB conforme apresentado nos itens 2.1.4.1 e 3.4 deste trabalho, sendo transformado posteriormente em logaritmo;

TAMANHO – conforme descrito no item 3.2 desta tese;

ALAVANCAGEM – medida por meio da relação do exigível total e ativo total;

LOCALIZAÇÃO – região geográfica onde está estabelecida a instituição, sendo utilizada uma variável dicotômica, pois se trata de uma variável não métrica;

GRATUIDADE – valor aplicado em benefícios à população através de bolsas de estudos e outras formas de assistência social, medido em função da receita total;

BENEFÍCIO FISCAL - valor recebido em benefício fiscal, especificamente INSS, medido em função da receita total;

SUBVENÇÃO – variável dicotômica, sendo tratada estatisticamente como: (1=recebeu subvenção pública e 0=se não recebeu subvenção pública).

Foram incluídas no modelo desta pesquisa as variáveis: localização, gratuidade, benefício fiscal e subvenção não testadas em estudos anteriores relacionados com instituições de ensino superior, mas que, em função das particularidades das instituições brasileiras, optou-se por incluir no modelo.

3.6 Tratamento das variáveis

O processamento estatístico das variáveis foi realizado através do programa estatístico Eviews 4.0, sendo utilizadas, para fins de análise, apenas as observações que tivessem todos os dados válidos.

Apesar de constarem na lista 146 (cento e quarenta e seis) instituições, foram consideradas para análise somente 144 (cento e quarenta e quatro) instituições, em virtude de 2 (duas) instituições não terem informado valor dos seus passivos.

Mediante a aplicação de testes realizados pelas estatísticas t e F , da análise de coeficientes da regressão, coeficientes de determinação da correlação e do erro-padrão, busca-se verificar a confiabilidade das estimativas obtidas.

Hair *et al.* (2005, p.160) afirmam que: “[...] testar a significância estatística para os coeficientes estimados em análise de regressão é apropriado e necessário quando a análise é baseada em uma amostra da população e não em um censo.” Segundo os autores, o pesquisador não está interessado na estimativa de regressão apenas para aquela amostra, mas sim em saber o quanto os resultados são generalizáveis para toda a população.

Neste sentido, de acordo com Hair *et al.* (2005, p.160), “[...] os testes de significância dos coeficientes de regressão fornecem uma estimativa estatisticamente baseada na probabilidade de que os coeficientes estimados em muitas amostras de um dado tamanho sejam de fato diferentes de zero.”

Os testes de significância de coeficientes de regressão possibilitam ao pesquisador avaliar empiricamente o verdadeiro impacto da sua pesquisa e determinam se os impactos representados pelos coeficientes são generalizáveis ou não a toda a população.

3.7 A técnica *Delphi*

Desenvolvida pela Rand Corporation da Califórnia no final dos anos de 1940 como um meio de obter o parecer de um grupo de peritos ou especialistas (MARTINO, 1983), a *delphi* é utilizada para solicitar opiniões, a partir de participantes interessados, estudiosos ou peritos, cujas identidades são desconhecidas entre si e que trabalham independentemente. O método inclui rodadas nas quais cada participante é convidado a opinar sobre questões de interesse e, em seguida, essas opiniões são tabuladas, sendo essa tabulação utilizada na rodada seguinte como forma de alcançar o maior consenso entre os participantes. Cada rodada permite, entre outras coisas, aos participantes reconsiderar a sua posição à luz das respostas dos outros participantes.

Para Wright e Giovinazzo (2000, p. 54), “[...] a técnica baseia-se no uso estruturado do conhecimento, da experiência e da criatividade de um painel de especialistas, pressupondo-se que o julgamento coletivo, quando organizado adequadamente, é melhor que a opinião de um só indivíduo.”

Três condições básicas, segundo Martino (1983), são necessárias para o desenvolvimento da metodologia: o anonimato dos respondentes, a representação estatística da distribuição dos resultados e o *feedback* de respostas dos painelistas para reavaliação das suas respostas nas rodadas subsequentes.

De acordo com Estes e Kuespert (1976), a técnica *delphi* passou a ser disseminada no começo dos anos 60, a partir dos trabalhos desenvolvidos por Olaf Helmer e Norman Dalker. Ainda segundo Estes e Kuespert, o objetivo original era desenvolver uma técnica que aprimorasse o uso das opiniões de especialistas na previsão tecnológica.

Mais recentemente, de acordo com Wright e Giovinazzo (2000, p.55),

[...] o conceito tradicional da técnica *delphi*, geralmente aplicado a tendências e eventos futuros, tem sido ampliado para incorporar a busca de idéias e estratégias para a proposição de políticas organizacionais mais gerais. Esta nova forma de *delphi* não se caracteriza tão claramente por um instrumento de previsão, mas sim por uma técnica de apoio à decisão e à definição de políticas, e passou a ser conhecida como o *Policy of Delphi* (Delphi de Políticas).

Neste trabalho, o objetivo não foi o de verificar a opinião de especialistas sobre questões futuras e sim, a partir de estudo desenvolvido por Coy e Dixon (2004) na Nova Zelândia, sobre a importância de se divulgar ou não determinada informação. Nesse sentido, entende-se que o *delphi* de políticas se aplica perfeitamente aos objetivos do trabalho.

3.8 Seleção dos especialistas

Neste estudo os indivíduos convidados a participar foram selecionados em função das atividades que desempenham que estão relacionadas com as entidades objeto deste estudo. Foram convidados: contadores, auditores, reitores, pró-reitores de administração e finanças, docentes, auditores fiscais e representantes de órgãos de governo como o CNAS e o Ministério da Justiça.

De acordo com Cunha (2007), o número de especialistas varia, sendo que alguns autores estabelecem entre 10 e 15 participantes, defendendo que a inclusão de mais participantes proporciona pouco incremento nos resultados. Outros ainda entendem que o número deve ser

entre 15 e 30 e também entre 10 e 50. O fato é, segundo Cunha (2007, p.129), que há um consenso de que um número abaixo de 10 participantes “[...] limita a análise das respostas e limita a confiança em funcionar como um consenso e em gerar informações relevantes e proveitosas.”

3.9 Elaboração do questionário

O questionário foi desenvolvido por David Coy e Keith Dixon no trabalho intitulado *The public accountability index: crafting a parametric disclosure index for annual reports* e foi aplicado em Instituições de Ensino Superior da Nova Zelândia.

O questionário, que se encontra no Anexo B, está dividido em 09 (nove) blocos originalmente com 126 itens, foi alterado para 113 itens, sendo eliminados 13 itens por entender-se não serem aplicados à realidade brasileira. Para resposta, o questionário estava disponível no endereço: <http://fs11.formsite.com/Amauryj/form604527272/index.html> e compreendia as seguintes questões:

- I – Visão Geral: Relatório Anual
- II – Visão Geral: Universidade
- III – Serviço: Comunitário
- IV – Serviço: Gerais
- V – Serviço: Ensino
- VI – Ensino: Processo
- VII - Ensino: Produção/Resultado
- VIII - Serviço: Pesquisa
- IX - Financeiro.

Em cada questão o participante indica apenas um número de acordo com a Tabela 19 (tópico 4.3.2 deste estudo), considerando o grau de relevância, ou seja, se considera importante ou não a divulgação de informações sobre o item. Ressalta-se que a divulgação envolve os usuários internos e externos à instituição.

3.10 Vantagens e desvantagens no uso da técnica *Delphi*

Wright (1986) *apud* Wright e Giovinazzo (2000, p.64) aponta as seguintes vantagens e desvantagens na utilização da técnica.

3.10.1 Vantagens

- Realizar previsões em situações de carência de dados históricos.
- A consulta a um grupo de especialistas traz à análise do problema pelo menos o nível de informação do membro mais bem informado; e, em geral, traz um volume muito maior de informação.
- O uso de questionários e respostas escritas conduz a uma maior reflexão e cuidado nas respostas, e facilita o seu registro, em comparação a uma discussão em grupo.
- O anonimato nas respostas elimina a influência de fatores como o “status” acadêmico ou profissional do respondente, ou sua capacidade de oratória, na consideração de validade dos seus argumentos.
- Outros fatores restritivos da dinâmica de grupo são reduzidos, como a supressão de posições minoritárias, a omissão de participantes, a adesão espúria às posições majoritárias, a manipulação política, etc.
- Com o envio de questionários pelo correio ou outros meios, não há custos de deslocamento de pessoal, e os peritos podem responder sem a restrição de conciliar agendas para uma reunião.
- Os custos são provavelmente menores do que aqueles associados à reunião física de um grande grupo de peritos, apesar de o custo de preparação ser maior.
- O efetivo engajamento no processo de um grande número de participantes é uma importante vantagem que induz a criatividade e confere credibilidade ao estudo.

3.10.2 Desvantagens

- Seleção de “amostra” de respondentes e tratamento dos resultados estatisticamente não aceitáveis.
- Excessiva dependência dos resultados em relação à escolha dos especialistas, com a possibilidade de introdução de viés pela escolha dos respondentes.
- Possibilidade de se forçar o consenso indevidamente.
- Dificuldade de se redigir um questionário sem ambiguidades e não viesado sobre tendências futuras.
- Demora excessiva para a realização do processo completo, especialmente no caso de envio de questionário pelo correio.
- Custos de elaboração elevados.

Wright e Giovinazzo (2000, p.64) enfatizam que a técnica *delphi* seja um levantamento estatístico representativo da opinião de uma determinada população amostral. “É, essencialmente, uma consulta a um grupo limitado e seletivo de especialistas, que através da sua capacidade de raciocínio lógico, da sua experiência e da troca objetiva de informações procura chegar a opiniões conjuntas sobre questões propostas.”

3.11 Coleta das informações

Após o cadastramento de todas as instituições de ensino superior do Brasil objeto deste estudo, contendo: endereço, telefone e endereço eletrônico, aleatoriamente, foram contactadas por telefone algumas IESFB para que fornecessem o nome e e-mail do contador, reitor ou pró-reitor de administração ou de finanças de acordo com a estrutura da instituição. Em cada IESFB só foi solicitado as informações de apenas uma pessoa, ou seja, se fosse pedido os dados do contador não seria pedido do reitor ou do pró-reitor. Posteriormente, após a coleta dessas informações, que ocorreu no mês de julho e agosto de 2008, em 13.09.2008 foi enviado por e-mail 65 convites para a primeira rodada da *delphi*. Foi recebida a confirmação por e-mail de 19 pessoas, sendo que as demais não nos responderam. Após a confirmação, foi

enviado a partir de 01.10.2008 o questionário com 113 questões para que as pessoas manifestassem sua opinião sobre a importância de se divulgar determinado item.

3.12 Tabulação e análise das respostas recebidas

De acordo com Cunha (2007, p.130), a análise das respostas normalmente é realizada com base em um padrão estatístico, como por exemplo: número de observações, maior e menor valor observado, média, limites de confiança, desvio-padrão, quartis, mediana e distribuição de frequência. A análise das respostas tem por objetivo fornecer subsídios para que o participante possa reavaliar a sua posição na rodada anterior.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados das pesquisas e os tratamentos estatísticos realizados, conforme descrito no capítulo 3, bem como a análise dos resultados.

4.1 Índice de *Disclosure*

A tabela abaixo apresenta resumo dos *disclosures* em cada item pesquisado, considerando a totalidade das instituições, cuja relação encontra-se descritas nas tabelas de nºs 08 a 12 a seguir.

Tabela 6 – Resumo de *Disclosure* por grupo

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	Total	<i>Disclosure</i>	Percentual
I – Visão Geral			
01 – Demonstração dos objetivos	146	146	100,00%
02 – Relatório descritivo/revisão geral	146	8	5,50%
03 – Resumo dos fatos e números	146	3	2,00%
04 – Revisão financeira	146	3	2,00%
05 – Políticas contábeis	146	146	100,00%
06 – Informações da diretoria	146	16	11,00%
II – Desempenho dos serviços			
07 – Número de estudantes	146	0	0,00
08 – Formandos	146	1	0,07%
09 – Emprego/destino dos estudantes da educação	146	0	0,00
10 – Publicações	146	5	3,42%
11 – Percentual de estudantes na faculdade	146	1	0,07%
12 – Metas	146	5	3,42%
III – Desempenho Financeiro			
13 – Demonstração das Operações – DRE	146	146	100,00%
14 – Depreciação	146	2	1,37%
15 – Informações orçamentárias	146	1	0,07%
16 – Custo unitário por estudantes	146	0	0,00
17 – Demonstração do fluxo de caixa	146	0	0,00
18 – Subsídio para pesquisa	146	4	2,74%
19 – Alocação de overhead	146	0	0,00
IV – Situação Física e Financeira			
20 – Balanço Patrimonial	146	146	100,00%
21 – Faculdade/funcionários	146	22	15,07%
22 – Biblioteca	146	5	3,42%
23 – Investimentos	146	1	0,07%
24 – Compromissos e contingências	146	4	2,74%
25 – Emprego igualitário e oportunidades educacionais	146	0	0,00
26 – Uso da edificação	146	10	6,85%

Observa-se na tabela 6 que os itens 01, 05, 13 e 20 foram divulgados pela totalidade das instituições pesquisadas. Esses itens são exigidos no relatório de prestação de contas do Ministério da Justiça, sendo então considerados itens de *disclosure* obrigatório. Observa-se que o item 21 foi o mais divulgado, dentre os itens considerados de *disclosure* voluntário, sendo divulgado por 22 instituições o que representa apenas 15,07% do total das instituições.

Tabela 7 – Região onde se localizam as instituições

Região	Número de Instituições
Norte	02
Centro-Oeste	05
Nordeste	09
Sul	35
Sudeste	95
Total	146

Constata-se pela tabela acima que a maioria, mais de 65%, das IESFB pesquisadas localizam-se na região sudeste.

Tabela 8 – Índice de *Disclosure* das IESFB localizadas na Região Norte

Ordem	Razão Social	Índice
1	Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia	0,27
2	Obras Sociais da Diocese de Rio Branco	0,15
	Média	0,21

Tabela 9 – Índice de *Disclosure* das IESFB localizadas na Região Centro-Oeste

Ordem	Razão Social	Índice
1	Associação Educativa Evangélica	0,38
2	Missão Salesiana de Mato Grosso	0,19
3	Sociedade Goiana de Cultura	0,19
4	União Brasiliense de Educação e Cultura – UBEC	0,15
5	União das Escolas Superiores de Cuiabá	0,15
	Média	0,22

Tabela 10 – Índice de *Disclosure* das IESFB localizadas na Região Nordeste

Ordem	Razão Social	Índice
1	Associação das Religiosas da Instrução Cristã	0,15
2	Colégio Salesiano Sagrado Coração	0,15
3	Congregação de Santa Dorotéia do Brasil	0,19
4	Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências	0,19
5	Fundação José Augusto Vieira	0,27
6	Fundação São João Batista	0,15
7	Institutos Paraibanos de Educação – IPE	0,15
8	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória	0,23
9	Universidade Católica de Pernambuco	0,15
	Média	0,18

Tabela 11 – Índice de *Disclosure* das IESFB localizadas na Região Sul

Ordem	Razão Social	Índice
1	Associação Catarinense de Ensino	0,15
2	Associação Cultural e Científica Nossa Senhora de Fátima	0,15
3	Associação de Ensino Novo Ateneu	0,15
4	Associação do Colégio Nossa Senhora de Sion	0,15
5	Associação Educacional Luterana – Bom Jesus/IELUSC	0,15
6	Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr.Raul Carneiro	0,15
7	Associação Paranaense de Cultura	0,19
8	Associação Pró Ensino em Santa Cruz do Sul	0,23
9	Associação Pró-ensino Superior em Novo Hamburgo	0,31
10	Fundação Assis Gurgacz	0,19
11	Fundação Attila Taborda	0,15
12	Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense	0,23
13	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado	0,38
14	Fundação Educacional de Criciúma	0,19
15	Fundação Educacional Machado de Assis	0,15
16	Fundação Regional Integrada	0,15
17	Fundação Universidade de Caxias do Sul	0,31
18	Fundação Universidade de Cruz Alta	0,15
19	Fundação Universidade de Passo Fundo	0,15
20	Fundação Universidade do Contestado – Campus Caçador	0,15
21	Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina	0,15
22	Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL	0,27
23	Fundação Universidade do Vale do Itajaí	0,19
24	Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí	0,27
25	Inspetoria Salesiana São Pio X	0,19
26	Instituto da Sagrada Família	0,15
27	Instituto de Desenvolvimento Cultural	0,15
28	Instituto Metodista Centenário	0,15
29	Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista	0,15
30	Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis Zona Norte	0,15
31	Sociedade Educacional de Santa Catarina	0,19
32	Sociedade Educacional Três de Maio	0,23
33	Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura	0,23
34	Sociedade Vicente Pallotti	0,15
35	União Brasileira de Educação e Assistência	0,15
Média		0,20

Tabela 12 – Índice de *Disclosure* das IESFB localizadas na Região Sudeste

Ordem	Razão Social	Índice
1	Ação Educacional Claretiana	0,19
2	Associação Brasileira de Ensino Universitário	0,15
3	Associação Carioca de Ensino Superior	0,19
4	Associação Cultural de Renovação Tecnológica Sorocabana	0,15
5	Associação de Ensino de Ribeirão Preto	0,15
6	Associação de Ensino Dom Bosco de Monte Aprazível	0,15
7	Associação de Ensino Superior São Judas Tadeu	0,15
8	Associação de Integração Social de Itajubá	0,15
9	Associação Educacional de Jales	0,27
10	Associação Educacional do Litoral Santista	0,15
11	Associação Educacional Dom Bosco	0,15
12	Associação Educacional Plínio Leite	0,15
13	Associação Educacional Veiga de Almeida	0,15
14	Associação Educativa do Brasil	0,15
15	Associação Fluminense de Educação	0,15
16	Associação Limeirense de Educação e Cultura	0,15
17	Associação Prebisteriana de Educação e Pesquisa	0,15
18	Associação Propagadora Esdeva	0,15
19	Associação Prudentina de Educação e Cultura	0,23
20	Casa de Nossa Senhora da Paz - Ação Social Franciscana	0,15
21	Centro de Estudos Unificados Bandeirantes	0,15
22	Centro Educacional de Realengo	0,15
23	Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora	0,19
24	Confraria N. Sra. da Piedade da Paróquia N. Sra da Piedade de Para de Minas	0,19
25	Faculdades Católicas	0,19
26	Fundação Armando Álvares Penteado	0,15
27	Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho	0,23
28	Fundação Barra Bonita de Ensino	0,15
29	Fundação Benedito Pereira Nunes	0,15
30	Fundação Cásper Líbero	0,15
31	Fundação Comunitária Educacional de Cataguases	0,15
32	Fundação Cultural de Araxá	0,15
33	Fundação Cultural de Belo Horizonte	0,19
34	Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo	0,15
35	Fundação de Ensino "Eurípides Soares da Rocha"	0,15
36	Fundação de Ensino Octávio Bastos	0,15
37	Fundação de Ensino Superior de Passos	0,15
38	Fundação do ABC	0,19
39	Fundação Dom Aguirre	0,19
40	Fundação Dracenense de Educação e Cultura	0,15
41	Fundação Educacional Dr. André Arcoverde	0,15
42	Fundação Educacional de Andradina	0,15
43	Fundação Educacional de Fernandópolis	0,15
44	Fundação Educacional de Ituverava	0,15
45	Fundação Educacional Dom José D'Ângelo Neto	0,15
46	Fundação Educacional e Cultural São José	0,15
47	Fundação Educacional Guaxupé	0,15
48	Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros	0,15
49	Fundação Educacional Lucas Machado FELUMA	0,15
50	Fundação Educacional Machado Sobrinho	0,23
51	Fundação Educacional Miguel Mofarrej	0,15

Ordem	Razão Social	Índice
52	Fundação Educacional Presidente Castelo Branco	0,15
53	Fundação Educacional Rosemar Pimentel	0,15
54	Fundação Educacional Serra dos Órgãos	0,15
55	Fundação Educacional Severino Sombra	0,15
56	Fundação Gammon de Ensino	0,23
57	Fundação Hermínio Ometto	0,19
58	Fundação Instituto de Ensino para Osasco	0,19
59	Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações	0,15
60	Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada	0,15
61	Fundação Lusíada	0,15
62	Fundação Marianense de Educação	0,19
63	Fundação Mineira de Educação e Cultura	0,15
64	Fundação Octacílio Gualberto	0,15
65	Fundação Padre Albino	0,31
66	Fundação Percival Farquhar	0,15
67	Fundação Presidente Antônio Carlos	0,15
68	Fundação Salvador Arena	0,19
69	Fundação São Paulo-Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	0,31
70	Fundação Técnico Educacional Souza Marques	0,15
71	Fundação Valeparaibana de Ensino	0,31
72	Instituto Adventista de Ensino	0,15
73	Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus	0,19
74	Instituto Educacional Piracicabano	0,15
75	Instituto Isabel	0,15
76	Instituto Metodista de Ensino Superior	0,15
77	Instituto Metodista Granbery	0,15
78	Instituto Prebiteriano Gammon	0,15
79	Instituto Presbiteriano Mackenzie	0,46
80	Instituto Santanense de Ensino Superior	0,15
81	Instituto Superior de Educação Santa Cecília	0,15
82	Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa	0,19
83	Obras Sociais e Educacionais de Luz	0,15
84	Organização Helio Alonso de Educação e Cultura	0,15
85	Organização Santamarense de Educação e Cultura - OSEC	0,15
86	Pia Sociedade de São Paulo	0,19
87	Sociedade Campineira de Educação e Instrução	0,19
88	Sociedade de Serviço Social	0,15
89	Sociedade Educacional Uberabense	0,15
90	Sociedade Educadora Anchieta	0,15
91	Sociedade Mineira de Cultura	0,15
92	Sociedade Riopretense de Ensino Superior	0,15
93	Sociedade Universitária Gama Filho	0,15
94	Sociedade Visconde de São Leopoldo	0,15
95	União Social Camiliana	0,15
	Média	0,17

Observa-se que do total, apenas 48 instituições, ou seja, menos de 33% das instituições pesquisadas apresentaram índice acima de 15%, significando que somente essas instituições realizam *disclosure* voluntário. O Instituto Presbiteriano Mackenzie, que está localizado na

região sudeste, foi dentre as IESFB pesquisadas a que apresentou o maior índice de *disclosure* 46%, seguida logo após pelas instituições: Associação Educativa Evangélica e a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado, localizadas na região centro-oeste e sul respectivamente, que apresentaram índice de 38%. Considerando apenas a média aritmética dos índices entre as IESFB, as instituições localizadas na região centro-oeste apresentaram maior índice 22%.

A tabela a seguir apresenta o índice de *disclosure* das IESFB do Brasil, tendo por base as informações coletadas no Ministério da Justiça e da página da internet das respectivas instituições.

Tabela 13 – Índice de *Disclosure*

Características qualitativas	Escore
I – Visão Geral	0,37
II – Desempenho dos serviços	0,02
III – Desempenho financeiro	0,15
IV – Situação física e financeira	0,18
Escore médio	0,18

Observa-se que o grupo que apresenta maior índice é o grupo I com 37%. Ressalta-se que dois itens que constam desse grupo, demonstração dos objetivos e políticas contábeis, são *disclosures* obrigatórios exigidos no relatório de prestação de contas do Ministério da Justiça, o que fez com que esse grupo obtivesse um escore maior que os demais grupos.

Os resultados mostram que o índice de *disclosure* das instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil - IESFB, apurado no ano de 2008 se comparado com os resultados apresentados no estudo de Nelson, Banks e Fischer (2003) está:

- acima do índice de *disclosure* das universidades canadenses no período de 1988 a 1997 e abaixo no período de 1998 a 2000;
- próximo ou igual ao índice das universidades da Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte no período de 1992 a 1994;
- abaixo do índice das universidades da Austrália no período de 1993 a 1998; e
- bem abaixo do índice das universidades da Nova Zelândia no período de 1990 a 1994.

Os resultados indicam uma forte tendência por parte da maioria das instituições em divulgar somente o que é obrigatório. Os altos índices de *disclosure*, apresentados pelas universidades da Nova Zelândia, em relação às universidades apresentadas no estudo de Nelson, Banks e Fischer (2003) e também a essa pesquisa, foram em função das mudanças na legislação que exigiram melhorias nos relatórios anuais das universidades.

De acordo com Dixon, Coy e Tower (1991, p. 159)

Esta foi uma época de forte pressão no ambiente das universidades para melhorar a *accountability* de suas ações e performance. Entre as mudanças defendidas foram a divulgação de relatórios financeiros anuais mais compreensivos e mais informações sobre custos e resultados. Esta pressão emanou de inúmeras fontes incluindo a NZ Sociedade de Contabilistas (NZSA) que expediu uma série de pronunciamentos aplicados ao setor público (NZSA, 1987^a, 1987b, 1987c, 1989^a, 1989b and 1989c); o Escritório de Auditoria que pelo estatuto é o auditor externo de cada universidade e que foi proativo em seu apoio aos pronunciamentos da NZSA como as citações acima indicam, e o governo central incluindo principais ministros como David Lange (Primeiro Ministro 1984-89), Roger Douglas (Ministro das Finanças 1984-88), David Caygill (Ministro das Finanças) e o Tesouro; e, o legislativo que eventualmente passou o Ato de Emenda da Educação de 1990 contendo um novo relatório financeiro anual e provisão de *disclosure* de informação similar para as universidades¹².

Ressalta-se que o estudo realizado por Nelson, Banks e Fischer (2003) com administradores de universidades canadenses revelou que as mudanças efetuadas pelo *Canadian Institute of Chartered Accountants* – CICA – nos padrões contábeis não foi o que motivou a melhoria nos escores de *accountability*. As melhorias, apontadas pelos entrevistados, ocorreram por causa de mudanças na administração e na percepção de que *stakeholders* das universidades necessitam de informações e ainda pela necessidade de um sistema de informação interno melhor. Sendo assim, as melhorias foram voluntárias e não compulsórias.

¹² This was an era of growing pressure in the universities environment for greater accountability for their actions e performance. Among the changes advocated were more comprehensive annual finance reports disclosing more information about results and cost. This pressure emanated from a number of sources including the NZ Society of Accountants(NZSA) which issued a series of pronouncements applicable the sector public. (NZSA, 1987^a, 1987b, 1987c, 1989^a, 1989b and 1989c); the Audit Office which by statute is the external auditor of each university and which was proactive in its support of the NZSA pronouncements as the above quotation indicates; the central government including key ministers such as David Lange (Prime Minister 1984-89), Roger Douglas (Minister of Finance 1984-88), David Caygill (Minister of Finance 1988-90) and the Treasury, and, the legislature which eventually passed the Education Amendment Act of 1990 containing new annual financial reporting and similar information disclosure provisions for universities.

Diversos estudos sobre empresas do mercado de capitais têm revelado os benefícios de um maior nível de evidenciação contábil. Contudo, com relação às instituições objeto deste estudo não foram identificados estudos que corroborassem com essa afirmativa. Alguns aspectos, entretanto, pode-se considerar em relação aos resultados encontrados.

- a) incentivo – diferentemente das empresas com fins lucrativos, as IESFB parecem não ter enxergado nenhum incentivo para divulgar os resultados de suas ações, só prestando contas, em sua grande maioria, aos órgãos governamentais;
- b) desconhecimento por parte dos *stakeholders* sobre o potencial da informação – os *stakeholders*, além de não conhecerem o potencial das informações, não possuem forças para exigirem informações por parte das IESFB, exceto os governos e órgãos de regulação;
- c) custos *versus* benefícios – os custos de divulgação devem ser inferiores aos benefícios que a informação irá trazer para a empresa. Nesse sentido, algumas questões ainda estão sem respostas com relação a essas instituições, como: quais os benefícios que o maior *disclosure* trará para a IESFB? Mais alunos? Professores melhores qualificados? Maior reputação junto à sociedade? No que diz respeito ao governo, o mesmo, além de não oferecer nenhum tipo de incentivo para que as IESFB divulguem os resultados das suas ações, tem emitido sinais no sentido contrário, ou seja, para não divulgarem; e
- d) mudanças na administração – a evolução no índice de *disclosure* ocorridas em função de mudanças na administração das universidades canadenses, apontadas no estudo de Nelson, Banks e Fischer (2004), não podem ser constatadas nas IESFB pesquisadas, haja vista que além de não fazer parte do objetivo deste trabalho, somente foi possível analisar os relatórios de um período.

4.2 Modelos de Regressão

Primeiramente, executou-se o modelo completo conforme especificado no item 3.5.

Tabela 14 – Modelo de Regressão 1

Dependent Variable: IDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/12/09 Time: 15:20

Sample: 1 146

Included observations: 144

Excluded observations: 2

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.173560	0.039889	4.351085	0.0000
MEDIA	0.002349	0.011960	0.196372	0.8446
GRANDE	0.014496	0.009685	1.496692	0.1368
ALAVANCAGEM	-0.002112	0.004129	-0.511656	0.6097
SUL	-0.017421	0.037456	-0.465112	0.6426
SUDESTE	-0.030037	0.036984	-0.812180	0.4181
NORDESTE	-0.026811	0.039594	-0.677161	0.4995
CO	0.007445	0.043343	0.171777	0.8639
GRATUIDADE	0.016553	0.029628	0.558683	0.5773
BF	0.126451	0.135727	0.931657	0.3532
SUBVEN	0.020881	0.008951	2.332768	0.0212
R-squared	0.119328	Mean dependent var	0.180288	
Adjusted R-squared	0.053112	S.D. dependent var	0.051354	
S.E. of regression	0.049972	Akaike info criterion	-3.081403	
Sum squared resid	0.332125	Schwarz criterion	-2.854543	
Log likelihood	232.8610	F-statistic	1.802108	
Durbin-Watson stat	2.066881	Prob(F-statistic)	0.065978	

O modelo apresenta *p-value* de 0,065978 sendo aprovado, considerando nível de confiança de 10%. Pelo modelo, somente a variável Subvenção apresenta evidências estatísticas de que está associada à variável dependente, haja vista que o *p-value* encontrado é menor do que o α -alfa estabelecido de 0,05. Por sua vez, o poder explicativo do modelo verificado por meio do R^2 ajustado é de apenas 5,31%. Sobre o baixo poder explicativo do modelo em relação ao *disclosure*, Malone *et al.* (1993, p.266) afirmam que a literatura de *disclosure* está longe de ser conclusiva para estabelecer uma teoria dominante sobre por que as firmas divulgam diferentes quantias de informações (evidenciado pelos predominantemente baixos R^2 s.) Por sua vez Gordon *et al.* (2002, p.255), demonstrando a falta de estudos relacionados com *disclosure* das instituições de ensino, afirmam que nenhum estudo anterior de faculdades e universidades foram realizados para orientar a especificação de um modelo.

Posteriormente, foram realizados testes para verificar a forma da distribuição dos erros e a ausência de heterocedasticidade, sendo aplicado o teste não paramétrico Jarque-Bera para verificar o comportamento dos erros e o teste White para testar a ausência de heterocedasticidade.

Figura 3 – Teste Jarque-Bera 1

Pelos resultados apresentados na figura 3, constata-se a não-normalidade da distribuição dos termos erros, haja vista que o *p-value* encontrado é menor do que o α -alfa estabelecido de 0,05.

A tabela 15 apresenta os resultados do teste White, cujo objetivo é o de verificar se a variância do termo de erro é constante, ou seja, ausência de heterocedasticidade que é a presença de variâncias desiguais no termo de erro.

Tabela 15 – Teste White 1

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	0.605256	Probability	0.846323
Obs*R-squared	8.218268	Probability	0.829095

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/16/09 Time: 09:15

Sample: 1 146

Included observations: 144

Excluded observations: 2

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.002045	0.007913	-0.258437	0.7965
MEDIA	-0.000319	0.001979	-0.161286	0.8721
GRANDE	0.001601	0.001605	0.997431	0.3204
ALAVANCAGEM	-0.000942	0.001943	-0.484654	0.6287
ALAVANCAGEM^2	8.52E-05	0.000169	0.504100	0.6150
SUL	-7.45E-05	0.006196	-0.012025	0.9904
SUDESTE	-0.000719	0.006107	-0.117761	0.9064
NORDESTE	-0.001556	0.006552	-0.237415	0.8127
CO	0.005231	0.007164	0.730126	0.4666
GRATUIDADE	-0.005691	0.013190	-0.431471	0.6668
GRATUIDADE^2	0.003050	0.012161	0.250832	0.8023
BF	0.093923	0.095577	0.982689	0.3276
BF^2	-0.363643	0.456669	-0.796294	0.4273
SUBVEN	0.000110	0.001501	0.073079	0.9419
R-squared	0.057071	Mean dependent var	0.002306	
Adjusted R-squared	-0.037222	S.D. dependent var	0.008037	
S.E. of regression	0.008185	Akaike info criterion	-6.680892	
Sum squared resid	0.008709	Schwarz criterion	-6.392160	
Log likelihood	495.0242	F-statistic	0.605256	
Durbin-Watson stat	2.084971	Prob(F-statistic)	0.846323	

O resultado demonstra presença de heterocedasticidade no modelo, ou seja, as variâncias do termo de erro não são constantes, haja vista que o *p-value* encontrado de 0,846323 é maior do que o α -alfa estabelecido de 0,05.

Face aos resultados acima apresentados, vários outros modelos foram executados, conforme demonstrado no Apêndice 6 deste trabalho. Como não se obteve do sucesso, realizou-se alguns procedimentos e testes no sentido de solucionar os problemas. Foram transformadas em logaritmo as seguintes variáveis: índice de *disclosure*, gratuidade e benefícios fiscais, sendo que, após a transformação, foram executados vários modelos, conforme apresentado no Apêndice 7 deste trabalho.

Tabela 16 – Modelo de Regressão 2

Dependent Variable: LNIDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/16/09 Time: 12:56

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
SUL	-7.227642	6.974309	-1.036324	0.3019
SUDESTE	-9.705157	6.913567	-1.403784	0.1626
SUBVEN	5.140164	1.604843	3.202907	0.0017
NORDESTE	-7.916671	7.333532	-1.079517	0.2823
MEDIA	1.038083	2.113627	0.491138	0.6241
LNGRAT	0.166719	0.094393	1.766222	0.0796
GRANDE	2.667443	1.741318	1.531853	0.1279
CO	-2.306382	8.061826	-0.286087	0.7752
C	-105.2333	18.93582	-5.557367	0.0000
R-squared	0.157180	Mean dependent var	-75.63014	
Adjusted R-squared	0.107965	S.D. dependent var	9.572240	
S.E. of regression	9.040753	Akaike info criterion	7.301024	
Sum squared resid	11197.73	Schwarz criterion	7.484945	
Log likelihood	-523.9748	F-statistic	3.193700	
Durbin-Watson stat	2.055263	Prob(F-statistic)	0.002355	

Foram retirados do modelo as variáveis Alavancagem e Benefícios Fiscais, sendo que a variável dependente LNIDIESFB e LNGRAT foram transformadas em logaritmo. O modelo mostrou-se significativo, apresentando *p-value* de 0,002355 sendo aprovado, considerando nível de confiança de 1%. Pelo modelo, as variáveis Subvenção e Gratuidade apresentam evidências estatísticas de que estão associadas à variável dependente, haja vista que o *p-value* encontrado é menor do que o α -alfa estabelecido de 0,10. O poder explicativo do modelo verificado por meio do R^2 ajustado é de apenas 0,107965, ou seja, o poder explicativo do modelo é de aproximadamente 10,80%.

Figura 4 – Teste Jarque-Bera 2

O resultado, $p\text{-value} < 0,05$, indica a não-normalidade do termo de erro.

Tabela 17 – Teste White 2

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	2.697661	Probability	0.006418
Obs*R-squared	22.11598	Probability	0.008519

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/16/09 Time: 15:55

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	1371.516	983.8807	1.393986	0.1656
SUL	8.540532	157.8164	0.054117	0.9569
SUDESTE	-14.80261	157.0187	-0.094273	0.9250
SUBVEN	32.75022	36.34086	0.901195	0.3691
NORDESTE	-23.43504	167.5975	-0.139829	0.8890
MEDIA	5.421071	48.05395	0.112812	0.9103
LNGRAT	-13.51825	8.835994	-1.529907	0.1284
LNGRAT^2	0.034112	0.019287	1.768604	0.0792
GRANDE	62.23788	39.32759	1.582550	0.1158
CO	213.2306	184.7679	1.154046	0.2505
R-squared	0.151479	Mean dependent var	85.53364	
Adjusted R-squared	0.095327	S.D. dependent var	214.9506	
S.E. of regression	204.4487	Akaike info criterion	13.54455	
Sum squared resid	5684701.	Schwarz criterion	13.74890	
Log likelihood	-978.7519	F-statistic	2.697661	
Durbin-Watson stat	2.083924	Prob(F-statistic)	0.006418	

O resultado indica ausência de heterocedasticidade no modelo, ou seja, as variâncias do termo de erro são constantes, haja vista que o *p-value* encontrado de 0,006418 é menor do que o α -alfa estabelecido de 0,05.

4.2.1 Análises dos Resultados do Modelo de Regressão

Considerando o nível de significância estabelecido, verifica-se que somente as Hipóteses 4 e 6 que dizem respeito às variáveis gratuidade e subvenção respectivamente, não apresentam evidências estatísticas para rejeitar a hipótese de que estão associadas ao IDIESFB, sendo que as demais hipóteses foram rejeitadas.

O modelo apresentado na tabela acima não mostrou consistência em relação ao modelo testado por Gordon *et al.* (2002) e outros estudos realizados no mercado de capitais no que diz respeito à variável tamanho, já que, tanto no estudo de Gordon *et al.* (2002) quanto nos

demais estudos já referenciados neste trabalho, os resultados comprovam a associação entre o tamanho da empresa e o índice de *disclosure*, sendo que, neste estudo, essa associação não foi comprovada. Ressalte-se entretanto que, em relação à variável alavancagem, este estudo apresentou consistência em relação ao estudo de Gordon *et al.* (2002), não sendo comprovada a associação com o índice de *disclosure*. Com relação ao poder explicativo do modelo, verificou-se aproximação em relação ao resultado encontrado no estudo acima referenciado, haja vista que o resultado do R^2 ajustado neste estudo foi de 0,107965 e o do estudo de Gordon *et al.* (2002) foi de 0,131.

As demais variáveis testadas neste estudo não são comparáveis com o estudo de Gordon *et al.* (2002) e também com outros estudos, já que não foi encontrado na literatura estudos sobre *disclosure* de IESF que possibilitassem a comparação.

4.3 Resultados da aplicação da técnica *Delphi*

A técnica *delphi* foi realizada em duas rodadas com o objetivo de captar a percepção dos participantes sobre a importância ou não das IESFB divulgarem determinada informação ao público externo. Apesar de 19 pessoas terem aceitado o convite, somente 14 responderam a 1ª rodada do questionário, conforme abaixo descrito.

4.3.1 Perfil dos participantes

Abaixo estão relacionados os 14 participantes, com seus respectivos currículos, da 1ª rodada da técnica *delphi* em ordem alfabética. Os currículos foram extraídos da página da plataforma *lattes* ou na ausência deste informado pelo próprio participante.

Alexandre Pompeu dos Santos – mestre em administração, especialista em controladoria, contador, auditor independente registrado na câmara de valores imobiliários e sócio da CSN Auditores Independentes.

Célio Pedro Wolfarth – pró-reitor de administração da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Eduardo Bechara Szazi – doutorando em Direito Internacional pela Leiden University (Holanda), especialista em Administração de Empresas, graduado em Direito, sócio de Soffiatti Szazi Bechara Advogados. Consultor jurídico e sócio emérito do GIFE Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Membro da *International Society for Third-Sector Research* (Londres) e do *Advisory Board do International Center for Not-for-profit Law* (Washington DC). Professor de Direito do Terceiro Setor da Fundação Instituto de Administração (FIA/USP) e da Fundação Getúlio Vargas (GVLaw e ISAE/PR). Integrante do Grupo de Trabalho de Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor, convocado pelo Conselho da Comunidade Solidária, que resultou na edição da Lei 9.790, de 23/03/1999, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Autor do livro *Terceiro Setor: Regulação no Brasil* (Editora Fundação Peirópolis, 4a. edição, 2006) e de diversos artigos publicados. Organizador da série *Terceiro Setor: Temas Polêmicos* (editora Fundação Peirópolis). Palestrante sobre temas relacionados ao Terceiro Setor.

Guilherme Campos e Silva – contador, auditor independente registrado na Câmara de Valores Mobiliários e sócio da Price Waterhouse.

Emílio Henrique Rohr – contador da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Ilza Mateus de Souza – secretária municipal de assistência social do município de Campo Grande – MS.

Lucimirla M. Rassele – contadora da Faculdade Salesiana de Vitória.

Marcelo Coletto Pohlmann – doutor e mestre em ciências contábeis, bacharel em ciências contábeis e direito, procurador da fazenda nacional e professor da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre – RS.

Márcio do Espírito Santo – tesoureiro da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP.

Maria Hélade Longo de Oliveira – bacharel em direito e auditora fiscal do município de Campo Grande – MS.

Mauro Fernando Gallo – doutor em ciências contábeis, mestre em controladoria e contabilidade estratégica, graduado em ciências econômicas, instrutor da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda, sócio da Gallo Estratégia e Planejamento S/C Ltda., professor titular da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, professor da Instituição Toledo de Ensino e consultor tributário.

Olímpio Carlos Teixeira – mestre em ciências contábeis, contador e auditor independente registrado na câmara de valores imobiliários.

Tomaz de Aquino – advogado, procurador do Ministério Público de Minas Gerais e membro Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor – CAOTS.

Valdete de Barros Martins – mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Campus de Franca. Professora da Universidade Católica Dom Bosco, ministrando várias disciplinas e coordenando Pós-Graduação "Lato Sensu", lecionou em outras Universidades, é funcionária pública municipal da Prefeitura de Campo Grande-MS desde 1982, possuindo larga experiência na gestão das políticas sociais, atualmente exerce a função de assistente social. Ocupou vários cargos públicos: Presidente do Conselho Federal de Serviço Social; Membro da Federação Internacional dos Assistentes Sociais, representando América Latina e o Caribe, Membro do Conselho Federal de Serviço Social; Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Diretora de Acompanhamento da Política de Assistência Social do MDS; Presidente da Fundação de Promoção Social do Governo de MS; Secretária Municipal de Assistência Social de Dourados MS; exerceu representações como conselheira, da sociedade civil e governos, nas áreas da criança e do adolescente e da assistência social: prestou diversas assessorias na organização e gestão especialmente da política de assistência social em vários governos municipais e estados brasileiros.

4.3.2 Resposta da 1ª Rodada

O questionário foi colocado à disposição dos respondentes na internet no período de 01.10 a 10.11.2008, conforme endereço anteriormente citado, para que expressassem sua opinião com base na tabela abaixo:

Tabela 18 - Pontuação pesquisa

Pontuação	Descrição
0	Não deve ser divulgado
1	Deverá ser divulgado, mas o item é de menor importância
2	Importância intermediária
3	Extremamente importante

Tabela 19 - Estatística do grupo visão geral: relatório anual

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana
I – Visão Geral: Relatório Anual					
01 - Relatório de Auditores	7,14	0,00	0,00	92,86	3,0
02 - Demonstração de Políticas Contábeis	0,00	0,00	28,57	71,43	3,0
03 - Demonstração da responsabilidade gerencial	0,00	14,29	35,71	50,00	2,5
04 - Breve resumo – pontos relevantes (dentro do relatório anual)	0,00	7,14	28,57	64,29	3,0
05 - Informações da Diretoria (ex. tabela de índices, nomes e funções dos funcionários, etc.)	14,29	42,86	7,14	35,71	1,0

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004)

Constata-se pela tabela acima que a maioria dos participantes considera apenas o item 05 como um item de divulgação de pouca importância, já que 57,15% responderam 0 e 1. Nos demais itens, somando os que consideram de importância intermediária e extremamente importante houve variação nas respostas entre 85,71% referentes ao item 03 que recebeu menor indicação e 100% referentes ao item 02 que recebeu a maior pontuação. A mediana indica a tendência por parte dos participantes de que essas informações devem ser divulgadas. Destaca-se que o item que recebeu a maior indicação dos participantes como extremamente importante foi o relatório de auditoria com 92,86%.

Tabela 20 – Estatística do grupo visão geral: universidade

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana
II - Visão Geral: Universidade					
01 - Demonstração dos objetivos	7,14	0,00	35,71	57,14	3,0
02 - Estatística dos fatos e números principais	7,14	21,43	42,86	28,57	2,0
03 - Informações futuras	14,29	35,71	14,29	35,71	1,5
04 - Revisão e Relatórios sobre estudantes (atividades desenvolvidas extraclasse, participações em eventos, etc.)	14,29	35,71	21,43	28,57	1,5

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Diferentemente do primeiro grupo, esse grupo apresentou uma variação maior nas respostas dos participantes. Os itens 03 e 04 somando-se os que acham que não devem ser divulgados e os que consideram que devem ser divulgados, mas são de pouca importância, totalizou 50,00% do total das respostas. Somente o item 01 obteve mais de 50% de pontuação como extremamente importante. A mediana indica divisão entre os participantes.

Tabela 21 – Estatística do grupo serviços: comunitário

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana
III – Serviço: Comunitário					
01 - Outros serviços educacionais fornecidos na comunidade (por exemplo cursos de extensão)	7,14	0,00	21,43	71,43	3,0
02 - Descrição do serviço comunitário nacional – se a entidade realiza alguma atividade comunitária em nível nacional	0,00	7,14	28,57	64,29	3,0
03 – Descrição do serviço comunitário local – se a entidade realiza alguma atividade comunitária em nível local	0,00	0,00	28,57	71,43	3,0
04 - Descrição do serviço comunitário internacional – se a entidade realiza alguma atividade comunitária em nível internacional	0,00	14,29	42,86	42,86	2,0
05 - Informações sobre relacionamento entre cidade e estudantes – se são desenvolvidas algumas atividades que relacionam estudantes e a sociedade	0,00	14,29	28,57	57,14	3,0
06 - Se os serviços comunitários foram solicitados pela comunidade ou voluntariamente pela universidade	14,29	35,71	0,00	50,00	2,0

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Esse grupo, pela mediana, demonstra uma tendência dos participantes na divulgação de quase todos os itens. Apenas os itens 01 e 06 foram pontuados com a indicação de que não devem ser divulgados. Os itens 02 a 05 não receberam nenhuma indicação dos respondentes de que não devem ser divulgados. Somando-se os itens que os respondentes consideraram como de importância intermediária e de extrema importância, houve uma variação entre 50% dada ao item 06 e 100% para o item 03. O item 06 apresentou uma forte divisão entre o grupo, pois 50% consideram o item de extrema importância e os outros 50% consideram o item como de pouca importância e também que não deve ser divulgado.

Tabela 22 – Estatística do grupo serviços: gerais

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana
IV – Serviço: Geral					
01 - Alcance dos objetivos e metas	7,14	14,29	7,14	71,43	3,0
02 - Demonstração do desempenho dos serviços	7,14	7,14	21,43	64,29	3,0
03 – Comentário interpretativo (explicação do desempenho dos serviços)	14,29	7,14	42,86	35,71	2,0
04 – Análise dos serviços aos estudantes	7,14	21,43	28,57	42,86	2,0
05 – Treinamento e desenvolvimento dos funcionários	14,29	28,57	35,71	21,43	2,0
06 - Informações de oportunidade de emprego uniforme – se todos indistintamente possuem as mesmas informações sobre as oportunidades de emprego	14,29	21,43	21,43	42,86	2,0
07 - Informações sobre saúde e segurança – qual a estrutura oferecida pela instituição	14,29	21,43	28,57	35,71	2,0
08 - Informações relacionadas ao ambiente	14,29	14,29	42,86	28,57	2,0
09 – Qualificação dos funcionários em geral	14,29	21,43	35,71	28,57	2,0

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

O resultado, apesar de indicar uma divisão nas respostas do grupo de participantes, demonstra que em todos os itens, somando-se os que consideram os itens de importância intermediária e de extrema importância, a pontuação não ficou abaixo dos 50%. Os itens 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 foram considerados de extrema importância por menos de 50% dos respondentes.

Tabela 23 – Estatística do grupo serviços: ensino

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana
V – Serviço: Ensino					
01 - Números de estudantes (matrículas pagantes e bolsistas, total e área de ensino)	0,00	21,43	28,57	50,00	2,5
02 - % das mensalidades do total da receita (total e área de ensino)	14,29	14,29	21,43	50,00	2,5
03 - \$ Valor das concessões (convênios) operacionais do governo	7,14	7,14	28,57	57,14	3,0
04 - \$ Valor das concessões (convênios) operacionais de outras fontes	7,14	7,14	42,86	42,86	2,0
05 - Demanda de novas vagas comparadas com ano anterior	0,00	14,29	57,14	28,57	2,0
06 – N° de novas vagas criadas comparadas com ano anterior	0,00	14,29	50,00	35,71	2,0
07 – Novos estudantes por área de programa	0,00	35,71	35,71	28,57	2,0
08 - N° e proporção de grupos igualitários designados por programa – (ex. grupos raciais, masculino, feminino, deficientes, cotas, etc.)	14,29	21,43	35,71	28,57	2,0
09 – N° de estudantes aprovados admitidos sem condições de fazer matrícula no curso escolhido – Bolsista	7,14	42,86	14,29	35,71	1,5
10 – N° de estudantes aprovados não admitidos – falta de vagas	14,29	42,86	28,57	14,29	1,0
11 - Matrículas atuais relativas às demandas de novas vagas	14,29	21,43	50,00	14,29	2,0
12 – Qualificação dos estudantes admitidos	7,14	35,71	57,14	0,00	2,0
13 - Total dos cursos de doutorado da universidade como % do total dos cursos de doutorado (no estado e cidade)	7,14	21,43	50,00	21,43	2,0
14 - Total de alunos - proporção de faixa etária de 18-24	21,43	21,43	42,86	14,29	2,0
15 – N° de vagas disponíveis nos programas de carreira (cursos técnicos, sequenciais) como % de todos os programas	7,14	21,43	42,86	28,57	2,0

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Para a maioria dos respondentes, ou seja, 57,15%, o item 10 foi considerado de pouca importância ou que não deve ser divulgado. Observa-se que nenhum dos respondentes considerou o item 12 como de extrema importância, entretanto todos os itens, com exceção do item 10, receberam mais de 50% de indicação dos respondentes como de extrema importância ou de importância intermediária.

Tabela 24 – Estatística do grupo ensino: processo

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana
VI - Ensino: Processo					
01 - Estudantes: proporção de funcionários (total e área de ensino) - funcionários que trabalham diretamente com o ensino	14,29	21,43	50,00	14,29	2,0
02 – Processos que ocorrem para garantir qualidade dos programas de ensino	0,00	21,43	50,00	28,57	2,0
03 - Custos por aluno (total e área de ensino)	21,43	7,14	42,86	28,57	2,0
04 - % de estudantes em tempo integral e tempo parcial em cursos externos	7,14	35,71	42,86	14,29	2,0
05 - Despesas com a biblioteca como % das despesas operacionais e \$ por aluno	21,43	21,43	35,71	21,43	2,0
06 - % de estudantes em graus mais elevados (lato sensu, strictu sensu)	0,00	28,57	64,29	7,14	2,0
07 – N° de cursos de Pós-Graduação - PG estudo/curso	0,00	0,00	42,86	57,14	3,0
08 – N° de cursos de Graduação – UG estudo/curso	0,00	0,00	35,71	64,29	3,0
09 - Despesas com serviços estudantis por aluno	35,71	14,29	28,57	21,43	1,5
10 - Estoque da Biblioteca – quantidade de livros	7,14	21,43	35,71	35,71	2,0
11 - Funcionários Total (total/grupos igualitários*)	14,29	14,29	28,57	42,86	2,0
12 - Espaço para ensino (incluindo laboratórios de ensino) por aluno	0,00	21,43	42,86	35,71	2,0
13 - Funcionários do Ensino (antiguidade/estabilidade/qualificação/grupos igualitário*)	21,43	35,71	28,57	14,29	1,0
14 - Espaço para ensino (incluindo laboratórios de ensino) como % do espaço total	0,00	35,71	35,71	28,57	2,0
15 – Valor do Auxílio Financeiro para estudantes	7,14	14,29	42,86	35,71	2,0
16 - Proporção em relação ao total de funcionários com PhD	0,00	28,57	42,86	28,57	2,0

* Grupos igualitários – grupos do sexo feminino, masculino, deficientes, minorias, raciais, etc.

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Constata-se uma divisão nas respostas com relação ao item 09, já que 50% consideram o item de pouca importância ou que não deve ser divulgado e 50% consideram o item de extrema importância ou de importância intermediária. Por outro lado, 57,14% consideram o item 13 como de pouca importância ou que não deve ser divulgado. Os demais itens, todos receberam indicação acima de 50% como extremamente importante ou de importância intermediária. Ressalta-se que somente os itens 07 e 08 receberam indicação de mais de 50% dos participantes como extremamente importante.

Tabela 25 – Estatística do grupo ensino: produção/resultados

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana
VII – Ensino: produção/resultados					
01 - Despesas por aluno (total e área de ensino)	28,57	14,29	21,43	35,71	2,0
02 – N° e % de alunos que completaram seus programas de estudo (total e área de ensino)	0,00	28,57	42,86	28,57	2,0
03 - N° e % de estudantes que continuam para mais estudos e grupos igualitários*	7,14	28,57	50,00	14,29	2,0
04 – Grupos igualitários* de estudantes formados como % do total formados (total e área de ensino)	0,00	35,71	42,86	21,43	2,0
05 - Medidas de satisfação dos estudantes ao término do programa (VII – Ensino: produção/resultados)	7,14	7,14	35,71	50,00	2,5
06 – % de conclusão de alunos cada ano antes da graduação – % de alunos que concluem o ano letivo antes da conclusão do curso	7,14	35,71	42,86	14,29	2,0
07 - Medidas de satisfação dos estudantes ao término do programa	0,00	21,43	28,57	50,00	2,5
08 - % de conclusão de alunos cada ano antes da graduação – % de alunos que concluem o ano letivo antes da conclusão do curso	14,29	35,71	42,86	7,14	1,5
09 - Despesas por aluno por ano (total e área de ensino)	28,57	0,00	28,57	42,86	2,0
10 - Índice de aprovação unitária de estudantes	7,14	28,57	42,86	21,43	2,0
11 - Relatórios de revisão externa dos departamentos – MEC	7,14	14,29	28,57	50,00	2,5
12 - Medidas de satisfação dos estudantes em estágios intermediários	7,14	14,29	35,71	42,86	2,0
13 - Taxa total de abandono	7,14	21,43	50,00	21,43	2,0
14 - % de grupos igualitários* de estudantes em cada ano letivo	14,29	28,57	35,71	21,43	2,0
15 - Satisfação dos empregadores com estudantes antigos	0,00	28,57	28,57	42,86	2,0
16 – Tempo médio para completar o curso	0,00	14,29	42,86	42,86	2,0
17 - N° de grupos igualitários* de estudantes em estágios intermediários como % do original (início)	21,43	28,57	21,43	28,57	1,5
18 - Satisfação dos antigos estudantes em intervalos após a graduação (2 anos, 5 anos, etc.)	7,14	28,57	28,57	35,71	2,0
19 - Valor adicionado (medidas de entrada e qualidade do resultado) entrada/saída – Avaliação MEC (Enade)	0,00	7,14	21,43	71,43	3,0
20 - Ranking de graduados sobre sistema normalizado de pontuação - exemplo MEC	0,00	7,14	35,71	57,14	3,0

* Grupos igualitários – grupos do sexo feminino, masculino, deficientes, minorias, raciais, etc.

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Os itens 08 e 17 apresentaram divisão entre os respondentes, haja vista que 50% consideraram os itens como de pouca importância ou que não devem ser divulgados e os outros 50% que o item é de extrema importância ou de importância intermediária. Para mais de 50% dos participantes no caso dos demais itens, foram considerados de importância intermediária e extrema importância.

Tabela 26 – Estatística do grupo serviço: pesquisa

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana
VIII - Serviço: Pesquisa					
01 – N° de estudantes mestres e PhD (total e área de ensino)	0,00	0,00	28,57	71,43	3,0
02 - Resultados de pesquisa (concessões e contratos)(\$/\$ por acadêmico e área de ensino)	7,14	7,14	28,57	57,14	3,0
03 – N° de concessão e bolsas de pesquisas	7,14	7,14	21,43	64,29	3,0
04 – N° de graduados mestres e PhD (total e área de ensino)	0,00	7,14	28,57	64,29	3,0
05 - Contribuição do setor privado para a pesquisa \$	0,00	14,29	21,43	64,29	3,0
06 - Publicações/patentes/direitos autorais (total e área de ensino)	0,00	0,00	42,86	57,14	3,0
07 – N° de pesquisas e estudantes patrocinados	0,00	7,14	42,86	50,00	2,5
08 - Relatórios de revisões externas dos departamentos – por exemplo MEC	7,14	7,14	42,86	42,86	2,0
09 - Qualidade de pesquisas produzidas pelos funcionários	7,14	14,29	42,86	35,71	2,0
10 - Apresentação de conferências (total e área de ensino)	7,14	7,14	50,00	35,71	2,0
11 - Avaliação global da pesquisa	7,14	0,00	42,86	50,00	2,5
12 - Qualidade da pesquisa produzida pelos estudantes	14,29	0,00	35,71	50,00	2,5
13 – Visão dos graduados sobre a importância de seus graus para trabalho e mercado disponível	0,00	7,14	35,71	57,14	3,0
14 - Destinação das pesquisas dos graduados	0,00	7,14	42,86	50,00	2,5

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

O resultado desse grupo indica consenso entre a maioria dos respondentes na divulgação dos itens, já que o item que mais recebeu pontuação entre pouca importância e que não deve ser publicado foi o item 09 com 21,43% dos votos dos participantes. Para a maioria dos participantes os itens são de extrema importância ou de importância intermediária e, sendo assim, devem ser divulgados. Somando-se os que consideram os itens de extrema importância e de importância intermediária, obteve-se pontuação mínima por parte dos participantes de 85,71% e máxima de 100%.

Tabela 27 – Estatística do grupo financeiro

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana
IX – Financeiro					
01 - Demonstração das Operações – DRE	0,00	0,00	14,29	85,71	3,0
02 - Comparativo dos números com ano anterior – Balanço	0,00	0,00	7,14	92,86	3,0
03 - Balanço Patrimonial	0,00	7,14	0,00	92,86	3,0
04 - Demonstração de Fluxo de Caixa	0,00	7,14	21,43	71,43	3,0
05 - Demonstração de Obrigações – detalhada	7,14	7,14	21,43	64,29	3,0
06 - Valor total das propriedades (terreno, construção, melhorias) – detalhada	21,43	7,14	7,14	64,29	3,0
07 - Demonstração de contingências passivas – detalhada	14,29	7,14	7,14	71,43	3,0
08 - Demonstração dos custos dos serviços – detalhada	28,57	0,00	7,14	64,29	3,0
09 - Investimentos – detalhada	21,43	0,00	7,14	71,43	3,0
10 - Coeficientes financeiros (ex. coeficientes contábeis comuns) – Coeficientes atuais, alavancagem (dívida de capital), outros coeficientes financeiros básicos, e alguns outros coeficientes não financeiros.	14,29	14,29	14,29	57,14	3,0
11 - Depreciação – detalhada	21,43	14,29	21,43	42,86	2,0
12 - Demonstração de movimentações no patrimônio (ex. proprietários) – DMPL	21,43	7,14	7,14	64,29	3,0
13 - Informação do orçamento	14,29	7,14	28,57	50,00	2,5
14 - Informação narrativa sobre maiores variações no orçamento	21,43	14,29	14,29	50,00	2,5
15 - Alocação dos Custos Indiretos – critério para alocação dos custos	28,57	21,43	0,00	50,00	2,0
16 – Total dos custos de remuneração dos empregados	14,29	28,57	0,00	57,14	3,0
17 – Custos do ensino	14,29	21,43	7,14	57,14	3,0
18 - Custos da pesquisa (Custos por aluno combinado com os custos de ensino e pesquisa)	7,14	14,29	21,43	57,14	3,0
19 - Custo de cumprimento com exigências do governo Bolsas de estudo, assistência social, tributos, CNAS e MEC	0,00	7,14	14,29	78,57	3,0
20 - Movimentos nos ativos físicos – compra e venda	21,43	21,43	14,29	42,86	3,0
21 - Vencimento de empréstimos e linhas de crédito	21,43	21,43	7,14	50,00	2,5
22 – Perdas/Ganhos sobre vendas de ativos	14,29	28,57	14,29	42,86	2,0
23 – Custos de Aluguel e Arrendamento	21,43	14,29	21,43	42,86	2,0
24 - Informação financeira e performance detalhada em nível de faculdade	7,14	7,14	21,43	64,29	3,0

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

O resultado demonstra uma preocupação dos participantes com relação às informações de natureza financeira, já que, exceto quanto ao item 15 que recebeu indicação de 50% dos participantes como item de pouca importância ou que não deve ser divulgado, os demais itens receberam mais de 50% de indicação dos participantes como extremamente importantes ou de importância intermediária. Destacam-se os itens 02 e 03 que foram considerados por 92,86% e o item 01 por 85,71% dos participantes como de extrema importância. Do total dos itens

desse grupo, 83,33% foram considerados por 50% ou mais dos participantes como extremamente importantes.

4.3.3 Segunda Rodada

Para a segunda rodada, que foi realizada no período de 02 a 31.01.2009, a partir das respostas dos participantes na primeira rodada, foram separadas as respostas em dois grupos:

- Grupo 1 – itens de pouca importância ou que não devem ser divulgados;
- Grupo 2 – itens com importância intermediária ou extremamente importantes.

Para a segunda rodada foram excluídos itens do grupo 1 que foram apontados por mais de 50% dos participantes, sendo que os itens que receberam indicação em até 50% continuaram na segunda rodada. Foram excluídos os seguintes itens:

I – Visão Geral: Relatório Anual – Item 05

II – Visão Geral: Universidade – Nenhum

III – Serviço: Comunitário – Nenhum

IV – Serviço: Geral – Nenhum

V – Serviço: Ensino – Item 10

VI – Ensino: Processo – Item 13

VII – Ensino: produção/Resultado – Nenhum

VIII – Serviço: Pesquisa – Nenhum

IX – Financeiro – Nenhum.

De acordo com Wright e Giovinazzo (2000, p.56), “normalmente há uma abstenção de 20% a 30% na 2ª rodada” o que corrobora com os retornos dessa pesquisa, já que dos 14 participantes da 1ª rodada 3 não retornaram os questionários na 2ª rodada. Sendo assim, na 2ª rodada obteve-se a participação de 11 participantes, cuja respostas estão abaixo demonstradas.

Tabela 28 – Estatística do grupo visão geral: relatório anual (segunda rodada)

Características qualitativas do relatório ou item de disclosure	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana	Média
I - Visão Geral: Relatório Anual						
01 - Relatório de Auditores	0,00	0,00	9,09	90,91	3,0	3,0
02 - Demonstração de Políticas Contábeis	0,00	0,00	27,27	72,73	3,0	2,8
03 - Demonstração da responsabilidade gerencial	0,00	9,09	36,36	54,55	3,0	2,6
04 - Breve resumo – pontos relevantes (dentro do relatório anual)	0,00	9,09	18,18	72,73	3,0	2,8

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Constata-se pelas respostas que os participantes mantiveram na segunda rodada suas posições no sentido de que consideram importante a divulgação dos itens estabelecidos neste grupo. Somente os itens 03 e 04 receberam indicação como itens de divulgação de pouca importância. A média do grupo, acima de 2,5 evidencia que os itens constantes desse grupo devem ser divulgados. Em comparação à primeira rodada, não há mudanças significativas neste grupo, com exceção do item 05 que foi retirado nesta rodada.

Tabela 29 – Estatística do grupo visão geral: universidade (segunda rodada)

Características qualitativas do relatório ou item de disclosure	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana	Média
II - Visão Geral: Universidade						
01 - Demonstração dos objetivos	0,00	0,00	27,27	72,73	3,0	2,8
02 - Estatística dos fatos e números principais	9,09	0,00	54,55	36,36	2,0	2,4
03 - Informações futuras	18,18	18,18	18,18	45,45	2,5	2,1
04 - Revisão e Relatórios sobre estudantes (atividades desenvolvidas extra-classe, participações em eventos, etc)	27,27	45,45	9,09	18,18	1,0	1,3

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Conforme constatado na primeira rodada, esse grupo apresenta ainda algumas variações nas respostas, tendo as mesmas sido reduzidas na segunda rodada. Da mesma forma que ocorreu na primeira rodada, o item 01 foi mantido dentro do grupo como o item de extrema importância. Por sua vez, o item 02 somando-se os que consideram de importância intermediária e de extrema importância, obteve mais de 90% de pontuação, enquanto que o item 03 obteve 63,63% nestes dois quesitos. Conforme respostas da primeira rodada, o item 04 apresentou divisão entre os participantes, sendo que nesta segunda rodada somando-se os

que consideram que o item não deve ser divulgado e os que consideram que deve ser divulgado mas é um item de pouca importância totalizou 72,72%, indicando dessa forma uma tendência por parte da maioria dos participantes da pouca importância de divulgação desse item.

Tabela 30 – Estatística do grupo serviço: comunitário (segunda rodada)

Características qualitativas do relatório ou item de disclosure	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana	Média
III - Serviço: Comunitário						
01 - Outros serviços educacionais fornecidos na comunidade (por exemplo cursos de extensão)	9,09	0,00	18,18	72,73	3,0	2,8
02 - Descrição do serviço comunitário nacional – se a entidade realiza alguma atividade comunitária em nível nacional	0,00	0,00	18,18	72,73	3,0	2,9
03 - Descrição do serviço comunitário local – se a entidade realiza alguma atividade comunitária em nível local	0,00	0,00	9,09	90,91	3,0	3,0
04 - Descrição do serviço comunitário internacional – se a entidade realiza alguma atividade comunitária em nível internacional	0,00	0,00	54,55	45,45	2,5	2,5
05 - Informações sobre relacionamento entre cidade e estudantes – se são desenvolvidas algumas atividades que relacionam estudantes e a sociedade	0,00	18,18	27,27	54,55	3,0	2,5
06 - Se os serviços comunitários foram solicitados pela comunidade ou voluntariamente pela universidade	9,09	36,36	0,00	54,55	3,0	2,2

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Esse grupo manteve a tendência da primeira rodada que os participantes consideraram importante a divulgação de quase todos os itens. Apenas os itens 01 e 06 foram pontuados com a indicação de que não devem ser divulgados e os itens 05 e 06 que foram considerados como itens de pouca importância. O item 06 continuou a apresentar certa divisão entre os participantes, haja vista que 45,45% dos participantes consideraram que o item não deve ser divulgado ou que deverá ser divulgado, mas é de pouca importância e 54,55% consideram o item de extrema importância.

Tabela 31 – Estatística do grupo serviços: gerais (segunda rodada)

Características qualitativas do relatório ou item de disclosure	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana	Média
IV - Serviços: Gerais						
01 - Alcance dos objetivos e metas	9,09	18,18	9,09	63,64	3,0	2,5
02 - Demonstração do desempenho dos serviços	9,09	0,00	27,27	63,64	3,0	2,7
03 – Comentário interpretativo (explicação do desempenho dos serviços)	9,09	0,00	63,64	27,27	2,0	2,3
04 - Análise dos serviços aos estudantes	9,09	9,09	9,09	72,73	3,0	2,7
05 – Treinamento e desenvolvimento dos funcionários	9,09	18,18	45,45	27,27	2,0	2,1
06 - Informações de oportunidade de emprego uniforme – se todos indistintamente possuem a mesmas informações sobre as oportunidades de emprego	0,00	18,18	27,27	54,55	3,0	2,5
07 - Informações sobre saúde e segurança – qual a estrutura oferecida pela instituição	9,09	18,18	36,36	36,36	2,0	2,2
08 - Informações relacionadas ao ambiente	9,09	18,18	27,27	45,45	2,5	2,3
09 – Qualificação dos funcionários em geral	9,09	18,18	27,27	45,45	2,5	2,3

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Na primeira rodada, os itens 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 foram considerados de extrema importância por menos de 50% dos respondentes, sendo que nesta rodada houve algumas modificações nestes itens já que os itens 04 e 06 foram considerados de extrema importância por mais de 50% dos participantes. Igualmente ocorreu na primeira rodada, somando-se os que consideram os itens de importância intermediária e de extrema importância, a pontuação em nenhum dos itens não ficou abaixo dos 50%, sendo que a pontuação menor atribuída aos itens nesses dois quesitos foi de 72,72%.

Tabela 32 – Estatística do grupo serviço: ensino (segunda rodada)

Características qualitativas do relatório ou item de disclosure	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana	Média
V - Serviço: Ensino						
01 - Números de estudantes (matrículas pagantes e bolsistas, total e área de ensino)	0,00	0,00	27,27	72,73	3,0	2,8
02 - % das mensalidades do total da receita (total e área de ensino)	0,00	9,09	27,27	63,64	3,0	2,7
03 - \$ Valor das concessões (convênios) operacionais do governo	0,00	0,00	18,18	81,82	3,0	2,9
04 - \$ Valor das concessões (convênios) operacionais de outras fontes	0,00	0,00	45,45	54,55	3,0	2,6
05 - Demanda de novas vagas comparadas com ano anterior	0,00	0,00	63,64	36,36	2,0	2,4
06 – N° de novas vagas criadas comparadas com ano anterior	0,00	0,00	63,64	36,36	2,0	2,4
07 - Novos estudantes por área de programa	0,00	18,18	63,64	18,18	2,0	2,1
08 - N° e proporção de grupos igualitários designados por programa – (ex. grupos raciais, masculino, feminino, deficientes, cotas, etc)	0,00	18,18	45,45	36,36	2,0	2,3
09 – N° de estudantes aprovados admitido sem condições de fazer matrícula no curso escolhido –Bolsista	9,09	36,36	18,18	36,36	2,0	2,0
10 - Matrículas atuais relativas às demandas de novas vagas	9,09	9,09	63,64	18,18	2,0	2,0
11 – Qualificação dos estudantes admitidos	0,00	27,27	72,73	0,00	2,0	1,8
12 - Total dos cursos de doutorado da universidade como % do total dos cursos de doutorado (no estado e cidade)	0,00	18,18	63,64	18,18	2,0	2,1
13 - Total de alunos - proporção de faixa etária de 18-24	18,18	9,09	63,64	9,09	2,0	1,8
14 – N° de vagas disponíveis nos programas de carreira (cursos técnicos, sequenciais) como % de todos os programas	0,00	9,09	63,64	27,27	2,0	2,3

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Constata-se que nesta rodada não houve grandes modificações com relação a primeira rodada, considerando que a menor pontuação dada aos quesitos de divulgação de extrema importância e de importância intermediária foi para o item 09 que recebeu 54,55% de pontuação por parte dos participantes. Nos demais itens, a pontuação nos quesitos acima citados ficou entre 72,73% e 90,91%.

Tabela 33 – Estatística do grupo ensino: processo (segunda rodada)

Características qualitativas do relatório ou item de disclosure	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana	Média
VI - Ensino: Processo						
01 - Estudantes: proporção de funcionários (total e área de ensino) - funcionários que trabalham diretamente com o ensino	9,09	9,09	63,64	18,18	2,0	2,1
02 - Processos que ocorrem para garantir qualidade dos programas de ensino	0,00	9,09	54,55	36,36	2,0	2,4
03 - Custos por aluno (total e área de ensino)	18,18	0,00	45,45	36,36	2,0	2,2
04 - % de estudantes em tempo integral e tempo parcial em cursos externos	9,09	36,36	36,36	18,18	2,0	1,8
05 - Despesas com a biblioteca como % das despesas operacionais e \$ por aluno	27,27	18,18	36,36	18,18	2,0	1,6
06 - % de estudantes em graus mais elevados (lato sensu, strictu sensu)	0,00	36,36	63,64	0,00	2,0	1,7
07 - Nº de cursos de Pós-Graduação - PG estudo/curso	0,00	9,09	36,36	54,55	3,0	2,6
08 - Nº de cursos de Graduação - UG estudo/curso	0,00	9,09	18,18	72,73	3,0	2,8
09 - Despesas com serviços estudantis por aluno	36,36	9,09	27,27	27,27	2,0	1,6
10 - Estoque da Biblioteca – quantidade de livros	9,09	27,27	36,36	27,27	2,0	2,0
11 - Funcionários Total (total/grupos igualitários*)	0,00	0,00	45,45	54,55	3,0	2,5
12 - Espaço para ensino (incluindo laboratórios de ensino) por aluno	0,00	27,27	45,45	27,27	2,0	2,0
13 - Espaço para ensino (incluindo laboratórios de ensino) como % do espaço total	0,00	45,45	18,18	36,36	2,0	1,9
14 - Valor do Auxílio Financeiro para estudantes	0,00	0,00	72,73	27,27	2,0	2,3
15 - Proporção em relação ao total de funcionários com PhD	0,00	27,27	45,45	27,27	2,0	2,0

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Diferentemente do que ocorreu na primeira rodada, nenhum dos itens obteve pontuação maior que 50% para o grupo 01, ou seja aqueles que consideram o item de pouca importância ou que não deve ser divulgado. Entretanto, os itens 04, 05, 09 e 13 receberam indicação de 45,45% dos participantes para esse grupo 01. Os itens 07, 08 e 11 foram considerados como de extrema importância por mais de 50% dos participantes. Somente os itens 11 e 14 foram considerados de importância intermediária e extremamente importante por todos os participantes.

Tabela 34 – Estatística do grupo ensino: produção/resultado (segunda rodada)

Características qualitativas do relatório ou item de disclosure	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana	Média
VII – Ensino: produção/resultado						
01 - Despesas por aluno (total e área de ensino)	27,27	0,00	27,27	45,45	2,0	1,9
02 – N° e % de alunos que completaram seus programas de estudo (total e área de ensino)	0,00	18,18	36,36	45,45	2,0	2,3
03 - N° e % de estudantes que continuam para mais estudos e grupos igualitários*	0,00	36,36	45,45	18,18	2,0	1,8
04 – Grupos igualitários* de estudantes formandos como % do total formados (total e área de ensino)	0,00	36,36	36,36	27,27	2,0	1,9
05 - Medidas de satisfação dos estudantes ao término do programa	0,00	18,18	27,27	54,55	3,0	2,4
06 – % de conclusão de alunos cada ano antes da graduação – % de alunos que concluem o ano letivo antes da conclusão do curso	0,00	27,27	63,64	9,09	2,0	1,8
07 - Medidas de satisfação dos estudantes ao término do programa	0,00	27,27	27,27	45,45	2,0	2,2
08 - % de conclusão de alunos cada ano antes da graduação – % de alunos que concluem o ano letivo antes da conclusão do curso	9,09	36,36	45,45	9,09	2,0	1,5
09 - Despesas por aluno por ano (total e área de ensino)	27,27	0,00	36,36	36,36	2,0	1,8
10 - Índice de aprovação unitária de estudantes	0,00	9,09	81,82	9,09	2,0	2,0
11 - Relatórios de revisão externa dos departamentos – MEC	0,00	9,09	36,36	54,55	3,0	2,4
12 - Medidas de satisfação dos estudantes em estágios intermediários	0,00	9,09	54,55	36,36	2,0	2,3
13 - Taxa total de abandono	0,00	0,00	72,73	27,27	2,0	2,3
14 - % de grupos igualitários* de estudantes em cada ano letivo	9,09	18,18	45,45	27,27	2,0	1,9
15 - Satisfação dos empregadores com estudantes antigos	0,00	27,27	27,27	45,45	2,0	2,2
16 – Tempo médio para completar o curso	0,00	18,18	54,55	27,27	2,0	2,1
17 - N° de grupos igualitários* de estudantes em estágios intermediários como % do original (início)	9,09	36,36	18,18	36,36	2,0	1,8
18 - Satisfação dos antigos estudantes em intervalos após a graduação (2 anos, 5 anos, etc.)	18,18	27,27	27,27	27,27	2,0	1,6
19 - Valor adicionado (medidas de entrada e qualidade do resultado) entrada/saída – Avaliação MEC (Enade)	0,00	0,00	18,18	81,82	3,0	2,8
20 - Ranking de graduados sobre sistema normalizado de pontuação - exemplo MEC	0,00	9,09	36,36	54,55	3,0	2,4

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Nessa rodada, diferentemente da primeira rodada nenhum dos itens apresentou divisão acentuada entre os respondentes, entretanto, os itens 08, 17 e 18 foram indicados por 45,45% dos participantes como itens de pouca importância ou que não devem ser divulgados. Há que se ressaltar a divisão apontada entre os participantes no que diz respeito a divulgação como de extrema importância e de importância intermediária.

Tabela 35 – Estatística do grupo ensino: processo (segunda rodada)

Características qualitativas do relatório ou item de disclosure	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana	Média
VIII - Serviço: Pesquisa						
01 – Nº de estudantes mestres e PhD (total e área de ensino)	0,00	9,09	27,27	63,64	3,0	2,5
02 - Resultados de pesquisa (concessões e contratos)(\$/\$ por acadêmico e área de ensino)	9,09	0,00	27,27	63,64	3,0	2,4
03 – Nº de concessão e bolsas de pesquisas	0,00	9,09	18,18	72,73	3,0	2,6
04 – Nº de graduados mestres e PhD (total e área de ensino)	0,00	9,09	27,27	63,64	3,0	2,5
05 - Contribuição do setor privado para a pesquisa \$	0,00	0,00	18,18	81,82	3,0	2,8
06 - Publicações/patentes/direitos autorais (total e área de ensino)	0,00	9,09	27,27	63,64	3,0	2,5
07 – Nº de pesquisas e estudantes patrocinados	0,00	0,00	54,55	45,45	2,0	2,4
08 - Relatórios de revisões externas dos departamentos – por exemplo MEC	0,00	0,00	72,73	27,27	2,0	2,3
09 - Qualidade de pesquisas produzidas pelos funcionários	9,09	18,18	45,45	27,27	2,0	1,9
10 - Apresentação de conferências (total e área de ensino)	0,00	18,18	63,64	18,18	2,0	2,0
11 - Avaliação global da pesquisa	0,00	9,09	63,64	27,27	2,0	2,2
12 - Qualidade da pesquisa produzida pelos estudantes	9,09	9,09	45,45	36,36	2,0	2,1
13 – Visão dos graduados sobre a importância de seus graus para trabalho e mercado disponível	0,00	18,18	45,45	36,36	2,0	2,2
14 - Destinação das pesquisas dos graduados	0,00	18,18	54,55	27,27	2,0	2,1

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Confirmando o que ocorreu na primeira rodada, o resultado desse grupo nessa rodada, indica consenso entre a maioria dos respondentes na divulgação dos itens, já que o item que mais recebeu pontuação entre pouca importância e que não deve ser publicado foi o item 09 com 27,27% de indicação dos participantes. Os itens 05, 07 e 08 receberam a pontuação máxima considerando a divulgação de extrema importância e de importância intermediária, sendo assim, devem ser divulgados. A pontuação mínima e máxima nesse grupo foi de 72,73% e

100%, somando-se os que consideram os itens de extrema importância e de importância intermediária.

Tabela 36 – Estatística do grupo financeiro (segunda rodada)

Características qualitativas do relatório ou item de disclosure	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana	Média
IX – Financeiro						
01 - Demonstração das Operações – DRE	0,00	9,09	27,27	63,64	3,0	2,8
02 - Comparativo dos números com ano anterior – Balanço	0,00	0,00	18,18	81,82	3,0	2,7
03 - Balanço Patrimonial	0,00	9,09	9,09	81,82	3,0	2,6
04 - Demonstração de Fluxo de Caixa	0,00	9,09	18,18	72,73	3,0	2,6
05 - Demonstração de Obrigações – detalhada	0,00	9,09	18,18	72,73	3,0	2,6
06 - Valor total das propriedades (terreno, construção, melhorias) – detalhada	27,27	18,18	9,09	45,45	2,0	1,7
07 - Demonstração de contingências passivas – detalhada	9,09	9,09	9,09	72,73	3,0	2,4
08 - Demonstração dos custos dos serviços – detalhada	27,27	0,00	18,18	54,55	3,0	2,0
09 - Investimentos – detalhada	27,27	0,00	9,09	63,64	3,0	2,1
10 - Coeficientes financeiros (ex. coeficientes contábeis comuns) – Coeficientes atuais, alavancagem (dívida de capital), outros coeficientes financeiros básicos, e alguns outros coeficientes não financeiro.	9,09	9,09	18,18	63,64	3,0	2,4
11 - Depreciação – detalhada	9,09	0,00	27,27	63,64	3,0	2,4
12 - Demonstração de movimentações no patrimônio (ex. proprietários) – DMPL	18,18	0,00	18,18	63,64	3,0	2,3
13 - Informação do orçamento	18,18	0,00	9,09	72,73	3,0	2,4
14 - Informação narrativa sobre maiores variações no orçamento	18,18	0,00	18,18	63,64	3,0	2,3
15 - Alocação dos Custos Indiretos – critério para alocação dos custos	27,27	9,09	9,09	54,55	3,0	1,9
16 - Total dos custos de remuneração dos empregados	9,09	27,27	9,09	54,55	3,0	2,1
17 – Custos do ensino	9,09	9,09	9,09	72,73	3,0	2,4
18 - Custos da pesquisa (Custos por aluno combinado com os custos de ensino e pesquisa)	0,00	9,09	27,27	63,64	3,0	2,5
19 - Custo de cumprimento com exigências do governo Bolsas de estudo, assistência social, tributos, CNASe MEC	0,00	9,09	9,09	81,82	3,0	2,7
20 - Movimentos nos ativos físicos – compra e venda	9,09	18,18	18,18	54,55	3,0	2,2
Características qualitativas do relatório ou item de disclosure	0 %	1 %	2 %	3 %	Mediana	Média

21 - Vencimento de empréstimos e linhas de crédito	18,18	18,18	9,09	54,55	3,0	2,0
22 – Perdas/Ganhos sobre vendas de ativos	9,09	27,27	18,18	45,45	2,0	2,0
23 – Custos de Aluguel e Arrendamento	18,18	9,09	36,36	36,36	2,0	1,9
24 - Informação financeira e performance detalhada em nível de faculdade	9,09	9,09	9,09	72,73	3,0	2,4

FONTE: Adaptado de Coy e Dixon (2004, p.96-100)

Na primeira rodada 83,33% dos itens foram considerados por 50% ou mais dos participantes como extremamente importantes, nesta rodada esse percentual subiu para 87,5%. O resultado confirma a preocupação dos participantes com relação às informações de natureza financeira. O item 06 considerando o somatório entre os que acham que não deve ser divulgado e que deve ser divulgado, mas é item de pouca importância, apresentou pontuação de 45,45% sendo a maior entre os participantes. Destaque especial ao item 02 que obteve unanimidade entre os participantes, somando os quesitos de extrema importância e o de importância intermediária. Diferentemente da primeira rodada, nesta rodada não houve divisão acentuada nas respostas dos participantes entre os grupos 01 e 02 conforme estabelecido no item 4.3.3 desta tese, haja vista que a pontuação mais elevada recebida pelo grupo 01 foi 45,45% atribuída ao item 06. Todos os itens sem exceção foram indicados por mais de 50% dos participantes como de importância intermediária ou de extrema importância.

Os resultados da técnica *delphi* desenvolvida neste estudo indicam a preocupação dos participantes com a *accountability* por parte das entidades objeto de estudo. Notam-se entretanto, algumas variações nas respostas dos participantes entre o que consideram extremamente importante e de importância intermediária.

Uma possível causa dessas variações pode ser evidenciada no depoimento do advogado Eduardo Bechara Szazi um dos participantes da técnica.

Regra geral, entendo que os dados acadêmicos devem ter prioridade sobre os financeiros, pois são a razão de existir da entidade e são peça chave para a construção de reputação e atração e retenção de talentos discentes e docentes. Dados financeiros e planos de desenvolvimento devem ter menor visibilidade, pois costumeiramente informam sobre a estratégia corporativa e esta deve ser protegida.

Todavia, os resultados revelam um *gap* que existe entre o que as IESFB divulgam e o que os participantes da técnica *delphi* consideram importante serem divulgados. Nesse sentido, estudos que procurassem compreender essa realidade trariam enormes contribuições para a literatura contábil brasileira.

4.3.4 Comparação entre *disclosure* realizado pelas IESFB e respostas dos participantes do *Delphi*

A tabela 37 apresenta, primeiramente, a quantidade e o percentual de IESFB que evidenciaram o item de *disclosure*, de acordo com a metodologia adotada neste trabalho. Na sequência, mostra também o resultado das percepções dos participantes da técnica *delphi* após a segunda rodada. Para aplicação da técnica *delphi* foi utilizado o estudo de Coy e Dixon (2004) por ser um estudo ampliado em relação ao estudo anterior desenvolvido por Coy, Dixon e Tower (1993) o que possibilitou aos participantes pontuar sobre outros itens que não constavam do primeiro estudo. Esse fato não invalida a análise haja vista que com exceção do item 09 do estudo utilizado para construir o índice, embora não tenha sido evidenciado por nenhuma das IESFB, todos os outros itens constam do estudo de 2004.

Tabela 37 – Comparação entre *disclosure* IESFB e *Delphi*

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>	IESFB		DELPHI			
	<i>Disclosure</i>	Percentual	0 %	1 %	2 %	3 %
I – Visão Geral						
01 – Demonstração dos objetivos	146	100,00%	0,00	0,00	27,27	72,73
02 – Relatório descritivo/revisão geral	8	5,50%	0,00	9,09	18,18	72,73
03 – Resumo dos fatos e números	3	2,00%	9,09	0,00	54,55	36,36
04 – Revisão financeira	3	2,00%	9,09	9,09	9,09	72,73
05 – Políticas contábeis	146	100,00%	0,00	0,00	27,27	72,73
06 – Informações da diretoria	16	11,00%	14,29	42,86	7,14	35,71
II – Desempenho dos serviços						
07 – Número de estudantes	0	0,00	0,00	0,00	27,27	72,73
08 – Formandos	1	0,07%	0,00	18,18	36,36	45,45
09 – Emprego/destino dos estudantes da educação	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 – Publicações	5	3,42%	0,00	9,09	27,27	63,64
11 – Percentual de estudantes na faculdade	1	0,07%	0,00	36,36	63,64	0,00
12 – Metas	5	3,42%	9,09	18,18	9,09	63,64
III – Desempenho Financeiro						

13 – Demonstração das Operações – DRE	146	100,00%	0,00	9,09	27,27	63,64
14 – Depreciação	2	1,37%	9,09	0,00	27,27	63,64
15 – Informações orçamentárias	1	0,07%	18,18	0,00	9,09	63,64
16 – Custo unitário por estudantes	0	0,00	18,18	0,00	45,45	36,36
17 – Demonstração do fluxo de caixa	0	0,00	0,00	9,09	18,18	72,73
18 – Subsídio para pesquisa	4	2,74%	0,00	9,09	27,27	63,64
19 – Alocação de overhead	0	0,00	27,27	9,09	9,09	54,55
IV – Situação Física e Financeira						
20 – Balanço Patrimonial	146	100,00%	0,00	9,09	9,09	81,82
21 – Faculdade/funcionários	22	15,07%	9,09	9,09	63,64	18,18
22 – Biblioteca	5	3,42%	9,09	27,27	36,36	27,27
23 – Investimentos	1	0,07%	27,27	0,00	9,09	63,64
24 – Compromissos e contingências	4	2,74%	9,09	9,09	9,09	72,73
25 – Emprego igualitário e oportunidades educacionais	0	0,00	0,00	18,18	36,36	54,55
26 – Uso da edificação	10	6,85%	0,00	27,27	45,45	27,27

- Grupo I – Visão Geral - constata-se a tendência já demonstrada anteriormente na divulgação por parte das IESFB de itens obrigatórios, no caso os itens 01 e 05. Os demais itens desse grupo foram divulgados por, no máximo, 16 instituições, o que representa 11% do total das IESFB pesquisadas. Por outro lado, verifica-se pelas respostas dos participantes da técnica *delphi* que dentre os itens 01 a 05 somente o item 03 obteve pontuação inferior a 50% como item de extrema importância na divulgação. Entretanto, somando-se a pontuação recebida à pontuação atribuída pelos participantes como de importância intermediária, a pontuação ultrapassa a 90%. O item 06, por ter recebido pontuação superior a 50% na primeira rodada da técnica *delphi*, considerando a soma da pontuação 0 e 1, foi excluído da segunda rodada, sendo considerado na opinião dos participantes da técnica *delphi* item de menor importância. Com exceção do item 06, o resultado da técnica *delphi* aponta claramente para a evidência de todos os itens desse grupo.
- Grupo II – Desempenho dos Serviços – grupo que não possui nenhum item obrigatório, nota-se a baixa divulgação por parte das IESFB, sendo que os itens 10 e 12, os mais pontuados, foram divulgados por apenas 05 instituições. O item 07 não foi divulgado por nenhuma das instituições pesquisadas. O item 09 não foi divulgado por nenhuma instituição, mas também não foi pesquisado na técnica *delphi*. Quanto às respostas dos participantes da técnica *delphi* verifica-se forte tendência na divulgação dos itens deste grupo, já que se somando a pontuação recebida como de importância

intermediária e extremamente importante todos os itens receberam pontuação superior a 60%.

- Grupo III – Desempenho Financeiro - apresenta um item de *disclosure* obrigatório, que está em consonância com as respostas dos participantes da técnica *delphi*, ou seja, existe uma convergência entre o Ministério da Justiça e os participantes da técnica *delphi* que entendem que esse item deve ser divulgado. Ressalte-se que esse item faz parte dos requisitos para que as IESFB usufruam dos benefícios fiscais. Os demais itens, de *disclosure* voluntário, não receberam por parte das IESFB a importância que foi demonstrada pelos participantes da técnica *delphi*, haja vista que o item 18, o mais divulgado, foi divulgado por menos de 3% das instituições pesquisadas. Do lado dos participantes da *delphi*, no que diz respeito aos itens de *disclosure* voluntário, constata-se a importância de divulgação indicada a todos os itens com destaque para os itens 14, 17 e 18, que receberam pontuação superior a 90% considerando as pontuações 2 e 3.
- Grupo IV – Situação Física e Financeira – constata-se novamente nesse grupo o alinhamento entre as IESFB e os participantes da técnica *delphi* no que diz respeito ao item de *disclosure* voluntário. Os demais itens de *disclosure*, voluntário apesar de ter ocorrido uma melhora em relação aos grupos anteriores, ainda estão aquém do que os *stakeholders* envolvidos nessa pesquisa consideram importante divulgar. Nesse grupo, o item 25 foi o mais pontuado junto aos pesquisados, recebendo pontuação superior a 90%. Ressalta-se também a proximidade entre as IESFB que divulgaram o item 21, 15,07% e os que consideram como de extrema importância 18,18%.

Os resultados demonstram uma diferença clara, no que diz respeito aos itens de *disclosure* voluntário, entre o que as IESFB estão divulgando e o que os participantes da técnica *delphi* consideram importante ser divulgado. Além disso, também evidencia o *gap* existente entre o que o governo considera importante, que são os itens de *disclosure* obrigatório, e o que os *stakeholders* participantes deste estudo consideram relevante. Ressalte-se também que além dos itens constantes da tabela 37, os resultados da técnica *delphi* apontam também outros itens que foram considerados importantes pelos participantes.

Estudos realizados na Nova Zelândia apontam para a regulação como o principal fator de melhoria dos índices de *disclosure* das instituições de ensino. Sendo assim e diante dos resultados apresentados, caberia ao poder público estabelecer padrões, normas e incentivos para que as IESFB promovam a melhoria dos índices de *disclosure*.

Conforme já discutido anteriormente nesta tese, Dye (2001) defende que as entidades realizam ou não *disclosure* voluntário na proporção que este lhe seja favorável. Com base nessa afirmativa e considerando os resultados desta pesquisa de que a maioria das IESFB não realiza *disclosure* voluntário infere-se que essas instituições podem estar entendendo que divulgação de informações voluntárias não lhes seriam favoráveis.

O equilíbrio da relação custos *versus* benefícios de acordo com Dantas et. al. (2004) é o que define o quanto evidenciar. Corroborando essa questão, Verrechia (2001) afirma que ausência de custos de divulgação teoricamente pressupõe *full disclosure*. Se as afirmações são verdadeiras, os resultados deste estudo sugerem que essas instituições talvez visualizem que os benefícios do *disclosure* são menores que os seus custos.

O estudo de Harris (1998) concluiu que onde há competição de mercado, as organizações não têm incentivos para divulgarem informações além do que é obrigatório. Nesse sentido, apesar das IESFB serem instituições sem fins lucrativos, elas também concorrem com outras instituições na busca de alunos, professores e outros recursos, podendo ser este um dos fatores para a pouca divulgação encontrada nos resultados.

Alguns estudos discutidos nesta tese evidenciaram os benefícios de um maior nível de *disclosure*. Entretanto, apesar desses benefícios, outros estudos apontam que as empresas relutam em aumentar o nível de *disclosure* divulgando apenas o que é obrigatório, sob o argumento, de acordo com Dantas, Zendersky e Niyama (2004), de que se trata de proteção às informações de natureza estratégica. Discutindo sobre a necessidade ou não de regulamentação, Admati e Pfleiderer (1998) em seu estudo afirmam que o *full disclosure* raramente acontece e que as empresas geralmente só divulgam o que as legislações exigem. Sendo assim, os autores defendem como fundamental a regulamentação para o processo de evidenciação.

Diante desses aspectos, os resultados encontrados não indicam que as IESFB estão totalmente fora da realidade no que diz respeito ao *disclosure*, já que as entidades com finalidades lucrativas além de não encontrarem motivações também possuem argumentos para não realizarem *disclosure* voluntário.

Cabe ressaltar, entretanto, que as entidades com finalidades lucrativas possuem uma diferença fundamental quando comparadas com as entidades objeto desse estudo. Os recursos nas empresas com finalidades lucrativas são aportados por um conjunto de pessoas físicas ou jurídicas que esperam obter os melhores retornos financeiros dos seus investimentos. Por outro lado, no caso da IESFB os recursos aportados são oriundos da sociedade e do governo, por meio de contribuições, mensalidades e renúncia fiscal, esperando-se que os resultados promovam um ensino de melhor qualidade, mas talvez sem objetivar *a priori* um maior retorno financeiro dos investimentos realizados.

Considerando que a sociedade é a principal provedora de recursos públicos, deveria receber por parte do governo e das IESFB informações sobre a forma como os recursos estão sendo aplicados.

5 CONCLUSÕES

Ao realizar esta pesquisa, observou-se que são poucos os trabalhos empíricos sobre *disclosure* das entidades sem fins lucrativos e, ainda, em menor quantidade são os trabalhos relacionados às instituições de ensino superior filantrópicas. Essas instituições, por prestarem serviços de relevância ao país, recebem benefícios fiscais que devem ser convertidos em serviços em favor da sociedade. Todavia, no Brasil pouco se sabe sobre como as Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil – IESFB – têm desenvolvido suas atividades, haja vista que essas instituições, basicamente, só prestam contas para o governo.

Estudos demonstram que muitas melhorias, ocorridas no *disclosure* das instituições de ensino superior, aconteceram em decorrência das mudanças nas legislações no que diz respeito à forma de prestação de contas dessas instituições. Entretanto, o estudo realizado por Nelson, Banks e Fisher (2003) indicou que mudanças na administração, na percepção de necessidade em comunicar-se com os *stakeholders* ou na necessidade de um melhor sistema de informação interno, foram os principais fatores que influenciaram positivamente a *accountability* pública em instituições de ensino superior do Canadá. Essas instituições passaram a divulgar mais informações de forma voluntária e não obrigatória.

Contrariamente, no Brasil, as mudanças sugeridas pelo governo na legislação para as IESFB sinalizam para o enfraquecimento da *accountability* pública, representando, dessa forma, um retrocesso em relação a essa questão. Embora se discuta muito sobre a importância de se divulgar informações não financeiras das organizações sem fins lucrativos, elas ainda não são exigidas.

Algumas IESFB, poucas ainda, têm disponibilizado em suas páginas na internet as demonstrações contábeis anuais, como também o relatório da administração, o parecer da auditoria e o balanço social. Essa atitude, por parte dessas instituições, evidencia uma preocupação em relação à *accountability* pública, a partir do momento em que, além de fornecerem informações aos órgãos reguladores, também as colocam, publicamente, à disposição da sociedade.

Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo realizar uma análise comparativa, sob a abordagem da teoria da divulgação, entre índice de *disclosure* das IESFB e as percepções dos *stakeholders* quanto às informações que consideram relevantes para fins de divulgação. Para tanto, a partir do estudo de Coy, Dixon e Tower (1993) e de informações disponíveis no *site* do Ministério da Justiça, construiu-se um índice de *disclosure* próprio para 146 entidades cadastradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Posteriormente, foi aplicada a técnica *delphi com o* objetivo de captar percepções dos *stakeholders* das instituições, objeto deste estudo, com relação às informações consideradas relevantes para fins de divulgação. Finalmente, à luz desses resultados, as respostas dos *stakeholders* foram analisadas comparativamente ao índice de *disclosure* construído.

Apesar das suas limitações, o IDIESFB, apresentado neste estudo, possibilitou, além do conhecimento da realidade das instituições que atuam no Brasil, obter uma visão de quais e que tipo de informações elas estão divulgando. Verificou ainda que a maioria das IESFB pesquisadas somente apresenta *disclosure* obrigatório, o que demonstra a pouca preocupação das instituições com o *disclosure* voluntário.

Embora exista uma defasagem temporal entre este estudo e o desenvolvido por Nelson, Banks e Fisher (2003), foi possível observar que o índice de *disclosure* das IESFB, construído com base nos dados relativos a 2007 e divulgados em 2008, está bem abaixo dos padrões internacionais das instituições de ensino que mais divulgam. Contudo, esse índice pode evoluir, haja vista que pouco se divulga em termos de *disclosure* voluntário.

A fim de se verificar a existência ou não de associação entre as características corporativas e o nível de *disclosure* das instituições de ensino superior pesquisadas, utilizou-se um modelo de regressão linear desenvolvido com base no estudo de Gordon et al (2002). Constatou-se, por meio dos resultados da aplicação desse modelo, que existe relação apenas entre os índices de *disclosure* e as características corporativas “gratuidade” e “subvenção”, não se observando associação entre esses índices e as demais variáveis (tamanho, localização, benefícios fiscais e alavancagem). Importa salientar que os resultados encontrados são incomparáveis com os outros estudos no que diz respeito ao poder de explicação do modelo utilizado. Verificou-se também a aproximação ao modelo 1 testado no estudo de Gordon et al (2002).

Cabe destacar que a associação entre níveis de divulgação e características corporativas em

instituições de ensino ainda é um tema pouco explorado na literatura. No exterior, existem alguns trabalhos empíricos que orientaram esta pesquisa. Entretanto, no Brasil, talvez pelas dificuldades na coleta de informações que dêem suporte a esse tipo de pesquisa, não foram encontrados trabalhos empíricos sobre esse tema.

O resultado da aplicação da técnica *delphi*, desenvolvida com base no estudo de Coy e Dixon (2004), quando comparado com o índice de *disclosure* das IESFB, possibilitou verificar a existência de um *gap* entre as informações que os *stakeholders* participantes consideraram importante divulgar e o que as IESFB estão efetivamente divulgando. Vale destacar que possíveis causas da existência desse *gap*, provavelmente, estão ligadas ao fato de que a grande maioria das instituições limita-se a noticiar informações obrigatórias, além da falta de motivação para praticarem *disclosure* voluntário.

A constatação de que a maioria das IESFB apenas efetua *disclosure* obrigatório não contraria totalmente a teoria, haja vista a falta de evidências empíricas sobre os incentivos que essas instituições possuem para realizar *disclosure* voluntário. No que diz respeito à percepção dos *stakeholders*, captada a partir da aplicação da técnica *delphi*, verificou-se a existência de consenso da maioria absoluta dos participantes com relação à importância de divulgação da grande maioria dos itens apresentados no estudo de Coy e Dixon (2004).

Após a apresentação dos resultados e das conclusões obtidas na presente pesquisa, resumem-se, a seguir, as suas principais contribuições para o avanço do conhecimento sobre o tema em estudo:

- a) revisão de trabalhos que retratam o estado atual da pesquisa sobre *disclosure* em instituições de ensino superior;
- b) construção e análise do IDIESFB com o objetivo de se conhecer os *disclosures* realizados pelas IESFB;
- c) conhecimento, por meio da técnica *delphi*, da percepção de *stakeholders* sobre as informações que consideram importante que as IESFB divulguem;
- d) constatação da existência de uma assimetria entre as informações que, normalmente, são divulgadas e as consideradas relevantes pelos *stakeholders* das IESFB, evidenciando a necessidade de implementação de melhorias no processo de *accountability* pública dessas instituições; e

- e) abertura da possibilidade de realização de novas pesquisas com o propósito de contribuir para a redução da assimetria informacional identificada neste estudo.

Com relação a este último aspecto, pode-se constatar a possibilidade de ampliação desta pesquisa, especialmente, no que diz respeito à necessidade de se:

1. entender os fatores que levam a maioria das IESFB a realizar apenas *disclosure* obrigatório;
2. investigar, por meio de pesquisas junto aos dirigentes das IESFB que tomam decisões, as razões para divulgação ou retenção de informações; e
3. investigar a forma como as informações contábeis deveriam ser apresentadas para maximizar a compreensão e o benefício da informação para os usuários.

REFERÊNCIAS

- ADMATI, Anat R.; PFLEIDERER, Paul. *Forcing firms to talk: financial disclosure regulation and externalities*. **Stanford: School of Business Stanford University**, 1998.
- AHMED, Kamran; COURTIS, Jonh K. *Association between corporate characteristics and disclosure levels in annual reports: a meta analysis*. **British Accounting Review**, Kindlinton n.31, p.35-61, 1999.
- ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor**. História e gestão das organizações. São Paulo: Summus, 2006.
- ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Nível de disclosure e custo de capital próprio no mercado brasileiro**. 2007, 104 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- ALENCAR, Roberta Carvalho de; LOPES, Alexsandro Broedel. Custo de capital próprio e nível de disclosure em empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 5., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005.
- AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS (AICPA). *Improving business reporting--a customer focus: a comprehensive report of the special committee on financial reporting*. **AICPA**, New York, NY:, 1994.
- ANTHONY, R. N. *Financial accounting in nonbusiness organizations*. FASB, Conneticut, 1978.
- _____. *The nonprofit accounting mess*. **Accounting Horizons**, ABI/INFORM Global. [S.l.], v. 9, n. 2, p. 44-53, june. 1995.
- _____. *Should business and nonbusiness accounting be different?* Boston, MA: Harvard Business School Press, 1989.
- _____. *Tell it like it was: a conceptual framework for financial accounting*. Homewood, IL: Richard D. Irwin, Inc., 1983.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – BNDES. Disponível em: <www.bndes.gov.br/conhecimento/cartilha/cartilha.pdf>. Acesso em 10/09/2008.
- BANKS, W.; FISCHER J.; NELSON, M. *University accountability in England, Wales, and Northern Ireland: 1992-1994*. **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**, v.6, n.2, p.211-226, 1997.

BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Contribuição ao estudo de um sistema de contabilidade gerencial para uma gestão eficaz das instituições de ensino**. São Paulo, 1997. 230 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

BERTON, L. *Companies pressure accounting panel to modify demands for more data*. **Wall Street Journal** (August 16): A2, 1994.

BETTIOL JÚNIOR, Alcides. **Formação e destinação do resultado em entidades do terceiro setor: um estudo de caso**. São Paulo, 2005. 116 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

BOTOSAN, Christine A. *Disclosure level and the cost of equity capital*. **The Accounting Review**. Sarasota: v. 72, n.3, p.323-349, july 1997.

BOTOSAN, Christine A.; PLUMLEE, Marlene A. *A re-examination of disclosure level and the cost of equity capital*. **Journal of Accounting Research**. Chicago, v. 40, n.1, p. 21-40, mar. 2002.

BRACE, P.K.; ELSIN, R.; ROBINSON, D.D.; STEINBERG, H.I. **Reporting of service efforts and accomplishments**. Stamford, CT: FASB, 1980.

BRASIL. **Constituição de 1988**: Constituição Federal. Organizador: Pedro de Milanélio Piovezane; Coordenadora: Dulce Eugênia de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Rideel, 1999.

_____. **Decreto n. 2.306 de 19/08/1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16,19,20,45,46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 10/11/2006.

_____. **Decreto n. 2.536 de 06/04/1998**. Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a que se refere o inciso IV do art. 18 da Lei n. 8.742, de 7/12/1993, e dá outras providências. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 10/11/2006.

_____. **Decreto n. 2.637 de 26/06/1998**. Regulamenta a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 10/11/2006.

_____. **Decreto n. 4.543, de 26/12/2002**. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03>. Acesso em: 11/02/2008.

_____. **Decreto n. 50.517 de 02/05/1961.** Regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública. Disponível em <www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1961/50517.htm>. Acesso em 10/09/2008.

BRASIL. **Instrução Normativa MPS/SRP Nº 3, de 14/07/2005.** Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Previdenciária - SRP e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2005/SRP/in0032005.htm>>. Acesso em 10/09/2008.

BRASIL. **Lei n. 91 de 28/08/1935.** Determina regras pelas quaes são as sociedades declaradas de utilidade publica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0091.htm>. Acesso em 10/09/2008.

_____. **Lei 4.320 de 17/03/1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em 10/01/2009.

_____. **Lei n. 4.502 de 30/11/1964.** Dispõe sobre o Impôsto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 20/06/2007.

_____. **Lei n. 5.172, de 25/10/1966.** DOU de 27/10/1966. Código Tributário Nacional. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/20/1966/5172.htm>>. Acesso em: 11/02/2008.

_____. **Lei n. 6.404, de 15/12/1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1976/6404.htm>>. Acesso em: 11/02/2008.

_____. **Lei n. 8.212, de 24/07/1991.** Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/servlets/NJUR.Filtro?tipo=LEI&secao=NJUILEGBRAS&numLe>>. Acesso em: 15/08/2004.

_____. **Lei nº 9.394, de 20/12/1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 20/07/2007.

_____. **Lei n. 9.532, de 10/12/1997.** Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 09/07/2007.

_____. **Lei n. 9.715, de 25/11/1998**. Altera a legislação tributária federal. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 08/09/2007.

_____. **Lei n. 9.790 de 23/03/1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 10/03/2006.

_____. **Lei n. 10.833, de 29/12/2003**. Altera a legislação tributária federal. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 08/09/2007.

_____. **Lei n. 11.096/2005**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em 20/07/2007.

_____. **Medida Provisória nº 446, de 07/11/2008**. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/noticias/o-que-muda-com-a-mp-446-2008>. Acesso em 16/11/2008.

CAMARGO, Mariângela Franco *et al.* **Gestão do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAMBERS, R. J. *Accounting evaluation and economic behavior*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1966.

CHEN, Kevin C.W.; CHEN, Shilong; WEI, K.C. Jonh. **Disclosure, corporate governance, and the cost of equity capital: evidence from Asias emerging markets**. Working paper, SSRN, jun. 2003. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=422000>. Acesso em 10/04/2008.

CHERNY, J.; GORDON, A. R.; HERSON, J. L. *Accounting – a social institution: a unified theory for the measurement of the profit and nonprofit sectors*. New York: Quorum Books, 1992.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasil. Disponível em www.mds.gov.br. Acesso em 15/04/2008.

COY, D., DIXON, K., BUCHANAN, J., and TOWER, G. *Recipients of public sector annual reports: theory and an empirical study compared*. **The British Accounting Review** 29:103-127, 1997

COY, David; DIXON, Keith. *The public accountability index: crafting a parametric disclosure index for annual reports*. ***The British Accounting Review***, [S.l.], 36, p. 79-106, 2004.

COY, D.; DIXON, K.; TOWER, G. *The annual reports of tertiary education institutions: quality, timeliness, and distribution*. Working paper, University of Waikato. 1993.

COY, D.; FISCHER, M.; GORDON, T. *Public accountability: a new paradigm for college and university annual reports*. ***Critical Perspectives on Accounting***, [S.l.], n.12, p.1-31, 2001.

COY, D.; TOWER, G.; DIXON, K. *Quantifying the quality of tertiary education annual reports*. ***Accounting and Finance***, [S.l.], v.33, p.121-129, november 1993.

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves da. **Doutores em ciências contábeis da FEA/USP: análise sob a ótica da teoria do capital humano**. São Paulo, 2007. 267 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

COURTIS, J.K *Annual report disclosure in New Zealand: analysis of selected corporate attributes*. ***Research Study 8, University of New England***, Armidale, Australia, 1979.

DALEY, L.A.; VIGELAND, R.L. *The effects of debt covenants and political costs on the choice of accounting methods*. ***Journal of Accounting Economics***, [S.l.], v.5, p. 195-211. 1983.

DANTAS, José Alves.; ZENDERSKY, Humberto Carlos; NIYAMA, Jorge Katsumi. **A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2004; Curitiba, *Anais...* Curitiba, 2004, CD-ROM, CCG 277.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DIXON, Keith, COY, David, TOWER, Greg. *External reporting by New Zealand universities 1985-1989: improving accountability*. ***Financial Accountability and Management***. 7(3), Autumm, p. 159-178, 1991

DYE, Ronald A. *Disclosure of non proprietary information*. ***Journal of Accounting Research***, v.23, n.1, p. 123-145, Spring, 1985.

_____. *An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting*. ***Journal of Accounting and Economics***. Amsterdam: v.32, n.1-3, p.181-235, 2001.

DONAHUE, J. D. ***The privatization decision: publics ends, private means***. New York: Basic

Books, 1989.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 2006.

ESTES, Gerald M.; KUESPERT, Don. *Delphi in industrial forecasting*. **Chemical and Engineering News**, EUA, p. 40-47, ago. 1976.

EVANS, P.; BELLAMY, S. *Performance evaluation in the Australian public sector: the role of management and cost accounting control systems*. **International Journal of Public Sector Management**, [S.l.], v. 8, n. 6, p. 30-38, 1995.

FALK, H. *Towards a framework for not-for-profit accounting*. **Contemporary Accounting Research**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 468-499, spring 1992.

FERNANDES, Rubens César. **O que é terceiro setor?** 1996. Disponível em: <http://www.rits.org.br/idac.rits.org.br/dan_jan_textos.html>. Acesso em: 10/05/2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Expansão do ensino superior público**. Fernando Costa. Tendências/Debates. São Paulo, 28/03/2008.

FOSTER, G. **Financial statement analysis**. NJ: Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1986.

FRANCIS, Jere R.; KHURANA, Inder K.; PEREIRA, Raynolde. *The role of accounting and auditing in corporate governance, and the development of financial markets around the world*. **Asia-Pacific Journal of Accounting and Economics**, n.10, p.1-31, 2003. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=287652>. Acesso em 10/04/2008.

GORDON, T.; FISCHER, Mary; MALONE, David; TOWER, Greg. *A comparative empirical examination of extent of disclosure by private and public colleges and universities in the United States*. **Journal of Accounting and Public Policy**, [S.l.], 21, p. 235-275, 2002.

GORDON, T. P.; KHUMAWALA, S. B. *The demand for not-for-profit financial statement: a model for individual giving*. **Journal of Accounting Literature**, [S.l.], v. 18, p. 31-56, 1999.

GOULART, André M. C. **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – FEA/USP.

GRAHAM, John R.; HARVEY, Campbell R.; RAJGOPAL, Shiva. *The economic implications of corporate financial reporting*. **Journal of Accounting and Economics**. Amsterdam: v. 40, n. 1-3, p. 3-73, dec. 2005.

GREEN, Jack C.; GRIESINGER, Donal W. *Board performance and organizational effectiveness in nonprofit social services organizations*. **Jossey-Bass Publishers Nonprofit Management & Leadership**, [S.l.], v. 6, n. 4, summer 1996.

GUERREIRO, Reinaldo. **Modelo de decisão de preços e rentabilidade sob a base conceitual do sistema de gestão econômica – Gecon**. – e-mail de 17/05/2002.

HAIL, Luzi. *The impact of voluntary corporate disclosures on the ex ante cost of capital for Swiss firms*. **The European Accounting Review**. London, v.11, n.4, p.741-773, 2002.

HAIR JR., Joseph F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HARRIS, M. S. *The association between competition and managers' business segment reporting decisions*. In: **Journal of Accounting Research**, 36, 1998. p. 111-128

HELOU, Regina. Buscando recursos pelos idosos carentes. **Revista Filantropia**, São Paulo, n. 7, ano II, p. 30-31, jul.-ago./2003.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de renda das empresas**. 32. ed. São Paulo: IR Publicações, 2007.

HOPE, Kristian-Ole. *Firm-level Disclosures and the Relative Roles of Culture and Legal Origin*. **Journal of International Financial Managerial and Accounting**, [S.l.], v.14, n.3, p. 218-248, 2003.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.

IOSCHPE, Evelyn Berg. *et al.* **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 2002.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. *Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure*. **Journal of Financial Economics**, Amsterdam, v.3, n.4, p. 305-360, oct. 1976.

KNOX, Kris Joseph; BLANKMEYER, Eric C.; STUTZMAN, J. R. *Comparative*

performance and quality among nonprofit nursing facilities in Texas. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, [S.l.], v. 35, n. 4, dez. 2006.

LEUZ, C. *The development of voluntary cash flow statements in German and the influence of international reporting standards. Schmalenbach Business Review*, v. 52, n. 2, Apr. 2000.

LIMA, Emanuel Marcos. **Contribuição para apuração e evidenciação dos resultados das instituições de ensino superior com certificado de entidade beneficente de assistência social – IESCEBAS**. São Paulo, 2003. 183 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras**. 2007, 108 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

MALONE, D.; FRIES, C.; JONES, T. *An empirical investigation of the extent of corporate financial disclosure in the oil and gas industry. Journal of Accounting Auditing and Finance*, [S.l.], v. 8, n. 3, p.249-275, 1993.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Imunidade das instituições de educação e assistência social**. 2004. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br>>. Acesso em: 20/06/2007.

_____. (Coord.). **Imunidades tributárias. Revista dos Tribunais**, Pesquisas Tributárias, São Paulo, 2001. (Nova Série – 4).

MAUTZ, R. K. *Not-for-profit financial reporting: another view. Should not-for-profit entities present their financial statements in a very special way? Journal of Accountancy*, [S.l.], v. 168, n. 2, p. 60-66, 08/1989.

_____. **Financial reporting for nonprofit organizations**. New York: Garland Publishing, Inc., 1994.

MEREGE, Luiz Carlos. A camuflagem do terceiro setor: as contas nacionais. **Revista Integração**, São Paulo, ano VIII, n. 52, jul. 2005a. Disponível em: <<http://www.integracao.fgvsp.br/ano8/07/editorial.htm>>. Acesso em: 15/03/2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasil. Disponível em <www.inep.gov.br>. Acesso em 10/11/2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Brasil. Disponível em www.mj.gov.br. Acesso em 02/04/2008.

MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

MYERS, S.C. *Determinants of corporate borrowing*. **Journal of Financial Economics**, [S.l.], v. 4, p. 147-175, 1977.

NAKAMURA, Wilson T.; GOMES, Elizabeth A.; ANTUNES, Maria Tereza P.; MARÇAL, Emerson F. Estudo sobre os níveis de *disclosure* adotados pelas empresas brasileiras e seu impacto no custo de capital. ANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador, 2006.

NELSON, Morton; BANKS, William; FISHER, James. *Improved accountability disclosures by Canadian universities*. **Canadian Accounting Perspectives**, [S.l.], 2, 1; ABI/INFORM Global, 2003.

NELSON, M.; FISCHER J.; TOWER, G.; BANKS, W. *A comparison of university accountability in Australia and Canada*. **Journal of Contemporary Issues in Business and Government**, v.4, n.1, p.36-46, 1997.

NOSSA, V.; CARVALHO, L. N. G. **Uma análise do conteúdo do disclosure ambiental de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2003; Atibaia, **Anais...** Atibaia, 2003, CDROM, CCG 1235.

OLAK, Paulo Arnaldo . **Contabilidade de entidades sem fins lucrativos não governamentais**. São Paulo, 1996. 273 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PALLOT, J. *The nature of public assets: a response to Mautz*. **Accounting Horizons**, [S.l.], v. 4, n.2, p. 79-85, june. 1990.

PARSONS, Linda M. **The impact of financial information and voluntary disclosures on contributions to not-for-profit organizations: a field-based experiment**. Houston, 2001. Doctoral Dissertation in Accounting, Bauer College of Business at the University of Houston.

_____. *Is accounting information from nonprofit organizations useful to donors? A review of charitable giving and value-relevance*. **Journal of Accounting Literature**, ABI/Inform Global, [S.l.], v. 22, 2003.

PEREIRA, M. A. **Estudo do nível de divulgação e sua relação com a estrutura de capital em empresas brasileiras.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2004; Curitiba, *Anais...* Curitiba, 2004, CD-ROM.

RECEITA FEDERAL. BRASIL. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/>>. Acesso em: 20/09/2007.

RICCIO, Edson Luiz. **Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação.** São Paulo, 1989. 170 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

RICHARDSON, Alan; WELKER, M. *Social disclosure, financial disclosure and the cost of equity capital.* **Accounting, Organizations and Society**, v.26, n.7-8, p.597-616, Nov.2001.

ROTHGIESSER, Tanya L. **Sociedade civil brasileira e o terceiro setor.** 2002. Disponível em: <<http://www.terceirosetor.org.br>>. Acesso em: 20/10/2006.

SALAMON, Lester (ed). **Global civil society – dimensions of the nonprofit sector.** Baltimore: The Johns Hopkins Centre for Civil Society Studies, 2004.

SALAMON, Lester; ANHEIER, Helmuth. **The emerging sector: an overview.** Baltimore: 1994.

SALOTTI, Bruno Meirelles. **Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiro.** São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SCHIPPER, K. *Discussion of voluntary corporate disclosure: the case of interim reporting.* **The Journal of Accounting Research**, [S.l.], v. 19 (suplement), p. 85-88, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon. **Educação privada: direito ou função delegada?.** 27/01/2005. Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=12&lang=pt-br>>. Acesso em 20.08.2008.

_____. **Ciência, Profissões e a Questão da Autonomia Universitária.** In: **A Redescoberta da Cultura**, São Paulo: EDUSP, 1997. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/redesc/profiss.htm#Ciência,%20profissões%20e%20a%20quetão%20da%20autonomia%20universitária>>. Acesso em 20/08/2008.

SINGHVI, S.S., DESAI, H.B. *An empirical analysis of the quality of the corporate financial disclosure.* **The Accounting Review**, Vol. 46, No. 1, January, pp. 120–138. 1971.

STEINBERG, R. *Should donors care about fundraising? In the economics of non profit institutions: studies in structure and policy*. Edited by Susan Rose-Ackeman. New York: Oxford Press University, 1986.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor – criação de ONGs e estratégias de atuação**. São Paulo: Atlas, 2002.

TORRES, Lourdes; PINA, Vicente. *Accounting for accountability and management in NPOS. A comparative study of four countries: Canada, The United Kingdom, The USA And Spain. Financial Accountability & Management*, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 265-285, aug. 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERRECCHIA, Robert E. *Discretionary disclosure. Journal of Accounting and Economics*, n. 5, p. 179-194, 1983.
_____. *Essays on disclosure. Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v.32, n.1-3, p.97-180, 2001.

VYDIA. Disponível em: <<http://www.vydia.com.br/3setor/dicas.htm>>. Acesso em: 06/08/2003.

WEISBROD, Burton Allen. *The nonprofit economy*. EUA: Library of Congress Cataloging in Publication Data, 1988.

WEISBROD, B. A.; DOMINGUEZ, N. D. *Demand for collective goods in private nonprofit markets: can fundraising expenditures help overcome free-rider behavior? Journal of Public Economics*, [S.l.], v. 30, p. 83-96, 1986.

WRIGHT, James Terence Coulter; GIOVINAZZO, Renata Alves. *Delphi – uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. Caderno de Pesquisas de Administração*, São Paulo, v. 1, n. 12, 2 trim. 2000.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICES

- APÊNDICE 1 - –ENDEREÇOS ELETRÔNICOS IESFB
- APÊNDICE 2 - BENEFÍCIOS FISCAIS
- APÊNDICE 3 - CONVITE AOS PARTICIPANTES DA *DELPHI*
- APÊNDICE 4 - INFORMAÇÕES SOBRE A 1ª RODADA AOS PARTICIPANTES DA *DELPHI*
- APÊNDICE 5 - INFORMAÇÕES SOBRE A 2ª RODADA AOS PARTICIPANTES DA *DELPHI*
- APÊNDICE 6 - MODELOS DE REGRESSÃO SEM LOGARITMO
- APÊNDICE 7 - MODELOS DE REGRESSÃO COM LOGARITMO

APÊNDICE 1 – ENDEREÇOS ELETRÔNICOS DAS IESFB

Ordem	Razão Social	Endereço Eletrônico
1	Ação Educacional Claretiana	www.claretiano.edu.br
2	Associação Brasileira de Ensino Universitário	www.uniabeu.edu.br
3	Associação Carioca de Ensino Superior	www.unicarioca.br
4	Associação Catarinense de Ensino	www.ace.br
5	Associação Cultural de Renovação Tecnológica Sorocabana	www.facens.br
6	Associação Cultural e Científica Nossa Senhora de Fátima	www.faculadedefatima.com.br
7	Associação das Religiosas da Instrução Cristã	www.faculadadedamas.edu.br
8	Associação de Ensino de Ribeirão Preto	www.unaerp.br
9	Associação de Ensino Dom Bosco de Monte Aprazível	www.faeca.com.br
10	Associação de Ensino Novo Ateneu	www.unicuritiba.edu.br
11	Associação de Ensino Superior São Judas Tadeu	www.sjt.com.br
12	Associação de Integração Social de Itajubá	www.aisi.edu.br
13	Associação do Colégio Nossa Senhora de Sion	www.isesion.edu.br
14	Associação Educacional de Jales	www.unijales.edu.br
15	Associação Educacional do Litoral Santista	www.unimonte.br
16	Associação Educacional Dom Bosco	www.aedb.br
17	Associação Educacional Luterana - Bom Jesus/IELUSC	www.ielusc.br
18	Associação Educacional Plínio Leite	www.plinioleite.com.br
19	Associação Educacional Veiga de Almeida	www.uva.br
20	Associação Educativa do Brasil	www.soebbras.com.br
21	Associação Educativa Evangélica	www.unievangélica.edu.br
22	Associação Fluminense de Educação	www.unigranrio.br
23	Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro	www.faculdaadespequenoprincipe.edu.br
24	Associação Limeirense de Educação e Cultura	www.fiel.edu.br
25	Associação Paranaense de Cultura	www.pucpr.br
26	Associação Prebisteriana de Educação e Pesquisa	www.ficmg.edu.br
27	Associação Pro Ensino em Santa Cruz do Sul	www.unisc.br
28	Associação Pró-ensino Superior em Novo Hamburgo	www.feevale.br
29	Associação Propagadora Esdeva	www.faculdaearnaldo.edu.br
30	Associação Prudentina de Educação e Cultura	www.unoeste.br
31	Casa de Nossa Senhora da Paz – Ação Social Franciscana	www.saofrancisco.edu.br
32	Centro de Estudos Unificados Bandeirantes	www.unimes.br
33	Centro Educacional de Realengo	www.castelobranco.br
34	Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora	www.isecensa.edu.br
35	Colégio Salesiano Sagrado Coração	www.fasne.edu.br
36	Confraria N. Sra da Piedade da Paróquia N. Sra da Piedade de Para de Minas	www.fapam.edu.br
37	Congregação de Santa Dorotéia do Brasil	www.fafire.br
38	Faculdades Católicas	www.puc-rio.br
39	Fundação Armando Álvares Penteado	www.faaap.br
40	Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho	www.fcmsesp.edu.br
41	Fundação Assis Gurgacz	www.fag.edu.br
42	Fundação Attila Taborda	www.urcamp.tche.br
43	Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências	www.fbdc.edu.br
44	Fundação Barra Bonita de Ensino	www.funbbe.br
45	Fundação Benedito Pereira Nunes	www.fmc.br
46	Fundação Cásper Líbero	www.facasper.com.br
47	Fundação Comunitária Educacional de Cataguases	www.fafic.com.br
48	Fundação Cultural de Araxá	www.uniaraxa.edu.br
49	Fundação Cultural de Belo Horizonte	www.unibh.br

50	Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo	www.unipel.edu.br
51	Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense	www.uniplac.net
52	Fundação de Ensino "Eurípides Soares da Rocha"	www.univem.edu.br
53	Fundação de Ensino Octávio Bastos	www.unifeob.edu.br
54	Fundação de Ensino Superior de Passos	www.passosuemg.br
55	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado	www.unijui.edu.br
56	Fundação do ABC	www.fmabc.br
57	Fundação Dom Aguirre	www.uniso.br
58	Fundação Dracenense de Educação e Cultura	www.fundec.edu.br
59	Fundação Educacional D. André Arcoverde	www.faa.edu.br
60	Fundação Educacional de Andradina	www.fea.br
61	Fundação Educacional de Criciúma	www.unesc.rct-sc.br
62	Fundação Educacional de Fernandópolis	www.fef.br
63	Fundação Educacional de Ituverava	www.feituverava.com.br/ffcl
64	Fundação Educacional Dom José D'Ângelo Neto	www.facapa.edu.br
65	Fundação Educacional e Cultural São José	www.fsj.edu.br
66	Fundação Educacional Guaxupé	www.unifeg.edu.br
67	Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros	www.fei.edu.br
68	Fundação Educacional Lucas Machado Feluma	www.feluma.org.br
69	Fundação Educacional Machado de Assis	www.fema.com.br
70	Fundação Educacional Machado Sobrinho	www.machadosobrinho.com.br
71	Fundação Educacional Miguel Mofarrej	www.fio.edu.br
72	Fundação Educacional Presidente Castelo Branco	www.funcab.br
73	Fundação Educacional Rosemar Pimentel	www.ugb.edu.br
74	Fundação Educacional Serra dos Órgãos	www.feso.br
75	Fundação Educacional Severino Sombra	www.uss.br
76	Fundação Gammon de Ensino	www.funge.com.br
77	Fundação Hermínio Ometto	www.uniararas.br
78	Fundação Instituto de Ensino para Osasco	www.unifio.br
79	Fundação Instituto nacional de telecomunicações	www.inatel.br
80	Fundação José Augusto Vieira	www.fijav.com.br
81	Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada	www.funjob.edu.br
82	Fundação Lusíada	www.lusiada.br
83	Fundação Marianense de Educação	www.famariana.edu.br
84	Fundação Mineira de Educação e Cultura	www.fumec.br
85	Fundação Octacílio Gualberto	www.fog.br
86	Fundação Padre Albino	www.fundacaopadrealbino.org.br
87	Fundação Percival Farquhar	www.univale.br
88	Fundação Presidente Antônio Carlos	www.unipac.br
89	Fundação Regional Integrada	www.iesanet.com.br
90	Fundação Salvador Arena	www.cefsa.org.br
91	Fundação São João Batista	www.fsjb.edu.br/fsjb
92	Fundação São Paulo-Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	www.pucsp.br
93	Fundação Técnico Educacional Souza Marques	www.souzamarques.br
94	Fundação Universidade de Caxias do Sul	www.ucs.br
95	Fundação Universidade de Cruz Alta	www.unicruz.edu.br
96	Fundação Universidade de Passo Fundo	www.upf.br
97	Fundação Universidade do Contestado - Campus Caçador	www.cdr.unc.br
98	Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina	www.unoesc.edu.br
99	Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL	www.unisul.br
100	Fundação Universidade do Vale do Itajaí	www.univali.br
101	Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale	www.unidavi.edu.br

	do Itajaí	
102	Fundação Valeparaibana de Ensino	www.univap.br
103	Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia	www.fsdb.edu.br
104	Inspetoria Salesiana São Pio X	www.faculdade.dombosco.net
105	Instituto Adventista de Ensino	www.iae-sp.br
106	Instituto da Sagrada Família	www.ifibe.edu.br
107	Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus	www.usc.br
108	Instituto de Desenvolvimento Cultural	www.idc.org.br
109	Instituto Educacional Piracicabano	www.unimep.br
110	Instituto Isabel	www.Institutoisabel.com.br
111	Instituto Metodista Centenário	www.metodistadosul.edu.br
112	Instituto Metodista de Ensino Superior	www.metodista.br
113	Instituto Metodista Granbery	www.granbery.com.br
114	Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista	www.metodistadosul.edu.br
115	Instituto Prebisteriano Gammon	www.fagammon.edu.br
116	Instituto Presbiteriano Mackenzie	www.mackenzie.br
117	Instituto Santanense de Ensino Superior	www.unisantana.br
118	Instituto Superior de Educação Santa Cecília	www.unisanta.br
119	Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa	www.celsolisboa.edu.br
120	InstitutoS Paraibanos de Educação – IPE	www.unipe.br
121	Iramandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória	www.emescam.br
122	Missão Salesiana de Mato Grosso	www.ucdb.br
123	Obras Sociais da Diocese de Rio Branco	www.fadisi.com.br
124	Obras Sociais e Educacionais de Luz	www.fasf.edu.br
125	Organização Helio Alonso de Educação e Cultura	www.facha.edu.br
126	Organização Santamarense de Educação e Cultura - OSEC	www.unisa.br
127	Pia Sociedade de São Paulo	www.fapcom.com.br
128	Sociedade Campineira de Educação e Instrução	www.puc-campinas.edu.br
	Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis Zona	www.unifra.br
129	Norte	
130	Sociedade de Serviço Social	www.fapss.br
131	Sociedade Educacional de Santa Catarina	www.sociesc.org.br/ensino/ist/index.htm
132	Sociedade Educacional Três de Maio	www.setrem.com.br
133	Sociedade Educacional Uberabense	www.uniube.br
134	Sociedade Educadora Anchieta	www.faculdadeanglolatino.com.br
135	Sociedade Goiana de Cultura	www.ucg.br
136	Sociedade Mineira de Cultura	www.pucminas.br
137	Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura	www.ucpel.tche.br
138	Sociedade Riopretense de Ensino Superior	www.dompedro.com.br
139	Sociedade Universidade Gama Filho	www.ugf.br
140	Sociedade Vicente Pallotti	www.fapas.edu.br
141	Sociedade Visconde de São Leopoldo	www.unisantos.br
142	União Brasileira de Educação e Assistência	www.pucrs.br
143	União Brasiliense de Educação e Cultura-UBEC	www.ubec.edu.br
144	União das Escolas Superiores de Cuiabá	www.unic.br
145	União Social Camiliana	www.saocamilo.br
146	Universidade Católica de Pernambuco	www.unicap.br

APÊNDICE 2 – BENEFÍCIOS FISCAIS

Para usufruir dos benefícios estabelecidos na CF/88, essas entidades, além de possuir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, de acordo com o decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, deverão cumprir os seguintes requisitos:

Art. 2º - Considera-se entidade beneficente de assistência social, para fins deste Decreto, a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atue no sentido de:

- I – proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice;
- II – amparar crianças e adolescentes carentes;
- III – promover ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiências;
- IV – promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde;
- V – promover a integração ao mercado de trabalho.

Art. 3º - Faz jus ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, a entidade beneficente de assistência social que demonstre, cumulativamente:

- I – estar legalmente constituída no País e em efetivo funcionamento, nos três anos anteriores a solicitação do Certificado;
- II – estar previamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social do município de sua sede se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social, ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
- III – estar previamente registrada no CNAS;
- IV – aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- V – aplicar as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas;
- VI – aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeira, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruídas;
- VII – não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;
- VIII – não perceberem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalente remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- IX – destinar, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente a entidades congêneres registradas no CNAS ou a entidade pública;
- X – não constituir patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social;
- XI – seja declarada de utilidade pública federal.

Os requisitos exigidos para a concessão do certificado e, conseqüentemente, do benefício estabelecido na legislação foram ampliados em comparação aos requisitos estabelecidos no Código Tributário Nacional - CTN. De acordo com Ives G. da S. Martins (2004), para a maioria esmagadora dos tributaristas presentes ao XXIV Simpósio Nacional de Direito Tributário do Centro de Extensão Universitária – CEU, com base no art. 146 da CF/88, somente lei complementar pode proceder a regulação dos requisitos descritos no § 7º do Inciso III do art. 195 da CF/88. Sendo assim, esses requisitos não se justificam, haja vista que o entendimento pacificado é o de que houve erro na redação do § 7º do Inciso III do art. 195 da CF/88 ao utilizar a expressão “isentas”, vez que a regra constitucional que estabelece renúncia fiscal se denomina “imunidade”.

Nesse aspecto, não tem sentido a exigência de requisitos através de outros atos, vez que, obedecendo à hierarquia das leis, não se pode, através de lei ordinária ou lei de hierarquia inferior, ou atos administrativos, modificar o que a Constituição ou a Lei Complementar estabeleceram. O entendimento da maioria dos autores do livro “Imunidades Tributárias”, coordenado pelo Prof. Ives Gandra da Silva Martins (2001), que não é o mesmo do governo, é que somente os requisitos exigidos pelo CTN é que devem ser exigidos para o gozo dos benefícios estabelecidos no art. 195.

Conceitos

As entidades imunes estão definidas no art. 12 da Lei n. 9.532:

Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

Para o gozo da imunidade devem-se observar os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 12 da lei citada no parágrafo anterior, abaixo especificados:

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

- c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

No que diz respeito aos requisitos citados no item h, entende-se tratar-se daqueles estabelecidos no Decreto nº 2.536/98.

Imposto de Renda - IR

No que diz respeito ao IR, as ESFL imunes possuem imunidade tributária. Essa imunidade, entretanto, não alcança, conforme determina o § 1º do art. 12 da Lei, os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

Diante do que estabelece a lei, essas entidades, quando da ocorrência de receitas, conforme especificadas no parágrafo acima, sofrerão retenção do IR, de acordo com a legislação vigente.

Contrariando o entendimento da Secretaria da Receita Federal – SRF, o Supremo Tribunal Federal – STF, confirmando decisões anteriores, deu provimento ao Recurso Extraordinário – RE n. 378.398-0 publicado no Diário da Justiça em 08.09.2003 do Serviço Social do

Comércio do estado de Minas Gerais (HIGUCHI *et al.*, 2007, p. 460), reconhecendo a imunidade relativa ao IR sobre os rendimentos de aplicações financeiras da entidade assistencial, sendo a jurisprudência nesse caso, de acordo com Higuchi *et al.* (2007), aplicada a todas as entidades relacionadas no art. 150, VI, c, da CF/88.

Por outro lado, é entendimento do órgão fiscalizador que determinadas receitas não consideradas como receitas próprias da atividade devem ser tributadas. A favor das ESFL imunes, a Solução Consulta n. 217 da 9ª Região Fiscal publicada no Diário Oficial da União em 04.08.2006 (HIGUCHI *et al.*, 2007, p. 459) entendeu que as receitas de aluguéis auferidas por instituição de assistência social não são tributadas pelo IR, CSLL, PIS e Cofins.

Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

As instituições de educação ou de assistência social poderão usufruir de isenção desse imposto, de acordo com a Lei n. 4.502 de 1964 e inciso I do art. 48 do Decreto n. 2.637 de 1998, quando os produtos industrializados se destinarem exclusivamente ao uso próprio da instituição ou para a distribuição gratuita aos seus atendidos, para o alcance dos objetivos sociais.

Contribuições sociais

As ESFL imunes são entidades que podem obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEAS e, portanto, além da imunidade constitucional, podem também usufruir dos benefícios estabelecidos no § 7º do Inciso III do art. 195 da CF/88.

As entidades beneficentes de assistência social descritas no art. 195 da CF/88, definidas pelo Decreto nº. 2.536/98 e que atendam os requisitos estabelecidos na legislação serão isentas do recolhimento das contribuições para a seguridade social a que se refere o art. 55 da Lei 8.212/91, a saber:

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins;
- Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- Contribuição previdenciária (quota patronal).

Entretanto, essa isenção não alcança, no entendimento da SRF, os rendimentos das aplicações financeiras no que diz respeito à Cofins. Diante desse aspecto, o inciso IV do art. 10 da Lei n. 10.833 de 29.12.2003 estabelece que será recolhida pela sistemática da cumulatividade, ou seja, será recolhida com base na alíquota de 3%.

PIS - Contribuição ao Programa de Integração Social

No que diz respeito às contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, definidas pela Lei n. 9.715 de 25 de novembro de 1998, de acordo com o art. 2º da referida norma, a contribuição será apurada da seguinte forma:

Art. 2º A contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente:

I - ...

II – pelas entidades sem fins lucrativos definidas como empregadoras pela legislação trabalhista e as fundações, com base na folha de salários.

E ainda,

Art. 8º A contribuição será calculada mediante a aplicação, conforme o caso, das seguintes alíquotas:

I - ...

II – um por cento sobre a folha de salários.

Aplicam-se ao PIS as mesmas regras estabelecidas para a Cofins no que diz respeito aos rendimentos sobre aplicações financeiras.

Entretanto, com relação às demais receitas não consideradas como receitas das atividades próprias pela Secretaria da Receita Federal - SRF, o resultado da Solução de Consulta n. 199 da RF, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23.09.2005 (apud HIGUCHI *et al.*, 2007, p. 462), diz que estão sujeitas à contribuição para o PIS as receitas que não são próprias, compreendendo aí os rendimentos das aplicações financeiras. Essa decisão contraria o art. 13 da Medida Provisória - MP n. 2.158 que não deixa qualquer dúvida de que a contribuição para o PIS das entidades sem fins lucrativos tem como base de cálculo a folha de salários.

Imposto Territorial Rural - ITR

Por se tratar de imposto sobre o patrimônio, as IESFB possuem imunidade no que diz respeito ao ITR, de acordo com o art. 150, VI, c, da CF/88, desde que a propriedade rural esteja relacionada com as atividades da instituição, ou seja, alugada, sendo que o valor do aluguel deve ser utilizado na consecução dos seus objetivos sociais.

Imposto de Importação – II

Desde que obedecidos os requisitos estabelecidos em lei, de acordo com o art. 139 do Decreto n. 4.543, de 2002 e que atendam às condições descritas na Lei n. 5.172, de 1966, art. 14, e da Lei n. 9.532, de 1997, art. 12, § 2º, as IESFB poderão obter isenção ou redução do II.

Impostos estaduais

A IESFB, de acordo com o art. 150, VI, c, da CF/88, por serem imunes aos impostos incidentes sobre o patrimônio não sofrem tributação dos seguintes impostos:

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;

Imposto sobre a Transmissão de Bens Causa Mortis e Doação – ITCMD.

Com relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, o Supremo Tribunal Federal - STF¹³, ao apreciar o RE 210.251 – Edv/SP, fixou entendimento de que as entidades de assistência social são imunes em relação ao ICMS incidente sobre a comercialização de bens por elas produzidos. Por sua vez, o convênio ICMS 38/82 autorizou os Estados a concederem isenção do ICMS nas saídas de mercadorias de produção própria, promovidas por instituições de assistência social e educação, sem fins lucrativos que aplicarem integralmente os resultados na manutenção de suas finalidades assistenciais ou educacionais no país.

Impostos municipais

¹³ Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/porta1/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?>>. Acesso em 22 jun. 2007.

A imunidade tributária abrange em âmbito municipal o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidentes sobre o patrimônio e a prestação de serviços respectivamente.

Na ânsia de arrecadar cada vez mais, o fisco municipal muitas vezes procura cobrar IPTU sobre os imóveis alugados das ESFL por entender que a locação de imóveis não faz parte das atividades das instituições, esquecendo, entretanto, que os rendimentos serão utilizados na execução dos seus objetivos sociais.

APÊNDICE 3 - CONVITE AOS PARTICIPANTES DA *DELPHI*

Prezado Senhor (a)

Sou aluno do Programa de Doutorado em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, em fase de elaboração de tese, cujo objetivo principal é o de elaborar um Índice de *Disclosure* (Evidenciação) para as Instituições de Ensino Superior portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS a partir de uma metodologia e dos instrumentos de *accountability* utilizados por essas instituições para divulgação das suas atividades, sob a orientação do Dr. Carlos Alberto Pereira.

Para o desenvolvimento da pesquisa, torna-se necessária a utilização de uma metodologia que possibilite conhecer, a partir da opinião dos participantes, quais itens consideram importantes serem divulgados.

A metodologia *Delphi* é utilizada para solicitar opiniões, a partir de participantes interessados, estudiosos ou peritos, cujas identidades são desconhecidas entre si e que trabalham independentemente. O método inclui rodadas nas quais cada participante é convidado a opinar sobre questões de interesse e, em seguida, essas opiniões são tabuladas, sendo essa tabulação utilizada na rodada seguinte como forma de alcançar o maior consenso entre os participantes. Cada rodada permite entre outras coisas, aos participantes reconsiderar a sua posição à luz das respostas dos outros participantes.

A consulta será realizada por meio de 2 (duas) ou, no máximo, de 3 (três) aplicações de questionário em rodadas consecutivas via *e-mail*.

Temos imenso prazer em convidá-lo a fazer parte do grupo de especialistas que participará da metodologia *Delphi*, sendo de suma importância a sua participação para o alcance dos nossos objetivos.

Gostaríamos de ressaltar que os nomes dos participantes, bem como das suas respectivas funções, serão divulgados no relatório de pesquisa, entretanto, os resultados não serão divulgados individualmente, mas de forma globalizada.

Sua aceitação deverá ser comunicada através de resposta a este e-mail, sendo posteriormente enviada a primeira etapa do processo.

Certos de podermos contar com a vossa participação, antecipamos nossos agradecimentos.

São Paulo/SP, setembro de 2008

Emanoel Marcos Lima – emanoel@usp.br
Dr. Carlos Alberto Pereira – cap@usp.br

APÊNDICE 4 - INFORMAÇÕES SOBRE A 1ª RODADA AOS PARTICIPANTES DA *DELPHI*

Prezado (a) Senhor (a)

Segue abaixo o endereço para acesso a primeira etapa de aplicação da metodologia *Delphi*. Mais uma vez, gostaríamos de enfatizar e reiterar os nossos agradecimentos pela sua aceitação em participar da nossa pesquisa.

O questionário está dividido em 09 (nove) blocos e está disponível para resposta no endereço: <http://fs11.formsite.com/Amauryj/form604527272/index.html>., compreende as seguintes questões:

- I – Visão Geral: Relatório Anual
- II – Visão Geral: Universidade
- III – Serviço: Comunitário
- IV – Serviço: Geral
- V – Serviço : Ensino
- VI – Ensino: Processo
- VII - Ensino: Produção/Resultado
- VIII - Serviço: pesquisa
- VIII - Financeiro

O participante deverá indicar em cada questão apenas um número de acordo com a tabela abaixo, considerando o grau de relevância, ou seja, se considera importante ou não a divulgação de informações sobre o item. Ressaltamos que a divulgação envolve os usuários internos e externos à instituição.

Pontuação	Descrição
0	Não deve ser divulgado
1	Deverá ser divulgado, mas o item é de menor importância
2	Importância intermediária
3	Extremamente importante

Caso ocorra alguma dúvida favor contatar pelo e-mail: emanoel@usp.br ou pelos telefones: (67) 8411-8786 ou (67) 3352-0989.

Atenciosamente.

Emanoel Marcos Lima
Dr. Carlos Alberto Pereira

APÊNDICE 5 - INFORMAÇÕES SOBRE A 2ª RODADA AOS PARTICIPANTES DA DELPHI

Prezado (a) Senhor (a)

Mais uma vez, gostaríamos de enfatizar e reiterar os nossos agradecimentos pela sua aceitação em participar da nossa pesquisa.

Enviamos a tabela anexa com o resumo das opiniões de todas as pessoas que participaram da 1ª rodada, em termos percentuais, com a respectiva opinião. Nesta fase cada participante é convidado a avaliar a sua opinião expressa na 1ª rodada, tendo por base o resultado apresentado pelo grupo de participantes. O objetivo é o de obter maior consenso entre as respostas dos participantes.

O participante poderá alterar a sua resposta, utilizando a tabela anexa, com base nos mesmos critérios da 1ª rodada e de acordo com a tabela abaixo, considerando o grau de relevância, ou seja, se considera importante ou não a divulgação de informações sobre o item. Ressaltamos que a divulgação envolve os usuários internos e externos à instituição.

Pontuação	Descrição
0	Não deve ser divulgado
1	Deverá ser divulgado, mas o item é de menor importância
2	Importância intermediária
3	Extremamente importante

Foram excluídos, nesta 2ª rodada, 5 itens que receberam, por parte dos participantes, pontuação superior a 50% em relação a: pontuação 0 – não deve ser divulgado e pontuação 1 – deverá ser divulgado, mas o item é de menor importância.

Caso ocorra alguma dúvida, favor contatar pelo e-mail: emanoel@usp.br ou pelos telefones: (67) 8411-8786 ou (67) 3352-0989.

Atenciosamente.

Emanoel Marcos Lima
Dr. Carlos Alberto Pereira

APÊNDICE 6 – MODELOS DE REGRESSÃO SEM LOGARITMO

Modelo 1 – Sem Alavancagem

Dependent Variable: IDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 10:48

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
BF	0.102691	0.127146	0.807665	0.4207
CO	0.007475	0.042908	0.174212	0.8620
SUBVEN	0.021477	0.008791	2.443048	0.0158
SUDESTE	-0.031034	0.036564	-0.848764	0.3975
SUL	-0.018374	0.037042	-0.496017	0.6207
NORDESTE	-0.026637	0.039191	-0.679672	0.4979
MEDIA	0.002242	0.011714	0.191353	0.8485
GRATUIDADE	0.016716	0.029309	0.570322	0.5694
GRANDE	0.014867	0.009492	1.566359	0.1196
C	0.175290	0.039342	4.455544	0.0000
R-squared	0.120513	Mean dependent var	0.179926	
Adjusted R-squared	0.062312	S.D. dependent var	0.051092	
S.E. of regression	0.049474	Akaike info criterion	-3.108684	
Sum squared resid	0.332891	Schwarz criterion	-2.904328	
Log likelihood	236.9339	F-statistic	2.070628	
Durbin-Watson stat	2.030259	Prob(F-statistic)	0.036275

Series: Residuals
Sample 1 146
Observations 146

Mean 1.65E-17
Median -0.010134
Maximum 0.287791
Minimum -0.065238
Std. Dev. 0.047914
Skewness 2.717197
Kurtosis 13.34502

Jarque-Bera 830.6914
Probability 0.000000

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	0.715214	Probability	0.722360
Obs*R-squared	8.096535	Probability	0.704631

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 10:50

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.002191	0.007604	-0.288167	0.7737
BF	0.089671	0.082554	1.086211	0.2793
BF^2	-0.343063	0.373326	-0.918936	0.3598
CO	0.005157	0.007097	0.726675	0.4687
SUBVEN	0.000119	0.001485	0.079934	0.9364
SUDESTE	-0.000885	0.006053	-0.146270	0.8839
SUL	-0.000253	0.006140	-0.041141	0.9672
NORDESTE	-0.001491	0.006491	-0.229660	0.8187
MEDIA	-0.000143	0.001934	-0.073794	0.9413
GRATUIDADE	-0.005625	0.013030	-0.431695	0.6667
GRATUIDADE^2	0.003063	0.012019	0.254860	0.7992
GRANDE	0.001695	0.001574	1.077032	0.2834
R-squared	0.055456	Mean dependent var	0.002280	
Adjusted R-squared	-0.022081	S.D. dependent var	0.008039	
S.E. of regression	0.008127	Akaike info criterion	-6.708635	
Sum squared resid	0.008850	Schwarz criterion	-6.463407	
Log likelihood	501.7303	F-statistic	0.715214	
Durbin-Watson stat	2.063731	Prob(F-statistic)	0.722360	

Modelo 2 – Sem Gratuidade e Alavancagem

Dependent Variable: IDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 10:52

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
BF	0.097350	0.126488	0.769643	0.4428
CO	0.009022	0.042717	0.211209	0.8330
SUBVEN	0.021528	0.008769	2.455073	0.0153
SUDESTE	-0.029234	0.036338	-0.804507	0.4225
SUL	-0.016777	0.036845	-0.455343	0.6496
NORDESTE	-0.025517	0.039045	-0.653519	0.5145
MEDIA	0.002906	0.011628	0.249902	0.8030
GRANDE	0.014901	0.009468	1.573782	0.1178
C	0.177684	0.039021	4.553561	0.0000
R-squared	0.118410	Mean dependent var	0.179926	
Adjusted R-squared	0.066930	S.D. dependent var	0.051092	
S.E. of regression	0.049353	Akaike info criterion	-3.119994	
Sum squared resid	0.333687	Schwarz criterion	-2.936073	
Log likelihood	236.7596	F-statistic	2.300126	
Durbin-Watson stat	2.025880	Prob(F-statistic)	0.024113

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	0.852003	Probability	0.569818
Obs*R-squared	7.792489	Probability	0.555186

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 10:53

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.002428	0.007460	-0.325495	0.7453
BF	0.084901	0.081082	1.047100	0.2969
BF^2	-0.318701	0.366729	-0.869035	0.3864
CO	0.004672	0.006969	0.670331	0.5038
SUBVEN	0.000217	0.001433	0.151580	0.8797
SUDESTE	-0.001500	0.005923	-0.253312	0.8004
SUL	-0.000836	0.006004	-0.139271	0.8894
NORDESTE	-0.002002	0.006371	-0.314172	0.7539
MEDIA	-0.000238	0.001898	-0.125221	0.9005
GRANDE	0.001666	0.001555	1.071400	0.2859
R-squared	0.053373	Mean dependent var	0.002286	
Adjusted R-squared	-0.009271	S.D. dependent var	0.008001	
S.E. of regression	0.008038	Akaike info criterion	-6.743256	
Sum squared resid	0.008787	Schwarz criterion	-6.538899	
Log likelihood	502.2577	F-statistic	0.852003	
Durbin-Watson stat	2.060264	Prob(F-statistic)	0.569818	

Modelo 3 – Sem Benefícios Fiscais

Dependent Variable: IDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 10:54

Sample: 1 146

Included observations: 144

Excluded observations: 2

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
CO	0.008133	0.043315	0.187750	0.8514
SUBVEN	0.021980	0.008869	2.478324	0.0144
SUDESTE	-0.032591	0.036864	-0.884094	0.3782
SUL	-0.020823	0.037259	-0.558872	0.5772
NORDESTE	-0.027527	0.039567	-0.695714	0.4878
MEDIA	0.003600	0.011879	0.303046	0.7623
GRANDE	0.015042	0.009663	1.556645	0.1219
ALAVANCAGEM	-0.000977	0.003943	-0.247879	0.8046
GRATUIDADE	0.014690	0.029546	0.497184	0.6199
C	0.188311	0.036594	5.146022	0.0000
R-squared	0.113581	Mean dependent var	0.180288	
Adjusted R-squared	0.054045	S.D. dependent var	0.051354	
S.E. of regression	0.049947	Akaike info criterion	-3.088787	
Sum squared resid	0.334292	Schwarz criterion	-2.882550	
Log likelihood	232.3927	F-statistic	1.907780	
Durbin-Watson stat	2.066169	Prob(F-statistic)	0.055879

Series: Residuals
Sample 1 146
Observations 144

Mean -1.02E-17
Median -0.009375
Maximum 0.288806
Minimum -0.060730
Std. Dev. 0.048350
Skewness 2.719260
Kurtosis 13.23595

Jarque-Bera 806.1127
Probability 0.000000

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	0.570833	Probability	0.849667
Obs*R-squared	6.538945	Probability	0.835098

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 10:55

Sample: 1 146

Included observations: 144

Excluded observations: 2

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.003509	0.006248	0.561638	0.5753
CO	0.004722	0.007220	0.653986	0.5143
SUBVEN	0.000384	0.001503	0.255578	0.7987
SUDESTE	-0.001267	0.006159	-0.205736	0.8373
SUL	-0.000719	0.006238	-0.115197	0.9085
NORDESTE	-0.002079	0.006601	-0.315028	0.7532
MEDIA	-0.000123	0.001992	-0.061867	0.9508
GRANDE	0.001947	0.001604	1.213626	0.2271
ALAVANCAGEM	-0.000979	0.001958	-0.499928	0.6180
ALAVANCAGEM^2	7.22E-05	0.000169	0.427969	0.6694
GRATUIDADE	-0.004164	0.013211	-0.315200	0.7531
GRATUIDADE^2	0.001321	0.012183	0.108456	0.9138
R-squared	0.045409	Mean dependent var	0.002321	
Adjusted R-squared	-0.034140	S.D. dependent var	0.008149	
S.E. of regression	0.008287	Akaike info criterion	-6.668657	
Sum squared resid	0.009065	Schwarz criterion	-6.421173	
Log likelihood	492.1433	F-statistic	0.570833	
Durbin-Watson stat	2.084489	Prob(F-statistic)	0.849667	

Modelo 4 – Sem Benefícios Fiscais e Alavancagem

Dependent Variable: IDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 10:56

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
CO	0.008059	0.042848	0.188083	0.8511
SUBVEN	0.022203	0.008734	2.542162	0.0121
SUDESTE	-0.032904	0.036444	-0.902852	0.3682
SUL	-0.021012	0.036851	-0.570184	0.5695
NORDESTE	-0.027390	0.039130	-0.699965	0.4851
MEDIA	0.003476	0.011600	0.299628	0.7649
GRANDE	0.015229	0.009469	1.608242	0.1101
GRATUIDADE	0.014972	0.029192	0.512878	0.6089
C	0.187751	0.036145	5.194425	0.0000
R-squared	0.116295	Mean dependent var	0.179926	
Adjusted R-squared	0.064692	S.D. dependent var	0.051092	
S.E. of regression	0.049412	Akaike info criterion	-3.117598	
Sum squared resid	0.334487	Schwarz criterion	-2.933677	
Log likelihood	236.5846	F-statistic	2.253635	
Durbin-Watson stat	2.034793	Prob(F-statistic)	0.027110

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	0.702615	Probability	0.705635
Obs*R-squared	6.486885	Probability	0.690371

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 10:57

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.003158	0.006139	0.514410	0.6078
CO	0.004681	0.007134	0.656206	0.5128
SUBVEN	0.000414	0.001480	0.279865	0.7800
SUDESTE	-0.001436	0.006078	-0.236317	0.8135
SUL	-0.000895	0.006154	-0.145492	0.8845
NORDESTE	-0.001981	0.006521	-0.303825	0.7617
MEDIA	-4.21E-05	0.001928	-0.021847	0.9826
GRANDE	0.002001	0.001570	1.273997	0.2048
GRATUIDADE	-0.004144	0.013043	-0.317719	0.7512
GRATUIDADE^2	0.001442	0.012030	0.119824	0.9048
R-squared	0.044431	Mean dependent var	0.002291	
Adjusted R-squared	-0.018805	S.D. dependent var	0.008115	
S.E. of regression	0.008191	Akaike info criterion	-6.705579	
Sum squared resid	0.009124	Schwarz criterion	-6.501223	
Log likelihood	499.5073	F-statistic	0.702615	
Durbin-Watson stat	2.062181	Prob(F-statistic)	0.705635	

Modelo 5 – Sem Alavancagem, Benefícios Fiscais e Gratuidade

Dependent Variable: IDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 10:58

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
CO	0.009425	0.042651	0.220978	0.8254
SUBVEN	0.022215	0.008710	2.550394	0.0119
SUDESTE	-0.031195	0.036195	-0.861866	0.3903
SUL	-0.019451	0.036627	-0.531047	0.5962
NORDESTE	-0.026346	0.038973	-0.676003	0.5002
MEDIA	0.004016	0.011521	0.348580	0.7279
GRANDE	0.015242	0.009444	1.613947	0.1088
C	0.189323	0.035918	5.270973	0.0000
R-squared	0.114598	Mean dependent var	0.179926	
Adjusted R-squared	0.069686	S.D. dependent var	0.051092	
S.E. of regression	0.049280	Akaike info criterion	-3.129378	
Sum squared resid	0.335130	Schwarz criterion	-2.965893	
Log likelihood	236.4446	F-statistic	2.551632	
Durbin-Watson stat	2.030062	Prob(F-statistic)	0.016787

Series: Residuals

Sample 1 146

Observations 146

Mean 2.01E-17
 Median -0.008298
 Maximum 0.288168
 Minimum -0.060144
 Std. Dev. 0.048075
 Skewness 2.712663
 Kurtosis 13.29685

Jarque-Bera 824.0438
 Probability 0.000000

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	0.878544	Probability	0.525262
Obs*R-squared	6.228742	Probability	0.513309

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 10:59

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.002859	0.005904	0.484186	0.6290
CO	0.004318	0.007011	0.615945	0.5389
SUBVEN	0.000470	0.001432	0.327961	0.7434
SUDESTE	-0.001956	0.005950	-0.328710	0.7429
SUL	-0.001380	0.006021	-0.229268	0.8190
NORDESTE	-0.002372	0.006407	-0.370254	0.7118
MEDIA	-0.000143	0.001894	-0.075547	0.9399
GRANDE	0.001956	0.001552	1.259734	0.2099
R-squared	0.042663	Mean dependent var	0.002295	
Adjusted R-squared	-0.005898	S.D. dependent var	0.008077	
S.E. of regression	0.008101	Akaike info criterion	-6.740479	
Sum squared resid	0.009056	Schwarz criterion	-6.576994	
Log likelihood	500.0550	F-statistic	0.878544	
Durbin-Watson stat	2.062696	Prob(F-statistic)	0.525262	

Modelo 6 – Só Subvenção

Dependent Variable: IDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 11:00

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
SUBVEN	0.025599	0.008334	3.071463	0.0025
C	0.169231	0.005387	31.41327	0.0000
R-squared	0.061485	Mean dependent var	0.179926	
Adjusted R-squared	0.054968	S.D. dependent var	0.051092	
S.E. of regression	0.049668	Akaike info criterion	-3.153313	
Sum squared resid	0.355233	Schwarz criterion	-3.112442	
Log likelihood	232.1918	F-statistic	9.433882	
Durbin-Watson stat	2.101043	Prob(F-statistic)	0.002547

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	0.188333	Probability	0.664957
Obs*R-squared	0.190700	Probability	0.662335

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 11:00

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.002165	0.000956	2.265046	0.0250
SUBVEN	0.000642	0.001479	0.433974	0.6650
R-squared	0.001306	Mean dependent var		0.002433
Adjusted R-squared	-0.005629	S.D. dependent var		0.008788
S.E. of regression	0.008812	Akaike info criterion		-6.611742
Sum squared resid	0.011182	Schwarz criterion		-6.570871
Log likelihood	484.6572	F-statistic		0.188333
Durbin-Watson stat	2.065762	Prob(F-statistic)		0.664957

APÊNDICE 7 – MODELOS DE REGRESSÃO COM LOGARITMO

Modelo 1 – Todas Variáveis

Dependent Variable: LNIDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/16/09 Time: 12:54

Sample: 1 146

Included observations: 145

Excluded observations: 1

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
SUL	-6.500992	7.074249	-0.918966	0.3598
SUDESTE	-9.119294	7.006966	-1.301461	0.1953
SUBVEN	4.971128	1.629755	3.050231	0.0028
NORDESTE	-7.532423	7.403419	-1.017425	0.3108
MEDIA	1.258080	2.160182	0.582395	0.5613
LNGRAT	0.161708	0.095448	1.694205	0.0925
LNBF	0.151829	0.155476	0.976542	0.3306
LNALAV	-0.000761	0.007521	-0.101211	0.9195
GRANDE	2.131847	1.847056	1.154186	0.2505
CO	-2.243489	8.128480	-0.276003	0.7830
C	-134.7751	35.75595	-3.769306	0.0002
R-squared	0.161312	Mean dependent var	-75.59310	
Adjusted R-squared	0.098724	S.D. dependent var	9.594918	
S.E. of regression	9.108990	Akaike info criterion	7.329231	
Sum squared resid	11118.48	Schwarz criterion	7.555052	
Log likelihood	-520.3692	F-statistic	2.577343	
Durbin-Watson stat	2.087524	Prob(F-statistic)	0.006937

Series: Residuals
Sample 1 146
Observations 145

Mean -98.96432
Median -107.8612
Maximum -1.233497
Minimum -152.9218
Std. Dev. 21.80444
Skewness 1.808920
Kurtosis 6.938402

Jarque-Bera 172.7903
Probability 0.000000

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	2.233711	Probability	0.011312
Obs*R-squared	26.30962	Probability	0.015444

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 15:12

Sample: 1 146

Included observations: 145

Excluded observations: 1

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	25872.29	19457.23	1.329701	0.1859
SUL	2092.747	2749.305	0.761191	0.4479
SUDESTE	2493.627	2731.275	0.912990	0.3629
SUBVEN	-1189.100	605.8813	-1.962596	0.0518
NORDESTE	1957.523	2866.084	0.682996	0.4958
MEDIA	-175.1786	808.1184	-0.216773	0.8287
LNGRAT	-438.7670	447.6903	-0.980068	0.3289
LNGRAT^2	1.046014	1.084421	0.964583	0.3365
LNBF	229.9831	403.0452	0.570614	0.5692
LNBF^2	-0.426507	1.021737	-0.417433	0.6770
LNALAV	-2.425704	8.815916	-0.275151	0.7836
LNALAV^2	0.002150	0.007290	0.294983	0.7685
GRANDE	-734.3703	668.7794	-1.098075	0.2742
CO	358.4281	3212.119	0.111586	0.9113
R-squared	0.181446	Mean dependent var	10266.09	
Adjusted R-squared	0.100215	S.D. dependent var	3544.139	
S.E. of regression	3361.864	Akaike info criterion	19.16995	
Sum squared resid	1.48E+09	Schwarz criterion	19.45735	
Log likelihood	-1375.821	F-statistic	2.233711	
Durbin-Watson stat	2.045611	Prob(F-statistic)	0.011312	

Modelo 2 – Sem Alavancagem

Dependent Variable: LNIDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/16/09 Time: 12:55

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
SUL	-6.523231	7.014568	-0.929955	0.3540
SUDESTE	-9.133776	6.940938	-1.315928	0.1904
SUBVEN	4.968823	1.615140	3.076404	0.0025
NORDESTE	-7.536876	7.346166	-1.025961	0.3067
MEDIA	1.194463	2.120450	0.563307	0.5742
LNGRAT	0.161218	0.094592	1.704351	0.0906
LNBF	0.144638	0.150396	0.961711	0.3379
GRANDE	2.134486	1.827830	1.167771	0.2449
CO	-2.236046	8.064369	-0.277275	0.7820
C	-133.2529	34.75076	-3.834531	0.0002
R-squared	0.162873	Mean dependent var	-75.63014	
Adjusted R-squared	0.107475	S.D. dependent var	9.572240	
S.E. of regression	9.043233	Akaike info criterion	7.307945	
Sum squared resid	11122.09	Schwarz criterion	7.512302	
Log likelihood	-523.4800	F-statistic	2.940053	
Durbin-Watson stat	2.072734	Prob(F-statistic)	0.003216

Series: Residuals
Sample 1 146
Observations 146

Mean -99.03008
Median -107.8576
Maximum -1.155417
Minimum -152.0197
Std. Dev. 21.72324
Skewness 1.830653
Kurtosis 7.001942

Jarque-Bera 178.9760
Probability 0.000000

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	2.637658	Probability	0.004400
Obs*R-squared	25.98595	Probability	0.006521

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 15:14

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	26479.23	18302.32	1.446768	0.1503
SUL	1999.015	2702.787	0.739613	0.4608
SUDESTE	2401.396	2683.231	0.894964	0.3724
SUBVEN	-1205.426	597.6435	-2.016965	0.0457
NORDESTE	1888.221	2823.382	0.668780	0.5048
MEDIA	-154.8881	782.4188	-0.197961	0.8434
LNGRAT	-422.1190	431.3987	-0.978489	0.3296
LNGRAT^2	1.003407	1.043763	0.961336	0.3381
LNBF	208.3719	389.5254	0.534938	0.5936
LNBF^2	-0.375210	0.984190	-0.381237	0.7036
GRANDE	-725.3166	649.4523	-1.116813	0.2661
CO	244.2420	3151.910	0.077490	0.9383
R-squared	0.177986	Mean dependent var	10275.62	
Adjusted R-squared	0.110507	S.D. dependent var	3525.727	
S.E. of regression	3325.217	Akaike info criterion	19.13507	
Sum squared resid	1.48E+09	Schwarz criterion	19.38030	
Log likelihood	-1384.860	F-statistic	2.637658	
Durbin-Watson stat	2.025424	Prob(F-statistic)	0.004400	

Modelo 3 – Sem Benefícios Fiscais

Dependent Variable: LNIDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 15:17

Sample: 1 146

Included observations: 145

Excluded observations: 1

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
LNGRAT	-0.014642	0.123333	-0.118718	0.9057
LNALAV	-4.72E-05	0.017837	-0.002649	0.9979
MEDIA	2.455639	5.054011	0.485879	0.6278
NORDESTE	-11.14530	17.15257	-0.649774	0.5169
SUBVEN	11.41363	3.801578	3.002339	0.0032
SUDESTE	-14.16717	15.97287	-0.886952	0.3767
SUL	-8.778537	16.09638	-0.545373	0.5864
GRANDE	7.068129	4.135151	1.709279	0.0897
CO	3.221274	19.32317	0.166705	0.8679
C	-167.7620	27.43816	-6.114183	0.0000
R-squared	0.138370	Mean dependent var	-174.2483	
Adjusted R-squared	0.080928	S.D. dependent var	22.29117	
S.E. of regression	21.37015	Akaike info criterion	9.028340	
Sum squared resid	61652.28	Schwarz criterion	9.233632	
Log likelihood	-644.5546	F-statistic	2.408862	
Durbin-Watson stat	2.027031	Prob(F-statistic)	0.014465

Series: Residuals

Sample 1 146

Observations 145

Mean -3.70E-14

Median -4.376853

Maximum 100.9662

Minimum -28.24945

Std. Dev. 20.69156

Skewness 1.870342

Kurtosis 7.519100

Jarque-Bera 207.9238

Probability 0.000000

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	0.807371	Probability	0.632584
Obs*R-squared	9.076310	Probability	0.614849

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 15:18

Sample: 1 146

Included observations: 145

Excluded observations: 1

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-3785.518	5432.799	-0.696790	0.4872
LNGRAT	42.05007	48.84580	0.860874	0.3909
LNGRAT^2	-0.096194	0.106123	-0.906437	0.3663
LNALAV	-0.615999	2.836689	-0.217154	0.8284
LNALAV^2	0.000401	0.002345	0.170875	0.8646
MEDIA	2.406068	263.7978	0.009121	0.9927
NORDESTE	-610.0115	900.6440	-0.677306	0.4994
SUBVEN	170.6467	195.8913	0.871129	0.3853
SUDESTE	-582.4513	844.7682	-0.689481	0.4917
SUL	-460.6678	848.8071	-0.542724	0.5882
GRANDE	271.6193	214.2547	1.267740	0.2071
CO	535.8049	994.2829	0.538886	0.5909
R-squared	0.062595	Mean dependent var	425.1881	
Adjusted R-squared	-0.014934	S.D. dependent var	1089.376	
S.E. of regression	1097.480	Akaike info criterion	16.91855	
Sum squared resid	1.60E+08	Schwarz criterion	17.16490	
Log likelihood	-1214.595	F-statistic	0.807371	
Durbin-Watson stat	2.119001	Prob(F-statistic)	0.632584	

Modelo 4 – Sem Benefícios Fiscais, Alavancagem e Gratuidade

Dependent Variable: LNIDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 15:19

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
MEDIA	2.434797	4.941852	0.492689	0.6230
NORDESTE	-11.51383	16.71736	-0.688735	0.4921
SUBVEN	11.47780	3.736345	3.071932	0.0026
SUDESTE	-14.55899	15.52564	-0.937739	0.3500
SUL	-9.114458	15.71116	-0.580126	0.5628
GRANDE	7.062746	4.050897	1.743502	0.0835
CO	2.532042	18.29493	0.138401	0.8901
C	-170.4778	15.40704	-11.06493	0.0000
R-squared	0.140160	Mean dependent var	-174.3356	
Adjusted R-squared	0.096545	S.D. dependent var	22.23923	
S.E. of regression	21.13843	Akaike info criterion	8.993299	
Sum squared resid	61663.01	Schwarz criterion	9.156784	
Log likelihood	-648.5108	F-statistic	3.213580	
Durbin-Watson stat	2.013103	Prob(F-statistic)	0.003471

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	1.202132	Probability	0.305656
Obs*R-squared	8.391074	Probability	0.299375

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 15:20

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	612.6254	788.8881	0.776568	0.4387
MEDIA	12.86157	253.0380	0.050829	0.9595
NORDESTE	-482.7859	855.9802	-0.564015	0.5737
SUBVEN	171.3746	191.3124	0.895784	0.3719
SUDESTE	-456.4394	794.9607	-0.574166	0.5668
SUL	-333.6511	804.4597	-0.414752	0.6790
GRANDE	282.1548	207.4184	1.360317	0.1759
CO	487.4825	936.7567	0.520394	0.6036
R-squared	0.057473	Mean dependent var	422.3494	
Adjusted R-squared	0.009664	S.D. dependent var	1087.621	
S.E. of regression	1082.353	Akaike info criterion	16.86490	
Sum squared resid	1.62E+08	Schwarz criterion	17.02838	
Log likelihood	-1223.138	F-statistic	1.202132	
Durbin-Watson stat	2.090491	Prob(F-statistic)	0.305656	

Modelo 5 – Sem Gratuidades

Dependent Variable: LNIDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 15:21

Sample: 1 146

Included observations: 145

Excluded observations: 1

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
MEDIA	2.566582	5.032328	0.510019	0.6109
NORDESTE	-11.06269	16.87764	-0.655464	0.5133
SUBVEN	11.43023	3.775852	3.027194	0.0030
SUDESTE	-14.56600	15.68304	-0.928774	0.3547
SUL	-9.392363	15.86275	-0.592102	0.5548
GRANDE	7.548344	4.165893	1.811939	0.0722
CO	5.165013	18.77620	0.275083	0.7837
LNALAV	0.003534	0.018204	0.194149	0.8464
LNBF	-0.105715	0.138707	-0.762144	0.4473
C	-149.7686	31.27108	-4.789364	0.0000
R-squared	0.141972	Mean dependent var	-174.2483	
Adjusted R-squared	0.084770	S.D. dependent var	22.29117	
S.E. of regression	21.32544	Akaike info criterion	9.024151	
Sum squared resid	61394.55	Schwarz criterion	9.229443	
Log likelihood	-644.2509	F-statistic	2.481942	
Durbin-Watson stat	2.028062	Prob(F-statistic)	0.011806

Series: Residuals
Sample 1 146
Observations 145

Mean -7.84E-15
Median -4.691868
Maximum 101.7958
Minimum -28.71084
Std. Dev. 20.64827
Skewness 1.893351
Kurtosis 7.610956

Jarque-Bera 215.0835
Probability 0.000000

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	0.866931	Probability	0.574262
Obs*R-squared	9.701076	Probability	0.557459

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 15:21

Sample: 1 146

Included observations: 145

Excluded observations: 1

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-7602.616	5563.445	-1.366530	0.1741
MEDIA	-3.414253	262.7302	-0.012995	0.9897
NORDESTE	-456.4607	871.9088	-0.523519	0.6015
SUBVEN	150.1201	195.2631	0.768809	0.4434
SUDESTE	-383.9552	814.1711	-0.471590	0.6380
SUL	-251.0200	822.5729	-0.305164	0.7607
GRANDE	239.2344	217.2277	1.101307	0.2728
CO	650.2091	983.5240	0.661101	0.5097
LNALAV	-1.376298	2.865456	-0.480307	0.6318
LNALAV^2	0.000883	0.002357	0.374823	0.7084
LNBF	73.75442	48.94870	1.506770	0.1342
LNBF^2	-0.161696	0.107520	-1.503867	0.1350
R-squared	0.066904	Mean dependent var	423.4107	
Adjusted R-squared	-0.010269	S.D. dependent var	1092.438	
S.E. of regression	1098.033	Akaike info criterion	16.91956	
Sum squared resid	1.60E+08	Schwarz criterion	17.16591	
Log likelihood	-1214.668	F-statistic	0.866931	
Durbin-Watson stat	2.122351	Prob(F-statistic)	0.574262	

Modelo 6 – Só Subvenção e Gratuidade

Dependent Variable: LNIDIESFB

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 15:23

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
SUBVEN	13.29330	3.636936	3.655082	0.0004
LNGRAT	0.031774	0.113469	0.280022	0.7799
C	-186.5319	24.06900	-7.749882	0.0000
R-squared	0.085939	Mean dependent var	-174.3356	
Adjusted R-squared	0.073155	S.D. dependent var	22.23923	
S.E. of regression	21.41033	Akaike info criterion	8.985958	
Sum squared resid	65551.49	Schwarz criterion	9.047265	
Log likelihood	-652.9749	F-statistic	6.722335	
Durbin-Watson stat	2.087430	Prob(F-statistic)	0.001621

Series: Residuals
Sample 1 146
Observations 146

Mean 7.79E-16
Median -7.045263
Maximum 102.7959
Minimum -20.68807
Std. Dev. 21.26216
Skewness 2.068316
Kurtosis 8.198502

Jarque-Bera 268.4949
Probability 0.000000

White Heteroskedasticity Test:

F-statistic	0.489617	Probability	0.690039
Obs*R-squared	1.494766	Probability	0.683479

Test Equation:

Dependent Variable: RESID^2

Method: Least Squares

Date: 01/18/09 Time: 15:23

Sample: 1 146

Included observations: 146

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-2621.987	5596.965	-0.468466	0.6402
SUBVEN	220.0866	206.5924	1.065318	0.2885
LNGRAT	26.84606	48.55345	0.552918	0.5812
LNGRAT^2	-0.059910	0.105484	-0.567954	0.5710
R-squared	0.010238	Mean dependent var	448.9828	
Adjusted R-squared	-0.010672	S.D. dependent var	1208.769	
S.E. of regression	1215.202	Akaike info criterion	17.07022	
Sum squared resid	2.10E+08	Schwarz criterion	17.15197	
Log likelihood	-1242.126	F-statistic	0.489617	
Durbin-Watson stat	2.084278	Prob(F-statistic)	0.690039	

ANEXOS

ANEXO A – ITENS ÍNDICE E SEUS PESOS

ANEXO B – ITENS DE *DISCLOSURE DELPHI*

ANEXO C – ITENS DE *DISCLOSURE* – APÓS *DELPHI*

ANEXO D - CARTA PEDIDO AO CNAS

ANEXO E - RESPOSTA DO CNAS

ANEXO A – ITENS ÍNDICE E SEUS PESOS

OVERVIEW	Weight
Statement of Objectives	3
Descriptive report/General review	3
Summary Facts & Figures	1
Financial Review	1
Accounting Policies	2
Directory Information	1
	11
SERVICE PERFORMANCE	
Student numbers	3
Graduates	2
Employment/Education.destination of Graduates	1
Publications	3
Student - faculty ratio	3
Targets	2
	14
FINANCIAL PERFORMANCE	
Operating Statement	3
Depreciation	1
Budget information	2
Unit Cost per Student	2
Statement of Cash Flows	2
Research Grants	2
Overhead allocation	2
	14
PHYSICAL & FINANCIAL CONDITION	
Balance Sheet	3
Facult/Staff	3
Library	2
Investments	1
Commitments & Contingencies	2
Equal employment and educational equity information	2
Buildings usage	1
	14
TOTAL WEIGHTS	53

ANEXO B - ITENS DE *DISCLOSURE* - *DELPHI*

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>
Características qualitativas do relatório
Relevância
Oportunidade
Acessibilidade
Visão Geral: Relatório Anual
Relatório de Auditores
Demonstração de Políticas Contábeis
Demonstração da responsabilidade gerencial
Breve resumo – pontos relevantes (dentro do relatório anual)
Informações da Diretoria (ex. tabela de índices, nomes e funções dos funcionários, etc.)
Breve resumo – pontos relevantes (como um documento em separado ao relatório)
Visão Geral: Universidade
Demonstração dos objetivos
Revisão financeira (narrativa)
Estatística dos fatos e números principais
Relatório descritivo/revisão geral (narrativa)
Informações futuras
Revisão e Relatórios sobre estudantes (atividades desenvolvidas extraclasse, participações em eventos, etc.)
Relatório do Chancellor
Serviço: Comunitário
Outros serviços educacionais fornecidos na comunidade (por exemplo cursos de extensão)
Descrição do serviço comunitário nacional – se a entidade realiza alguma atividade comunitária em nível nacional
Descrição do serviço comunitário local – se a entidade realiza alguma atividade comunitária em nível local
Descrição do serviço comunitário internacional – se a entidade realiza alguma atividade comunitária em nível internacional
Informações sobre relacionamento entre cidade e estudantes – se são desenvolvidas algumas atividades que relacionam estudantes e a sociedade
Se os serviços comunitários foram solicitados pela comunidade ou voluntariamente pela universidade
Serviço: Geral
Alcance dos objetivos e metas
Demonstração do desempenho dos serviços
Comentário interpretativo (explicação do desempenho dos serviços)
Análise dos serviços aos estudantes
Treinamento e desenvolvimento dos funcionários
Informações de oportunidade de emprego uniforme – se todos indistintamente possuem as mesmas informações sobre as oportunidades de emprego
Informações sobre saúde e segurança – qual a estrutura oferecida pela instituição
Informações relacionadas ao ambiente
Número de vagas em creches a cada 100 EFTS (alunos)
Qualificação dos funcionários em geral
Qualidade do requerente/candidato para a posição/função
Serviço: Ensino
Números de estudantes (matrículas pagantes e bolsistas, total e área de ensino)
% das mensalidades do total da receita (total e área de ensino)
\$ Valor das concessões (convênios) operacionais do governo
\$ Valor das concessões (convênios) operacionais de outras fontes
Demanda de novas vagas comparadas com ano anterior
Nº de novas vagas criadas comparadas com ano anterior
Novos estudantes por área de programa

Nº e proporção de grupos igualitários designados por programa – (ex. grupos raciais, masculino, feminino, deficientes, cotas, etc.)
Nº de estudantes aprovados admitidos sem condições de fazer matrícula no curso escolhido –Bolsista
Nº de estudantes aprovados não admitidos – falta de vagas
Matrículas atuais relativas às demandas de novas vagas
Qualificação dos estudantes admitidos
Total dos cursos de doutorado da universidade como % do total dos cursos de doutorado (no estado e cidade)
Total de alunos – proporção de faixa etária de 18-24
Nº de vagas disponíveis nos programas de carreira (cursos técnicos, sequenciais) como % de todos os programas
Ensino: Processo
Estudantes: proporção de funcionários (total e área de ensino) - funcionários que trabalham diretamente com o ensino
Processos que ocorrem para garantir qualidade dos programas de ensino
Custos por aluno (total e área de ensino)
% de estudantes em tempo integral e tempo parcial em cursos externos
Despesas com a biblioteca como % das despesas operacionais e \$ por aluno
% de estudantes em graus mais elevados (lato sensu, strictu sensu)
Nº de cursos de Pós-Graduação - PG estudo/curso
Nº de cursos de Graduação – UG estudo/curso
Despesas com serviços estudantis por aluno
Estoque da Biblioteca – quantidade de livros
Funcionários Total (total/grupos igualitários*)
Espaço para ensino (incluindo laboratórios de ensino) por aluno
Funcionários do Ensino (antiguidade/estabilidade/qualificação/grupos igualitários*)
Espaço para ensino (incluindo laboratórios de ensino) como % do espaço total
Valor do Auxílio Financeiro para estudantes
Proporção em relação ao total de funcionários com PhD
Nº de camas por 100 EFTS (alunos)
Ensino: produção/resultado
Despesas por aluno (total e área de ensino)
Nº e % de alunos que completaram seus programas de estudo (total e área de ensino)
Nº e % de estudantes que continuam para mais estudos e grupos igualitários*
Grupos igualitários* de estudantes formados como % do total formados (total e área de ensino)
Grau de honras concedidas como % do grau total
Nº e % de formados empregados (total e área de ensino e grupos igualitários)
Medidas de satisfação dos estudantes ao término do programa
% de conclusão de alunos cada ano antes da graduação – % de alunos que concluem o ano letivo antes da conclusão do curso
Despesas por aluno por ano (total e área de ensino)
Índice de aprovação unitária de estudantes
Relatórios de revisão externa dos departamentos – MEC
Alguns critérios e medidas de impactos devem ser desenvolvidos
Medidas de satisfação dos estudantes em estágios intermediários
Taxa total de abandono
% de grupos igualitários* de estudantes em cada ano letivo
Nº de cursos de graduação – UG completados/100 EFTS (alunos)
Satisfação dos empregadores com estudantes antigos
Tempo médio para completar o curso
Nº de grupos igualitários* de estudantes em estágios intermediários como % do original (início)
Satisfação dos antigos estudantes em intervalos após a graduação (2 anos, 5 anos, etc.)
Despesas por ano completo de programa por estudante
Valor adicionado (medidas de entrada e qualidade do resultado) entrada/saída – Avaliação MEC (Enade)
Taxa de retorno (medidas de qualidade ajustadas de produtividade) –

Nº de cursos de graduação UG completos/funcionários do ensino
Ranking de graduados sobre sistema normalizado de pontuação - exemplo MEC
Serviço: Pesquisa
Nº de estudantes mestres e PhD (total e área de ensino)
Resultados de pesquisa (concessões e contratos)(\$/\$ por acadêmico e área de ensino)
Nº de concessão e bolsas de pesquisas
Nº de graduados mestres e PhD (total e área de ensino)
Contribuição do setor privado para a pesquisa \$
Publicações/patentes/direitos autorais (total e área de ensino)
Nº de pesquisas e estudantes patrocinados
Relatórios de revisões externas dos departamentos – por exemplo MEC
Qualidade de pesquisas produzidas pelos funcionários
Apresentação de conferências (total e área de ensino)
Avaliação global da pesquisa
Qualidade da pesquisa produzida pelos estudantes
Visão dos graduados sobre a importância de seus graus para trabalho e mercado disponível
Distinção entre bem público e pesquisa básica e ênfase sobre cada um pela universidade
Destinação das pesquisas dos graduados
Citações
Financeiro
Demonstração das Operações – DRE
Comparativo dos números com ano anterior - Balanço
Balanço Patrimonial
Demonstração de Fluxo de Caixa
Demonstração de Obrigações – detalhada
Valor total das propriedades (terreno, construção, melhorias) – detalhada
Demonstração de contingências passivas – detalhada
Demonstração dos custos dos serviços – detalhada
Investimentos – detalhada
Coeficientes financeiros (ex. coeficientes contábeis comuns) – Coeficientes atuais, alavancagem (dívida de capital), outros coeficientes financeiros básicos, e alguns outros coeficientes não financeiros.
Depreciação – detalhada
Demonstração de movimentações no patrimônio (ex. proprietários) – DMPL
Informação do orçamento
Informação narrativa sobre maiores variações no orçamento
Alocação dos Overhead – critério para alocação dos custos
Total dos custos de remuneração dos empregados
Custos do ensino
Custos da pesquisa (Custos por aluno combinado com os custos de ensino e pesquisa)
Custo de cumprimento com exigências do governo
Bolsas de estudo, assistência social e tributos.
Movimentos nos ativos físicos – compra e venda
Vencimento de empréstimos e linhas de crédito
Perdas/Ganhos sobre vendas de ativos
Custos de Aluguel e Arrendamento
Informação financeira e performance detalhada em nível de faculdade

* Grupos igualitários – grupos do sexo feminino, masculino, deficientes, minorias, raciais, etc.

EFTS – Estudantes em tempo integral e parcial

FONTE: Coy e Dixon (2004, p.96-100)

ANEXO C - ITENS DE *DISCLOSURE* – APÓS *DELPHI*

Características qualitativas do relatório ou item de <i>disclosure</i>
Características qualitativas do relatório
Oportunidade
Visão Geral: Relatório Anual
Relatório de Auditores
Demonstração de Políticas Contábeis
Informações da Diretoria
Demonstração da responsabilidade gerencial
Breve resumo
Visão Geral: Universidade
Demonstração dos objetivos
Relatório descritivo/revisão geral
Revisão financeira
Estatística dos fatos e números principais
Informações futuras
Itens Financeiro
Demonstração do desempenho financeiro
Demonstração de Fluxo de Caixa
Demonstração dos custos dos serviços
Demonstração da posição financeira
Informação orçamentária
Alocação do Overhead
Depreciação
Coeficientes financeiros
Investimentos
Valor total das propriedades
Obrigações e contingências
Serviço: Geral
Alcance dos objetivos e metas
Comentário interpretativo
Análise dos serviços aos estudantes
Treinamento e desenvolvimento dos funcionários
Informações de oportunidade de emprego uniforme
Informações relacionadas ao ambiente
Informações sobre saúde e segurança
Serviço: Ensino
Input (de estudantes e recursos)
Números de estudantes
Custo por EFTS
Receitas
Funcionários
Grupo de informação patrimonial
Qualificação dos estudantes admitidos
Espaço
Auxílio financeiro
Serviço: Ensino
Processo
Estudantes: percentual de funcionários
Processos que ocorrem para garantir qualidade dos programas de ensino
Serviço de informação da biblioteca
Serviço de informação computadorizado
Área de estudo
Serviço: Ensino

Produção/resultado
Formandos
Destino dos estudantes
Revisão dos departamentos
Índice de aprovação
Satisfação dos estudantes
Satisfação dos empregadores
Nº de cursos de graduação UG completos/100 EFTS
Média de tempo para completar o programa
Serviço: Pesquisa
Formandos
Estudantes de pós-graduação
Resultado da pesquisa
Publicações
Destino das pesquisas dos formandos
Serviço: Comunitário
Serviço comunitário local
Serviço comunitário nacional
Serviço comunitário internacional

EFTS – Estudantes em tempo integral e parcial

FONTE: Coy e Dixon (2004, p.101-103)

ANEXO D - CARTA PEDIDO AO CNAS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

São Paulo, 10 de outubro de 2008.

Ilma. Sr^a Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

O professor Emanuel Marcos Lima é aluno do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, *strictu sensu*, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Atualmente, o aluno encontra-se em fase de realização de pesquisa para elaboração da sua tese, a qual aborda as Instituições de Ensino Superior portadoras do Certificado e Entidade Beneficente de Assistência Social – CEAS e possui dois objetivos principais:

- 1 – verificar, através de respostas a questionário a ser aplicado a diversos *stakeholders* dessas instituições, que tipos de informações são considerados relevantes para fins de divulgação externa (*disclosure*); e
- 2 – elaborar, a partir das informações divulgadas pelas instituições objeto da pesquisa, índice de *disclosure* das instituições de ensino brasileiras.

Para o alcance do primeiro objetivo, será utilizada a técnica Delphi que implica na resposta ao questionário previamente elaborado pelo pesquisador, por parte de um grupo de pessoas e representantes de entidades que possuem interesse nas informações dessas instituições. Todos os participantes terão suas identidades preservadas, não existindo qualquer relacionamento direto entre os mesmos. De acordo com essa técnica, o questionário poderá retornar aos respondentes, para que estes reavaliem as suas respostas, caso existam muitas divergências entre as respostas do grupo.

Quanto ao segundo objetivo, será necessário obter informações com base em Demonstrações Contábeis, Relatórios de Atividades e de Administração dessas instituições, especialmente junto aos órgãos que possuem acesso a tais informações.

Diante dos aspectos acima apresentados, solicitamos a V.Sa. autorização para:

- a) participação de um representante do CNAS, no período entre outubro a dezembro de 2008, no grupo que irá responder o questionário; e
- b) disponibilização das demonstrações contábeis, notas explicativas, pareceres de auditoria, relatórios de atividades e outras informações disponíveis sobre as instituições de ensino superior que possuem o CEAS do período de 2006 e 2007.

Uma vez concedida a sua autorização para a realização da pesquisa, o aluno se compromete, após a conclusão de seu trabalho, a encaminhar cópia do relatório final, a fim de que o mesmo seja levado ao conhecimento dos Conselheiros do CNAS.

Nesses Termos,

P. Deferimento.

Prof. Dr. Gilberto A. Martins
Coordenador do Programa de Pós-graduação
em Ciências Contábeis do Departamento de
Contabilidade e Atuária-FEA/USP

Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira
Orientador

Av. Professor Luciano Gualberto, 908 – Cidade Universitária – São Paulo – SP – CEP 05508-900
Caixa Postal no. 11 498 – Tel: 3091-5811 – Fax: 3814-3814

ANEXO E - RESPOSTA DO CNAS

----- Mensagem encaminhada de presidencia.cnas@mds.gov.br -----

Data: Mon, 24 Nov 2008 10:26:14 -0200

De: Presidencia CNAS <presidencia.cnas@mds.gov.br>

Endereço para Resposta (Reply-To): Presidencia CNAS <presidencia.cnas@mds.gov.br>

Assunto: Pesquisa - Tese

Para: emanoel@usp.br

Cc: Valdete de Barros Martins <valdetebarros@gmail.com>, Maria das Mercês de Avelino Carvalho <maria.carvalho@mds.gov.br>

Senhor Emanuel Marcos Lima,

Conforme encaminhamento da Presidência Ampliada do CNAS, comunicamos que devido à edição da Medida Provisória nº 446/2008, o CNAS não poderá colaborar com a sua pesquisa.

Encaminhamos em anexo, cópia da legislação anterior a MP 446/2008, aplicada à certificação.

Atenciosamente,

Camila Munhoz

Gabinete do CNAS

Telefone: (61) 3433-2403